



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

DANIELE APARECIDA SILVA

VÍNCULOS TERRITORIAIS NO PLANEJAMENTO
DA CIDADE DO BEM VIVER

CAMPINAS

2024

DANIELE APARECIDA SILVA

**VÍNCULOS TERRITORIAIS NO PLANEJAMENTO
DA CIDADE DO BEM VIVER**

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, para obtenção do título de Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade, na área de Arquitetura, Tecnologia e Cidade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA DANIELE APARECIDA SILVA E ORIENTADA PELA PROF(A). DR(A). SILVIA APARECIDA MIKAMI GONÇALVES PINA

ASSINATURA DO ORIENTADOR(A)



CAMPINAS

2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Área de Engenharia e Arquitetura
Rose Meire da Silva - CRB 8/5974

Si38v Silva, Daniele Aparecida, 1994-
Vínculos territoriais no planejamento da cidade do Bem Viver / Daniele
Aparecida Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

1. Planejamento territorial. 2. Rurbanização. 3. Relações urbano-rurais. 4.
Mudanças climáticas. I. Pina, Silvia Aparecida Mikami Gonçalves, 1960-. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Engenharia Civil,
Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Territorial linkages in the planning of the city of Buen Vivir

Palavras-chave em inglês:

Territorial planning

Rurbanization

Urban-rural relations

Climate changes

Área de concentração: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Titulação: Mestra em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Banca examinadora:

Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina [Orientador]

Emília Wanda Rutkowski

Luciana Bongiovanni Martins Schenk

Data de defesa: 02-02-2024

Programa de Pós-Graduação: Arquitetura, Tecnologia e Cidade

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-1384-1568>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/8813833673421153>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL, ARQUITETURA E
URBANISMO**

**VÍNCULOS TERRITORIAIS NO PLANEJAMENTO
DA CIDADE DO BEM VIVER**

Daniele Aparecida Silva

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Profa. Dra. Silvia Aparecida Mikami Gonçalves Pina
Presidente e Orientador(a)/FECFAU/UNICAMP

Profa. Dra. Emília Wanda Rutkowski
FECFAU/UNICAMP

Profa. Dra. Luciana Bongiovanni Martins Schenk
IAU/USP

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

Campinas, 02 de fevereiro de 2024

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Silvia A. Mikami G. Pina, que durante todos esses anos de orientação – seja na iniciação científica, no TFG e agora no mestrado -, nunca mediu esforços para me auxiliar, apoiar, incentivar e reconfortar, sempre contribuindo imensamente para o meu crescimento científico, intelectual e pessoal.

Ao PPGATC, pela oportunidade de realização da pesquisa. Aos funcionários da secretaria de pós-graduação, em especial à Rosana Silva e à Solange Staut, por todo o suporte e apoio acadêmico. Aos professores pelo oferecimento das disciplinas e pelos debates e discussões tão essenciais para este trabalho.

Aos familiares e amigos por todo incentivo, auxílio e compreensão desmedidos ao longo de todos esses anos de Unicamp.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

A atual conjuntura de crises urbana e ecológica está intrinsecamente relacionada ao modelo neoliberal e produtivista, disseminando nas cidades uma lógica de mercado predatória em relação à natureza. Diante das decorrentes preocupações ambientais, surgem marcos e agendas globais com o intuito de repensar este modelo. Entretanto, as políticas públicas derivadas dessas agendas denotam lacunas quanto às pautas sobre áreas não-urbanas, muitas vezes inclinando-se para uma lógica desenvolvimentista que se afasta da busca por territórios integrados e em harmonia com a natureza. Nesse contexto, o vínculo rural-urbano revela-se estratégico para o planejamento territorial integrado e sustentável. Assim, o objetivo da pesquisa é identificar, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, pistas e caminhos potenciais para o fortalecimento de vínculos territoriais, que associados aos princípios do Bem Viver, podem auxiliar na promoção de cidades mais integradas, sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório, com delineamento bibliográfico e documental. A análise se dá a partir de uma sistematização bibliográfica acerca do fortalecimento dos vínculos territoriais articulado ao conceito de Bem viver e aos Princípios Orientadores e Marcos de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado (ONU-Habitat), vinculados à Agenda 2030 e à Nova Agenda Urbana. O levantamento documental, seguindo um desenho etnográfico, analisa atuais iniciativas associadas à perspectiva do Bem Viver, com o intuito de poder contribuir na compreensão da importância, desafios e possibilidades dos vínculos territoriais. Os resultados obtidos podem fomentar a produção futura de planos e políticas públicas inclusivas para a promoção de cidades mais integradas e sustentáveis, contribuindo, especialmente, para uma resposta efetiva das cidades aos efeitos das mudanças climáticas.

Palavras-chaves: Planejamento territorial; Paisagem periurbana; Conexões urbano-rurais; Mudanças climáticas.

ABSTRACT

The current context of urban and ecological crises is intrinsically linked to the neoliberal and productivity-driven model, disseminating within cities a predatory market logic towards nature. In response to the emerging environmental concerns, global frameworks and agendas have arisen to rethink this model. However, the public policies derived from these agendas reveal gaps regarding non-urban issues, often leaning towards a developmental logic that moves away from the pursuit of integrated territories in harmony with nature. In this context, the rural-urban link proves strategic for integrated and sustainable territorial planning. Thus, this research aims to identify potential clues, and pathways for strengthening territorial connections in architecture and urban studies based on the principles of *Buen Vivir*, which could promote more integrated, sustainable, and climate-resilient cities. The research adopts a qualitative approach, applied in nature and exploratory, employing bibliographic and documentary delineation. The analysis is based on a bibliographic systematization concerning the strengthening of territorial connections linked to the concept of *Buen Vivir* and the Guiding Principles and Action Framework for the Promotion of Integrated Territorial Development (UN-Habitat), associated with Agenda 2030 and the New Urban Agenda. Following an ethnographic design, the documentary survey analyzes current initiatives associated with the *Buen Vivir* perspective, intending to contribute to understanding the importance, challenges, and possibilities of territorial connections. The outcomes may stimulate the future production of inclusive plans and public policies to promote more integrated and sustainable cities, particularly contributing to an effective response of cities to the effects of climate change.

Keywords: Territorial planning; Peri-urban landscape; Urban-rural linkages; Climate change.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Metabolismo rural-urbano integrado	29
Figura 2 - Limites planetários iniciais (2009)	31
Figura 3 – Atualização dos limites planetários (2015)	32
Figura 4 - Donut: uma bússola para o século XXI	33
Figura 5 - Emissões de CO2 per capita de combustíveis fósseis e indústrias (2020)	35
Figura 6 - Emissões globais de CO2 por região	35
Figura 7 - Esquema “natural” (a) e esquema em árvore (b)	41
Figura 8 – A cidade como sistema	42
Figura 9 - Definição de alternativas em um determinado tempo (T).....	43
Figura 10 - Medidas Adaptativas e Mitigadoras no escopo das cidades e assentamentos humanos	53
Figura 11 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).....	54
Figura 12 - Os serviços ecossistêmicos e sua relação com o bem-estar humano	55
Figura 13 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	56
Figura 14 - ODS 11 e suas metas	57
Figura 15 - A interconexão do ODS 11 na Agenda 2030	59
Figura 16 - Os componentes do direito à cidade.....	67
Figura 17 - Pontos de entrada para a melhoria dos sistemas de planejamento.....	71
Figura 18 - Fases do processo de planejamento	72
Figura 19 - Princípios orientadores para conexões urbano-rurais.....	75
Figura 20 - Os dez princípios para as conexões urbano-rurais.....	76
Figura 21 - Arquitetura, Urbanismo e os Vínculos Territoriais nas Agendas	81
Figura 22 - Princípios do Bem Viver.....	96
Figura 23 - Mapa conceitual da cidade sob a perspectiva do Bem Viver	98
Figura 24 – Delineamento do processo metodológico	111
Figura 25- Principais ações para a realização de um estudo etnográfico	115
Figura 26 - Iniciativas selecionadas para o estudo.....	116
Figura 27 – CABV, Brazlândia (DF)	117
Figura 28 - O Funcionamento dos Mutirões do Bem Viver em resposta à pandemia	119

Figura 29 - Reserva Indígena Kariri-Xocó (DF).....	121
Figura 30 - Ações no território do Povo Xokleng (Blumenau-SC)	122
Figura 31 - Campanha solidária para a Aldeia Mbya Ygua Porã (Biguaçu-SC)	122
Figura 32 - Território Coletivo Maloka (Florianópolis-SC)	123
Figura 33 - Logo das CABV.....	124
Figura 34 - Funcionamento das CABV	125
Figura 35 - Localização Assentamento Canaã.....	126
Figura 36 - Parcelas produtivas do Assentamento Canaã	127
Figura 37 - Mutirão agroecológico do Bem Viver no Canaã.....	128
Figura 38 - Mutirão de bioconstrução em uma das parcelas do Canaã	128
Figura 39- Ornamentação com cartazes que remetem a memória do local e os símbolos de luta	130
Figura 40- Rodas de conversa e debate	131
Figura 41- Agrofloresta, drenagem e captação de água da chuva para irrigação...	131
Figura 42 - Acampamento Marielle Vive, Valinhos (SP).....	135
Figura 43 - Localização estratégica do Acampamento Marielle Vive	137
Figura 44 - Acampamento Marielle Vive	138
Figura 45 - Equipamentos mais próximos	139
Figura 46 - Bosque da Reforma Agrária Popular do acampamento marielle vive Valinhos	142
Figura 47 - Vista aérea do acampamento destacando a Mandala	143
Figura 48 - Quintais produtivos	144
Figura 49 - Ponto de ônibus e Sanitários secos	144
Figura 50 – Infraestrutura para captação de água da nascente realizada em parceria com a UNICAMP	145
Figura 51 - Placas fotovoltaicas instaladas em alguns barracos	145
Figura 52 - Cisternas e bombonas para captação de água da chuva para irrigação	146
Figura 53 - Mutirões para construção de um sistema de tratamento de esgoto da cozinha comunitária do Acampamento Marielle Vive organizado pelo Coletivo Dínamo.....	146
Figura 54 - Horta Mandala.....	147
Figura 55 – Reunião dos acampados sob a Catenária	148
Figura 56 - A cidade sob a perspectiva do Bem Viver.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A interconexão do ODS 11 na Agenda 2030	58
Quadro 2 - Os vínculos territoriais na Nova Agenda Urbana	62
Quadro 3 - Níveis de atuação.....	69
Quadro 4 - Diretrizes internacionais para planejamento urbano e territorial	70
Quadro 5 - Diretrizes de Planejamento Urbano e Territorial	73
Quadro 6 - Marcos de Ação e Princípios Orientadores para Conexões Urbano-Rurais	77
Quadro 7 - Princípios orientadores das Conexões Urbano-Rurais mais associados ao campo de atuação da arquitetura e do urbanismo	80
Quadro 8 – Pistas e caminhos para o planejamento da cidade do bem viver (Protocolo a).....	100
Quadro 9 - Categorias e Fonte do material bibliográfico e documental.....	114
Quadro 10 - As Potencialidades e as Limitações das CABV no Assentamento Canaã	133
Quadro 11 – As Potencialidades e Limitações do Acampamento Marielle Vive	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CABV – Comunidades Agroecológicas do Bem Viver

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CICES – Classificação Internacional Comum de Serviços Ecossistêmicos

COP – Conferência das Partes

CT – Comuna da Terra

DF – Distrito Federal

FECFAU – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo

FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana

GP-URL – Princípios Orientadores para Conexões Urbano-rurais
(Guiding Principles for Urban-rural linkages)

HABITARES – Grupo de Pesquisa Humanizar o Habitar e a Cidade

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

IG-UTP – Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial
(International Guidelines on Urban and Territorial Planning)

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

NAU – Nova Agenda Urbana

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PIB – Produto Interno Bruto

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PPGATC – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade

PUT – Planejamento Urbano e Territorial

RMC – Região Metropolitana de Campinas

SBN – Soluções Baseadas na Natureza

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
PARTE I DA DICOTOMIA RURAL-URBANA AOS VÍNCULOS TERRITORIAIS.....	19
2. A RUPTURA METABÓLICA E A FRAGMENTAÇÃO DAS CIDADES	20
2.1. UM PANORAMA ACERCA DO PLANEJAMENTO URBANO NAS CIDADES	22
2.2. DA CRISE SISTÊMICA NAS CIDADES CONTEMPORÂNEAS AOS NOVOS REARRANJOS SOCIOESPACIAIS.....	25
2.2.1. A CRISE URBANA.....	26
2.2.2. A CRISE ECOLÓGICA	30
2.3. A PAISAGEM PERIURBANA E O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS NÃO-URBANAS	36
2.4. A ABORDAGEM SISTÊMICA NO PLANEJAMENTO DAS CIDADES	39
PARTE II RESPOSTAS E IMPASSES NA ATUALIDADE	47
3. AGENDAS E MARCOS CONCEITUAIS EM PROL DOS VÍNCULOS TERRITORIAIS	48
3.1. CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICAS.....	48
3.2. A AGENDA 2030 (ODS).....	55
3.3. A NOVA AGENDA URBANA.....	60
3.4. A AGENDA DE DIREITO À CIDADE	63
3.5. O PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL.....	67
3.6. CONEXÕES URBANO-RURAIS: PRINCÍPIOS ORIENTADORES E MARCO DE AÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO	74
3.7. OS VÍNCULOS TERRITORIAIS E O CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO	78
3.8. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS ACERCA DOS DOCUMENTOS	82
PARTE III ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES FUTURAS: UM ENSAIO METODOLÓGICO	84
4. ALTERNATIVAS SISTÊMICAS PARA A REGULAÇÃO METABÓLICA	85
4.1. O NÃO-DESENVOLVIMENTISMO E A DECOLONIALIDADE.....	86
4.2. O BEM VIVER	90
4.3. A CIDADE SOB A PERSPECTIVA DO BEM VIVER.....	96
5. MATERIAIS E MÉTODOS	111
5.1. INICIATIVAS EXPERIMENTAIS NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER	116
5.1.1. AS COMUNIDADES AGROECOLÓGICAS DO BEM VIVER NO DF	117
5.1.2. O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE	135
6. CONCLUSÃO	154
REFERÊNCIAS	164

1. Introdução

A relevância e influência de se considerar os *vínculos territoriais* como parte do planejamento em prol de um *Bem Viver*¹ a todos os seres vivos (não apenas um bem-estar humano) nas cidades é recente, porém indispensável e imprescindível, ainda mais considerando a emergência climática a que se assiste nas cidades. Esta concepção desafia a noção de dicotomia urbano-rural ao propor uma reconexão com a natureza e uma abordagem mais holística e menos segregadora do território, alinhada aos princípios do Bem Viver. Ela representa uma resposta à crise sistêmica atual, que, por sua natureza multifacetada, abrange aspectos econômicos, urbanos, ecológicos e civilizacionais. Dado o caráter sistêmico da crise, é crucial buscar alternativas igualmente sistêmicas, entre as quais se destaca a cosmovisão do Bem Viver, sendo por isso escolhida como base para o desenvolvimento deste trabalho.

Sucintamente, o Bem Viver, antes de ser compreendido enquanto teoria ou conceito, é um modo de vida e uma cosmovisão cuja concepção sistêmica recupera os saberes dos povos originários de diversas culturas e que propõe uma ruptura com a lógica desenvolvimentista atual, valoriza o fortalecimento das relações comunitárias, respeita a diversidade e os limites da natureza (Acosta, 2018).

Diante dos desafios complexos enfrentados na atualidade, especialmente os recorrentes desastres ambientais vivenciados globalmente, o conceito de Bem Viver destaca-se como uma fonte importante de saberes, conhecimentos e experiências para auxiliar as discussões sobre um novo modo de vida e modelo de sociedade, conforme sugerido em recentes edições do Fórum Social Mundial (Alcantara e Sampaio, 2017). Neste contexto, faz-se necessário repensar o modo de produção de cidades a fim de que se apresentem respostas mais efetivas às mudanças climáticas. Para tanto, tais respostas não podem ser apenas adaptativas e mitigadoras, mas sim radicais e transformadoras, visando enfrentar as raízes dos problemas e garantir um futuro habitável não apenas para a espécie humana.

Diante disso, emergem discussões urgentes sobre a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente, já que eventos extremos estão se tornando cada vez mais frequentes em todo o mundo. Este cenário foi enfatizado pelo último relatório do

¹ *Bem Viver* é a expressão utilizada no Brasil para se referir, de maneira geral, a este conceito e filosofia de vida oriundos dos povos originários que preza pela vida em harmonia do ser humano consigo mesmo, com a comunidade e com a natureza. Entretanto, como será explicitado na parte III desta dissertação, não é a tradução mais adequada para o termo em espanhol *Buen Vivir* ou em sua versão equatoriana e originária em Kichwa: *Sumak Kawsay*.

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021a), que apresentou evidências inequívocas sobre as mudanças climáticas. O relatório destaca que as alterações no clima, resultantes das emissões de gases de efeito estufa causadas pelas ações humanas, são em grande parte irreversíveis e podem se agravar nos próximos anos, caso não sejam tomadas medidas urgentes. Este relatório evidencia os riscos do agravamento da crise climática, perceptíveis por meio de diversos eventos que apontam para o desequilíbrio ecológico como: aumento da temperatura da superfície terrestre em qualquer cenário, elevação do nível do mar, branqueamento dos corais, degelo das calotas polares, perda de biodiversidade, ocorrência de secas, ondas de calor, incêndios e tempestades.

Nos últimos meses, testemunha-se em todo mundo eventos calamitosos, como as recentes secas na Amazônia, incêndios no Pantanal, ondas de calor por todo o país, além das chuvas torrenciais, enchentes, desabamentos e deslizamentos em alguns estados do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Houve também mortes, desaparecimentos, inundações e destruições na Alemanha, Bélgica e Holanda; no Japão foi noticiado um tsunami de lama devido às chuvas torrenciais; no Iraque, a suspensão de atividades devido a temperaturas extremas e colapso do sistema elétrico; na Europa, ondas de calor resultando em mortes, incêndios e alta demanda de energia e água para resfriamento de edifícios; nos EUA, tornados no sul e ondas de calor e seca no nordeste e noroeste do país; a Colúmbia Britânica, no Canadá, também enfrentou ondas de calor que resultaram em centenas de mortes, incêndios florestais e fizeram com que edifícios, outrora adaptados ao frio, se tornassem inóspitos para as pessoas (CNN Español, 2021; Coelho, 2022; Suzuki, 2022; Thomas, 2022; Brasil de Fato, 2023).

Esses eventos evidenciam a séria ameaça ao bem-estar humano e à saúde do planeta, impactando o *Bem Viver* de todas as espécies nas cidades. Diante disso, em outubro de 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU oficializou o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano, reconhecendo que as mudanças climáticas intensificam a crise de direitos em todo o mundo (Nações Unidas Brasil, 2022). Assim, esse debate transcende as discussões sobre futuro, tornando-se uma questão sobre o presente, evidenciando a urgência de vislumbrar novas alternativas para o modo de vida nas cidades que se fundamente, verdadeiramente, na sustentabilidade, em prol do *Bem Viver* no planeta. Segundo Veiga (2015), a sustentabilidade não pode ser difundida como um simples adjetivo ou

um conceito a ser usado levemente, mas compreendida enquanto um valor a ser seguido:

Sustentabilidade é o único **valor** a dar importância às futuras gerações (...) a evocar a responsabilidade contemporânea pelas oportunidades, leque de escolhas, e direitos, que os nossos descendentes terão alguma chance de usufruir (VEIGA, 2015, p. 15, grifo da autora).

Essa abordagem que considera a sustentabilidade enquanto valor confronta-se com a prática cada vez mais comum do *Greenwashing* (lavagem verde) frequentemente adotada por empresas que, diante do agravamento da crise ecológica, passam a dar maior ênfase às questões ambientais e utilizam termos como 'verde' e 'sustentável' para criar uma imagem favorável, integrando-se ao nicho de mercado para lucrar ainda mais, por meio de uma economia que se diz 'verde', mas na prática continua sendo predatória e enganosa (Freitas Netto, De *et al.*, 2020).

Neste contexto, é crucial repensar e ressignificar o conceito de *desenvolvimento sustentável* amplamente difundido e aceito nas últimas décadas e que, segundo Veiga (2017), é uma das utopias do antropoceno. Sobrinho (2016), argumenta que é um conceito falacioso, uma vez que busca atender às necessidades humanas em prol da sustentabilidade ambiental, porém desconsidera a finitude dos recursos do planeta. Isso é incompatível com a incessante insatisfação da sociedade do consumo (Bauman, 2008), que frequentemente cria e recria demandas e necessidades para a produção de novos produtos e acumulação de capital.

Desse modo, o conceito de Bem Viver representa uma ruptura com os atuais padrões de consumo e desenvolvimento, desafiando a visão eurocêntrica de sustentabilidade e de bem-estar. Propõe um modo de vida que, em consonância com o valor defendido por Veiga, aborda questões de vínculos, complementaridade, conexão, equilíbrio e interdependência como fundamento. Essa perspectiva encontra eco na temática do planejamento territorial integrado, que busca uma visão holística do território.

Esse enfoque do planejamento, que transcende as áreas urbanas das cidades, ganha cada vez mais relevância à medida que se percebe uma crescente interdependência entre territórios urbanos e não-urbanos. O recente Relatório Mundial das Cidades (ONU-Habitat, 2022) revelou que, até 2050, 68% da população mundial viverá em áreas urbanas, aumentando as desigualdades entre as populações urbanas e rurais, principalmente em países asiáticos e africanos. O relatório aponta também

que, embora a pandemia de Covid-19 tenha desacelerado temporariamente a urbanização global, causando um grande êxodo urbano para cidades menores e áreas rurais em busca de segurança sanitária, não alterou a trajetória da urbanização global. Diante desse cenário, é urgente revisar os planos e políticas públicas que ainda apresentam muitas lacunas com relação a proposição para áreas não-urbanas, a fim de incluir pautas como a do fortalecimento dos vínculos territoriais. Sob a ótica do Bem viver, essa integração poderia auxiliar a construção de uma realidade sustentável de fato.

Neste contexto, as áreas não-urbanas voltam a ganhar destaque, não apenas como alternativas de moradia e trabalho, mas também por possuírem potencialidades ecossistêmicas e culturais (Silva, 2002). Assim, nota-se uma nova dinâmica nas cidades, que passa a apresentar novos arranjos socioespaciais em que se revelam transformações nas relações entre as áreas urbanizadas e as paisagens rurais, periurbanas e naturais. Desta forma, os vínculos entre tais territórios ganham notoriedade, uma vez que já não há um protagonismo do urbano em detrimento do rural, mas a relevância da interdependência entre esses territórios (Silva, 2002).

Além da revalorização das áreas não-urbanas frente à crise sistêmica supracitada, nota-se também a crescente produção de novos marcos conceituais e acordos globais voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável nas cidades. Destacam-se a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana (NAU), juntamente com documentos vinculados a estas agendas, emitidos nos últimos anos pela ONU-Habitat, como as “Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial” (2015) e o “Guia de Princípios para Conexões rurais-urbanas” (2019).

Nesse sentido, percebe-se o quão recente é a preocupação com relação a inclusão de áreas rurais, periurbanas e naturais nas pautas destes acordos e agendas globais. Por esse motivo, a produção atual de documentos legais e norteadores de Políticas Públicas para as cidades abarca rara e pouco abrangente as questões relacionadas às áreas não-urbanas. Por vezes, desconsideram que esses territórios também fazem parte da cidade e que apresentam potencialidades para auxiliar o processo de regulação do metabolismo territorial. Além disso, essas políticas tendem a seguir propostas voltadas para a lógica desenvolvimentista, criticada por algumas correntes teóricas, como o estruturalismo e a teoria da dependência. Isso porque baseia-se em uma concepção de crescimento linear predatório, concentrador e

colonial, que desconsidera a inviabilidade da acumulação material infinita e a finitude dos recursos naturais, fatores que têm conduzido o planeta à crise sistêmica vivenciada na contemporaneidade (Acosta, 2018).

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é identificar, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, pistas e caminhos potenciais para o fortalecimento de vínculos territoriais, que associados aos princípios do Bem Viver, podem auxiliar na promoção de cidades mais integradas, sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas. A fundamentação desta análise e discussão parte da articulação entre o conceito de Bem Viver e os Princípios Orientadores e os Marcos de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado (ONU-Habitat), vinculados à Agenda 2030 e à Nova Agenda Urbana (NAU). Assim sendo, os objetivos específicos são:

I. Contextualizar crise sistêmica e o surgimento de marcos conceituais como o Novo Rural Brasileiro, a crítica aos modelos desenvolvimentistas e, a formulação de documentos como os Princípios Orientadores e os Marcos de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado (ONU-Habitat), vinculados à Agenda 2030 e à NAU.

II. Identificar quais dos princípios orientadores das Conexões Urbano-Rurais estão associados ao campo de atuação da arquitetura e do urbanismo e elaborar diagrama explicativo;

III. Identificar quais são as principais medidas adaptativas e mitigadoras das cidades aos efeitos das mudanças climáticas;

IV. Contextualizar o conceito de Bem Viver e elaborar um diagrama com seus princípios determinantes;

V. Correlacionar os documentos sobre os princípios do Bem Viver, as medidas adaptativas e mitigadoras das cidades aos efeitos das mudanças climáticas e os Princípios das Conexões Urbano-Rurais, a partir de uma sistematização bibliográfica, identificando elementos e variáveis preliminares para a análise da pesquisa;

VI. Realizar o levantamento documental, seguindo um desenho etnográfico delineado por Sampieri et al. (2013), e análise de experiências ilustrativas selecionadas, no que diz respeito ao seu contexto espacial, sociocultural e ambiental, baseando-se nas Diretrizes de Planejamento Urbano e Territorial, nas medidas mitigadoras e adaptativas das cidades às mudanças climáticas e nos princípios do Bem Viver. Como produto da análise serão elaborados quadros-síntese;

VII. Analisar e discutir os resultados e elaborar um Diagrama Síntese que indique as pistas e caminhos que auxiliam a produção futura de políticas públicas não-desenvolvimentistas para a construção de cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes às mudanças climáticas.

A estrutura desta dissertação foi sistematizada em três partes. A **Parte I** contextualiza e explana a problemática referente à dicotomia rural-urbana decorrente do planejamento das cidades e como se deu o seu encaminhamento para abordagens mais sistêmicas que consideram os vínculos territoriais como importantes na conjuntura atual. A **Parte II** aborda as respostas e impasses atuais em relação a essas problemáticas evidenciadas, a partir de uma análise crítica, visando problematizar e, identificar características e lacunas mais significativas até o momento. Para então, na **Parte III** propor algumas alternativas e possibilidades futuras, com enfoque nos princípios do Bem Viver, detalhando os materiais e métodos empregados na pesquisa.

Com o intuito de contribuir na compreensão da importância, desafios e possibilidades dos vínculos territoriais, selecionou-se duas iniciativas que apresentam vinculações com as conexões rurais-urbanas e com a perspectiva do Bem Viver: 1. As Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV's), localizadas no Assentamento Canaã, Brazlândia (DF); e 2. O Acampamento Marielle Vive, localizado na macrozona rural de Valinhos (SP). Para a coleta de dados, utilizou-se o levantamento documental, seguindo um desenho etnográfico, que de acordo com Sampieri et al. (2013), auxilia na descrição, análise e interpretação profundas de estruturas e contextos sociais, econômicos e políticos, bem como aspectos específicos da cultura da comunidade em questão, oferecendo um retrato claro das interações sociais e eventos cotidianos. Este levantamento orienta a análise e a identificação de outros elementos e variáveis em cada experiência, assim como a compreensão dos desafios a serem enfrentados e as possibilidades de avanços da coexistência não-hierárquica e múltipla entre territórios urbanos e não-urbanos

Por fim, como contribuição relevante desta pesquisa, ao desmistificar a dicotomia urbano-rural, seus resultados podem fomentar a produção futura de planos e políticas públicas não-desenvolvimentistas, mais inclusivos e comprometidos com a construção de cidades mais sustentáveis e integradoras. Além disso, espera-se que a pesquisa auxilie, sobretudo, na formulação de respostas mais efetivas das cidades aos efeitos das mudanças climáticas, em prol de um *Bem Viver* de todos os seres que nelas habitam.

PARTE I

**| DA DICOTOMIA RURAL-URBANA
AOS VÍNCULOS TERRITORIAIS**

Esta primeira parte da dissertação visa apresentar uma discussão e compreensão sobre o modo recorrente de produção das cidades, profundamente ligado às diretrizes segregadoras do planejamento urbano, bem como à crise sistêmica decorrente da ruptura metabólica. Nesse contexto, é essencial compreender que essa crise, por sua natureza multifacetada, abrange tanto aspectos urbanos quanto ecológicos. Além disso, é crucial analisar a relação entre essas facetas e explorar sua correlação com o fenômeno da dicotomia rural-urbana. Em seguida, busca-se explicitar os novos rearranjos socioespaciais, e promover um novo olhar para o planejamento das cidades que enfatiza e valoriza a conexão e o vínculo entre os territórios.

2. A ruptura metabólica e a fragmentação das cidades

A importância do fortalecimento dos vínculos entre territórios urbanos e não-urbanos para o desenho de cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes é compreendida à medida que se assimila os impactos decorrentes de sua dicotomia. Esta secessão antagônica não é consequência apenas do modelo moderno e progressista de planejamento urbano, mas também de sua raiz que é fundamentada na lógica capitalista, desenvolvimentista e neoliberal que abarca as cidades contemporâneas, ocasionando o chamado caos urbano sistêmico (Smith, 2009). Nesse sentido, pode-se dizer que as consequentes desigualdades, segregações socioespaciais e desastres ambientais advêm da lógica de mercado de produção capitalista, à medida que possui como um de seus pré-requisitos o solo rentável, o qual altera as relações do ser humano com o meio, ao incentivar uma apropriação predatória e destrutiva da natureza, bem como a reprodução de cidades enquanto mercadoria, visando seu valor de troca e não o de uso (Harvey, 2012).

De acordo com Foster (2000), esta relação ser humano-natureza era expressada por Karl Marx pelo conceito de '*Metabolismo Social*'. A fim de compreender em profundidade este conceito, é necessário, *a priori*, apreender o que é metabolismo. Saito (2021), em seu capítulo acerca da genealogia do metabolismo, define-o como um processo constante de troca orgânica de compostos antigos e novos por meio de combinações, assimilações e/ou excreções para manter toda a ação orgânica.

Deste modo, pode-se compreender que '*metabolismo social*' se refere à interação e a transformação que ocorre entre a natureza e o interior do ser humano,

mediadas pela única atividade que o diferencia dos demais seres vivos: o trabalho. O trabalho - também referido como produção social -, é responsável por gerar alterações em todas as relações sociais de produção e no contato com a terra. É por meio dele que a natureza é constantemente transformada, permitindo que o ser humano e a natureza sejam atuantes e constituintes (Foster, 2000; Foladori, 2001).

No entanto, o intercâmbio de energia e matéria regulado pelo trabalho entre seres humanos e natureza - o supracitado *metabolismo social* - que deveria, a princípio, ser equilibrado, encontra-se comprometido. A teoria da *Ruptura Metabólica* de Karl Marx busca descrever o fenômeno do rompimento do metabolismo social, isto é, o desequilíbrio na relação entre a natureza e os seres humanos, derivada do modo de produção capitalista. Isso porque, o capitalismo enquanto um sistema de rupturas e contradições, devido à sua lógica de acumulação infinita e exploração desmedida do trabalho humano e da natureza, já agrega a destruição ambiental como sua parte indissociável (Foladori, 2001; Clark e Foster, 2009; Fernandes, 2020; Saito, 2021).

Esta desconexão e desequilíbrio entre as relações humanas com a natureza evidenciam, na realidade material, a interligação das diferentes facetas da crise vivenciada na contemporaneidade, notadamente a crise urbana e a crise ecológica. Elas resultam de um processo comum, demonstrando como a crise sistêmica afeta diversos aspectos de nossa sociedade. A dicotomia humano-natureza pode ser percebida e materializada *especialmente* em diversos contextos. Dentre eles, pode-se rememorar à divisão metrópole-colônia da modernidade, que perpetuou uma lógica segregadora, fragmentadora e exploratória da natureza, estratificando e/ou erradicando povos originários em seu 'ordenamento urbano' (Lang, Dilger e Neto, 2016). Em segundo lugar, a dicotomia rural-urbana, presente desde os primórdios da civilização humana, foi aprofundada durante as revoluções industriais, resultando em um desequilíbrio entre áreas urbanas e não-urbanas. Essa dicotomia evidencia os diversos distúrbios vivenciados nas cidades, refletindo as facetas urbana e ecológica da crise, resultantes do planejamento segregador que fragmenta as cidades.

Nessa perspectiva, Escobar (2018) demonstra a importância de se desvincular dos ideais clássicos que criam uma falsa simetria e colocam em oposição o rural e o urbano, definindo o primeiro como sinônimo de retrocesso, atraso e limitação, e, o segundo como sinônimo de progresso, erudição e virtude. Em contrapartida, o autor encoraja que se desenvolva um olhar atento para a "*poderosa constelação semântica*" (Escobar, 2018, p. 20) que pode derivar da vinculação entre os territórios,

demonstrando a importância da complementariedade e interdependência dos diversos territórios das cidades, em oposição à dicotomia e fragmentação territorial tão fomentadas, inclusive por meio do processo recorrente de planejamento nas cidades.

2.1. Um panorama acerca do planejamento urbano nas cidades

Ao realizar um panorama acerca do planejamento urbano, percebe-se que as teorias concebidas, bem como as táticas e estratégias de desenho correlatas, em grande parte contribuíram com a dicotomia rural-urbana, a fragmentação e a segregação ainda presentes nas cidades contemporâneas. Isso pode ser identificado, de imediato, quando se pondera a questão etimológica da construção de um conceito e de uma prática que priorizam deliberadamente a área urbana das cidades - planejamento *urbano* -, negligenciando as demais áreas que também compõem a cidade.

A propósito, a disciplina '*urbanismo*' é um neologismo recente, registrado pela primeira vez em 1910, durante o auge da industrialização. Surgiu como uma resposta aos desafios apresentados pela emergente *cidade das máquinas*, promovendo uma abordagem reflexiva, crítica e científica. O rápido crescimento urbano causado pela industrialização resultou em uma série de problemas devido à ausência de planejamento, como a superpopulação em áreas urbanas, condições habitacionais precárias, grande produção de resíduos e surgimento de doenças (Hall, 1988/2014).

De acordo com Kohlsdorf (1985), até meados do século XIX, o exercício de projetar cidades se concentrava principalmente em aspectos estéticos, funcionais e construtivos, sem uma abordagem reflexiva e crítica sobre o fenômeno urbano. De modo que, a partir do século XX, com a consolidação da sociedade industrial, o urbanismo surge como uma tentativa de enfrentar esse novo fenômeno, propondo diferentes modelos de cidade. Assim, ao buscar conceber ideais e esboços mais adequados para a organização da cidade, diversos urbanistas e escolas apresentaram formulações que hoje auxiliam a situar e interpretar as raízes dos atuais problemas do planejamento urbano.

Segundo Choay (1965), ao longo do tempo, diversos modelos foram propostos, classificados em duas categorias principais: os Pré-urbanistas e os Urbanistas. Esses modelos oscilavam entre priorizar o rendimento, a tradição e a reintegração entre

‘cidade’ e ‘campo’. Esta última perspectiva pode ter influenciado a concepção dos conceitos de vínculo rural-urbano e de planejamento territorial integrado, os quais são utilizados atualmente.

Os Pré-urbanistas abrangiam os progressistas como Owen e Fourier, culturalistas como Ruskin, Morris e Howard, além dos teóricos ‘sem modelo’ como Marx e Engels. Os modelos propostos por eles buscavam romper com os antigos paradigmas e criticar a cidade industrial, propondo novos ideais para a organização urbana. Isso se deve à necessidade de adaptar a cidade à nova sociedade, uma sociedade capitalista, industrializada, com ideais de consumo e de apropriação predatória da natureza (Choay, 1965; Kohlsdorf, 1985). Pode-se observar que a ruptura e adaptação a novos modelos são movimentos cíclicos na sociedade. Atualmente, por exemplo, vive-se a década crucial, na qual as cidades ao redor do mundo precisam se adaptar às mudanças climáticas em prol da sobrevivência e, quiçá, do *Bem Viver*, de todos os seres no planeta.

Desse modo, a nova ordem revelada nas cidades do século XIX incorporava a racionalização das vias de comunicação, expansão dos sistemas de transporte e especialização dos setores urbanos e de novos programas. Isso incluiu a implantação de indústrias nos arredores, promovendo a suburbanização e reforçando a segregação nas cidades (Kohlsdorf, 1985). Com isso, as fronteiras da cidade tornaram-se difusas, originando críticas sobre higiene, condições habitacionais e disparidade de qualidade entre bairros (Choay, 1965) - uma realidade lamentavelmente presente ainda na cidade informal.

Em contraste com o pré-urbanismo, o urbanismo foi proposto essencialmente por arquitetos e englobou uma variedade de modelos como os progressistas, culturalistas e naturalistas. A nova versão do Modelo Progressista, promovida pelos urbanistas e representada por obras como *La cité industrielle* de Tony Garnier e a Unidade de Habitação de Le Corbusier, enfatizou o racionalismo arquitetônico, caracterizado pela atomização e pela rejeição de ornamentos. Este modelo concebia espaços voltados exclusivamente para o indivíduo e partes isoladas carecendo, portanto, de uma abordagem abrangente e sistêmica. A disseminação global do urbanismo progressista e racionalista ocorreu a partir de 1928 com os CIAMs² e a

² Os CIAMs foram os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna que reuniram arquitetos modernistas das décadas de 1930 a 1960 com o intuito de estabelecer diretrizes para os projetos de arquitetura e urbanismo das cidades ao redor do mundo.

Carta de Atenas (1933). Este movimento estabeleceu diretrizes projetuais globais em defesa da terra arrasada (negação do passado), o zoneamento funcional e a criação de conjuntos habitacionais com ênfase na insolação adequada e equipamentos funcionais. Priorizava-se a técnica e a estética em detrimento de questões socioeconômicas, resultando em cidades anacrônicas, setorizadas e padronizadas.

Por outro lado, o Urbanismo Culturalista, representado por Camillo Sitte, e Raymond Unwin (cidades-satélites) e Ebenezer Howard (cidades-jardim), valorizava o passado, a totalidade, os valores comunitários e culturais, assim como a ausência de geometria e regularidades (Choay, 1965; Kohlsdorf, 1985). Já o modelo Naturalista, representado por Frank Lloyd Wright, considerava a arquitetura subordinada à natureza, favorecendo moradias individuais com amplas áreas destinadas à agricultura e ao lazer (Choay, 1965).

Em suma, os modelos progressista, culturalista e naturalista foram aplicados em diferentes graus, com o progressista sendo o mais difundido, tomando formas distintas ao redor do mundo, desde a Rússia Stalinista, à Alemanha Nazista, até em países em desenvolvimento, com a construção da cidade-manifesto Brasília, capital brasileira. Nesse sentido, a construção de Brasília torna-se um marco na institucionalização do planejamento urbano no país, representando uma herança direta do urbanismo progressista europeu, bem como um reflexo do processo colonizador (Kohlsdorf, 1985). Esse modelo, que idealiza a cidade máquina e industrial e organiza o território para satisfazer a acumulação do capital, contribuiu com a periferização, desigualdade socioeconômica, segregação espacial e prejuízos ambientais a que se assistem até os dias atuais.

A partir do panorama acerca do planejamento urbano nas cidades, compreende-se que o modelo de planejamento urbano que mais obteve 'sucesso', no sentido de que foi o mais aplicado, foi aquele que visava o progresso: o progressista e racionalista. Este modelo segue os ideais mecanicistas e atomizados, dividindo a cidade em setores e zonas com foco na industrialização e consumo. Isso implica, por conseguinte, em uma apropriação desenfreada dos recursos naturais para que esse progresso possa ser sustentado.

O contratempo se dá à medida que se compreende que tais recursos são finitos e este progresso não se estende a toda a população. Embora o planejamento urbano tenha melhorado as condições de vida de muitos, sua aplicação não é uniforme em toda a cidade e para todas as pessoas. Em nome do progresso, o planejamento

urbano desvinculado da natureza e dos problemas socioeconômicos das cidades perpetua a marginalização de milhares de pessoas – conhecidas como a *Ralé-urbana* (Hall, 1988/2014) -, relegando-as ao abandono, ao esquecimento e à carência de assistência. Enquanto isso, o meio ambiente se encaminha para um colapso iminente, resultando em uma cidade segregada, desigual, fragmentada e em desarmonia com a natureza, confrontando uma crise sistêmica, com destaque para suas facetas urbana e ecológica.

2.2. Da crise sistêmica nas cidades contemporâneas aos novos rearranjos socioespaciais

Com o notório fracasso do urbanismo moderno e progressista, somado ao aumento incessante do desemprego ao redor do mundo e endividamento estatal, houve uma reestruturação produtiva no sistema econômico hegemônico mundial a partir do final dos anos 1970. Essa mudança provocou transformações na sociedade, impactando também a forma como o corpo social ocupa o território, produz o ambiente construído e interfere na natureza. A ascensão da ordem neoliberal, desde então dominante, baseia-se nos princípios do Liberalismo Clássico, priorizando a livre concorrência, o livre mercado, a privatização, a propriedade privada, o individualismo e um Estado mínimo. Isso gerou cortes nos investimentos em políticas públicas sociais, resultando no que Smith (2009, p. 11) assinala como “financeirização da vida cotidiana”. Esse modelo foi largamente aplicado, especialmente em países periféricos do capitalismo, através do Consenso de Washington, que condicionava assistência financeira do FMI e do Banco Mundial a esses países à adoção das políticas por eles prescritas (Maricato, 2001a; Smith, 2009; Maricato, 2015).

No entanto, após a adoção das políticas neoliberais, houve um aprofundamento das desigualdades devido à redução dos investimentos sociais, além de uma série de crises econômicas, com destaque para a crise dos *subprimes* em 2008. Essas crises econômicas, vinculadas ao neoliberalismo, evidenciam a fragilidade desse sistema, uma vez que exigem a intervenção do Estado na economia para sua sobrevivência (Smith, 2009).

2.2.1. A crise urbana

Os desafios não se restringiram ao campo econômico, uma vez que provoca danos materiais reais na sociedade e nas cidades como um todo. Como mencionado anteriormente, a crise é sistêmica e abrange diversas facetas como a econômica, a ambiental, a urbana, a social, a institucional e a civilizatória (Sólon, 2019). Com a expansão da globalização e do neoliberalismo, houve também um crescimento das chamadas cidades globais em todo o mundo (SASSEN, 2011). Desse modo, os princípios neoliberais foram incorporados ao planejamento urbano, resultando na busca pela autonomia das cidades, na competição por prestígio e atração de investimentos, um processo conhecido como Planejamento Estratégico. Assim, a cidade passa a ser uma máquina geradora de acumulação de capital financeiro e imobiliário, visando o crescimento, o progresso e o desenvolvimento (Maricato, 2001a; Arantes, Vainer e Maricato, 2002; Maricato, 2015).

Nesse contexto, observa-se o surgimento de um novo imperialismo em que, sob os ideais do neoliberalismo, as cidades do *Sul global*³ sofrem uma nova forma de dominação e exclusão. Isso se dá a partir da imposição da cartilha de Washington e do *Plano Estratégico a la Barcelona*, que aprofunda as desigualdades, a fragmentação do território e as exclusões sociais em sociedades historicamente fundamentadas num sistema colonial de privilégios e que apresentam predileção por ideias externas e fora do lugar (Maricato, 2001a; Arantes, Vainer e Maricato, 2002; Maricato, 2015).

Assim, os então planejadores-empreendedores contribuem para a criação desse cenário de cidades de negócios, reféns do neoliberalismo. Esse modelo urbano cada vez mais se apoia em projetos de revitalização e renovação de áreas degradadas, buscando atrair investimentos por meio de uma arquitetura e urbanismo do espetáculo, com megaeventos e turismo. Essas operações urbanas têm resultado em crescente especulação imobiliária, gentrificação, deslocamentos populacionais, demolições e despejos (Arantes, Vainer e Maricato, 2002; Smith, 2009; Maricato, 2015).

Mais especificamente no Brasil, a segregação, caracterizada pela exclusão urbanística de uma parcela da cidade, representa uma das maiores marcas de sua

3 Sul Global é um conceito em disputa, podendo apresentar diferentes entendimentos e definições. Nesta pesquisa, a definição utilizada é a que se refere aos países historicamente afetados por processos coloniais que os levaram à marginalização global e a amplas desigualdades socioeconômicas e ambientais (Mittin e Satterthwaite, 2012)

urbanização. A realidade socioambiental das cidades brasileiras é marcada pela expansão urbana desordenada e pelo crescimento indiscriminado de ocupações ilegais: a *cidade ilegal*. Esse crescimento horizontal desenfreado, também denominado como um padrão periférico de expansão, traz à luz o debate em torno do conceito de espoliação urbana. Esse conceito aborda diversos fatores que revelam a precariedade de serviços e direitos enfrentados por grande parte da população ao longo do desigual processo de urbanização no Brasil, notadamente a partir da industrialização nos anos 1950. A espoliação é o cerne da cidade ilegal segregadora, na qual inexistem o acesso a serviços básicos, áreas verdes, equipamentos institucionais, culturais e de lazer. Isso faz com que os trabalhadores dispendam horas em deslocamento para acessar a cidade formal, residam em lugares inóspitos como cortiços ou autoconstruam moradias, aos fins de semana, em áreas ilegais ou ambientalmente frágeis (Kowarick, 1979).

Essa cidade ilegal não é incluída no planejamento e não é representada como parte da *cidade oficial*, fazendo prevalecer o interesse da elite dominante em manter seus privilégios (Arantes, Vainer e Maricato, 2002). Pode-se dizer que também poderiam fazer parte dessa cidade ilegal as áreas não-urbanas (rurais, periurbanas e naturais), uma vez que a produção atual de documentos legais e norteadores de políticas públicas para as cidades abarca rara e pouco abrangente as questões relacionadas a elas, desconsiderando, por vezes, que estas também fazem parte da cidade. O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), por exemplo, menciona a palavra rural apenas três vezes, sendo que apenas uma delas diz respeito a algo que poderia ser realizado enquanto política pública para integrar áreas não-urbanas às urbanas, mas ainda assim de forma muito genérica.

Desse modo, a crise urbana pode ser evidenciada, não apenas no Brasil, mas ao redor de todo mundo, a partir de diversos fatores em decorrência das variações de preços dos componentes da cidade (edifícios, mobiliários, infraestrutura, entre outros) em função da sua localização, denotando os distintos custos do solo urbano. Sendo assim, o acesso à moradia, aos serviços, equipamentos e infraestrutura de qualidade ficam associados ao poder de compra da população. Dessa maneira, devido às desiguais condições de vida nas cidades, à especulação imobiliária e à gentrificação supracitadas, gera-se segregações socioespaciais, aumento da violência, exclusões, desigualdades no acesso à moradia e a serviços básicos e o decorrente espraiamento urbano e aumento da cidade ilegal em direção às áreas periurbanas, naturais e/ou

ambientalmente frágeis, uma vez que grande parte da população não possui condições de arcar com o custo de vida nos centros urbanos (Fernandes, 2010; Maricato, 2015).

De acordo com Ermínia (2001b), esse fenômeno denominado por Milton Santos como o “exílio da periferia”, é ocasionado pela carência e/ou ineficiência de transportes públicos, equipamentos e serviços nas áreas mais distantes e periféricas das cidades. Ademais, é válido ressaltar que a população exilada é também exposta a maiores vulnerabilidades ambientais, violências e discriminações devido às condições de informalidade e ilegalidade a que estão submetidas (Fernandes, 2010; Maricato, 2015; Costa, 2016), . É possível destacar também o inchaço dos centros urbanos, os congestionamentos, os diversos tipos de poluição, a deficiência de infraestrutura urbana e as expansões agrícolas monocultoras que provocam perda de biodiversidade, extinção de fauna e flora, erosão e compactação do solo, além dos incontáveis desastres ambientais que estão se tornando cada vez mais frequentes (Foladori, 2001), comprovando como as crises ecológica e urbana estão interligadas.

Dessa maneira, pode-se dizer que a produção das cidades, em geral, apresenta três pontos-chave em sua construção e que reforçam essas crises: a dinâmica colonial, a busca pela modernização e o consumo desenfreado (Lang, Dilger e Neto, 2016). A dinâmica colonial se deve ao patrimonialismo que sempre esteve presente no Brasil, isto é, o poder político e socioeconômico vinculado à detenção de patrimônios, seja na forma de escravos, seja na forma de terras e imóveis, urbanos e/ou rurais (Maricato, 2015). O patrimonialismo atrelado ao Brasil promove o que Ferreira (2022) denomina *contraplanejamento permanente*, responsável por produzir nas cidades uma forma patrimonialista. Ao citar Vilaça (1998), o autor afirma que a ação estatal fica limitada pela intervenção das classes dominantes que exercem seu privilégio utilizando-se do aparato estatal e conduzem a produção do espaço urbano ao seu bel-prazer, reproduzindo as lógicas de segregação das cidades.

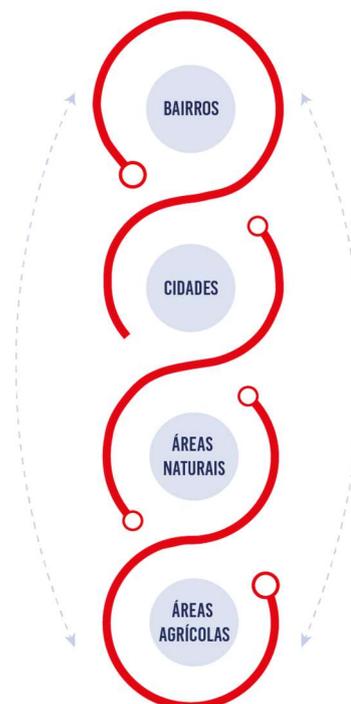
Essa dinâmica reproduz também o modelo extrativista na produção das cidades, o que reforça a lógica segregadora e fragmentadora da dicotomia rural-urbana e que também prejudicam o ambiente. Essa lógica dicotômica, como já explicitada, também é reflexo da busca pela modernização, que procura colocar em oposição os territórios rurais e urbanos, incluindo estes como a solução para o atraso daqueles. Na busca por este modelo de modernização, tem-se o decorrente consumo desenfreado e a formação de cidadãos-consumidores que convivem em uma cidade

acelerada pela especulação imobiliária, alienação e a construção dos templos modernos (supermercados e shopping centers) (Santos, 1987/2007a).

Nesse sentido, tem-se uma cidade especulativa e gentrificada, uma cidade da expulsão e da espoliação. Assim como também é, muitas vezes, uma cidade alienada, superficial, sem identidade, sem singularidade e pertencimento - a cidade genérica descrita por Koolhaas (1995). Elas refletem um desenho de cidade que Escobar (2018) denomina como anacrônico, o qual reproduz a fragmentação, a segregação, o medo e o pânico moral. Esse caos urbano acelerado, que na tentativa de ser compacto e sustentável, também contempla o descarte, que é o ônus do desenvolvimento, como os resíduos e a poluição, grande parte exportados para o lado externo das áreas urbanas compactas.

Mancebo (2014) afirma que apesar de indesejável, a realidade material da cidade contemporânea contempla a expansão e a fragmentação. E que para haver uma transição justa para a sustentabilidade, as políticas urbanas precisam guiar a expansão que já acontece e implementar políticas que considerem desde a menor até a maior escala da cidade. Pois, as questões de sustentabilidade devem abranger não somente as áreas urbanas e compactas, mas também as rurais, naturais e periurbanas em prol da regulação do metabolismo como um todo (Figura 1)

Figura 1 - Metabolismo rural-urbano integrado



Fonte: (Silva, 2020)

Nesse ínterim, é importante ressaltar a importância da interligação entre as Reformas Urbana e Agrária no fortalecimento dos vínculos territoriais, uma vez que ambas as pautas caminham juntas. Pois, a Reforma Urbana busca garantir o direito à cidade, democratizando o acesso à infraestrutura, mobilidade, segurança, moradia, equipamentos públicos, lazer e serviços básicos, combatendo a especulação imobiliária, lotes ociosos e o crescimento desordenado de áreas urbanas (Maricato, 2015). Em complementação, a Reforma Agrária também busca uma reordenação territorial ao combater a concentração fundiária e patrimonialista, democratizando o acesso à terra (seja rural ou urbana), promovendo participação popular, também combatendo a especulação imobiliária e garantindo a oferta de equipamentos, moradia, infraestrutura e serviços (em área rural ou urbana), em busca de minimizar os impactos ambientais e sociais (Portela e Fernandes, 2008). Desse modo, ao entender a integração das Reformas Urbana e Agrária, mais uma vez compreende-se o enfrentamento amplo e mútuo de ambas as crises, urbana e ecológica.

2.2.2. A Crise ecológica

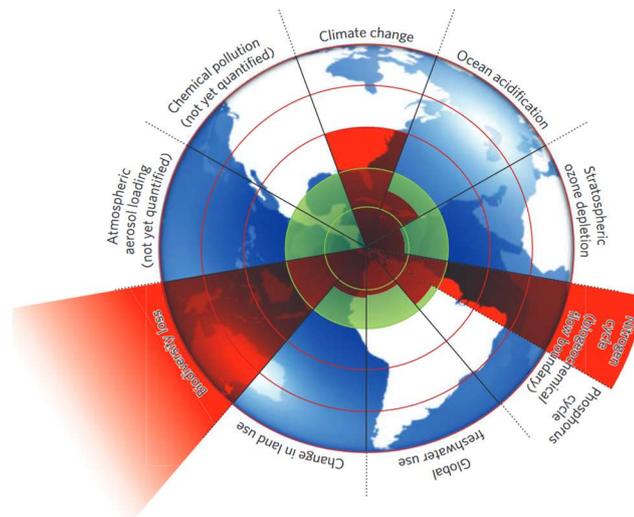
No que tange à faceta ecológica da crise, o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2021a) revelou de forma clara e contundente que muitas das alterações climáticas, devido às emissões de gases de efeito estufa causadas por ações antrópicas, já são irreversíveis e podem tornar-se ainda piores nos próximos anos, caso nenhuma providência seja tomada. O relatório analisa o decorrente agravamento da crise climática que pode ser observada a partir de diversos eventos que denotam o desequilíbrio ecológico como: o aumento da temperatura da superfície da terra (sob qualquer cenário), aumento do nível dos mares, branqueamento dos corais, derretimento das calotas polares, diminuição da biodiversidade, secas, ondas de calor, incêndios e tempestades.

Estes eventos são, particularmente, efeitos da lógica de acumulação infinita e passaram a ter mais relevância no momento que é conhecido na literatura como 'a grande aceleração' (Steffen et al., 2015a). Esse *momento* corresponde ao aumento em caráter exponencial das atividades antrópicas e seus impactos sobre o Sistema Terra, sobretudo a partir das décadas de 1950 e 1960, percebido por meio do uso extensivo de recursos naturais a fim de suprir a intensa e crescente demanda por alimentos, água, energia e bens de consumo. Este cenário em que as atividades

humanas ocasionam grandes e rápidas alterações no clima e na biodiversidade do planeta passou a ser designado por alguns especialistas como *Antropoceno*. Este termo foi popularizado nos anos 2000 pelo químico holandês e vencedor do prêmio Nobel (1995) Paul Crutzen e diz respeito à Época geológica atual, posterior ao Holoceno (Artaxo, 2014; Veiga, 2017; Costa, 2022a).

Essas atividades têm liberado inúmeras substâncias, muitas delas tóxicas, com impactos diversos e, frequentemente, irreversíveis no ambiente. Algumas dessas substâncias comprometem a integridade da camada de ozônio, a biodiversidade e os ciclos de nutrientes, como nitrogênio e fósforo. Esta discussão é parte do debate sobre os *Limites Planetários (Planetary Boundaries)*, conceito desenvolvido em 2009 por cientistas do *Stockholm Resilience Centre*, liderados por Johan Rockström. Como representado na Figura 2, os nove limites planetários (mudanças climáticas; perda de ozônio estratosférico; acidificação dos oceanos; ciclos biogeoquímicos de nitrogênio e fósforo; mudanças na integridade da biosfera associadas à perda de biodiversidade; mudanças no uso do solo; uso de recursos hídricos; carga de partículas de aerossóis na atmosfera; introdução de entidades novas e poluição química) são variáveis que se representam fronteiras seguras para o desenvolvimento humano, evitando alterações irreversíveis no planeta, também chamado de Sistema-Terra (Artaxo, 2014; Steffen *et al.*, 2015b; Costa, 2022a, 2022b).

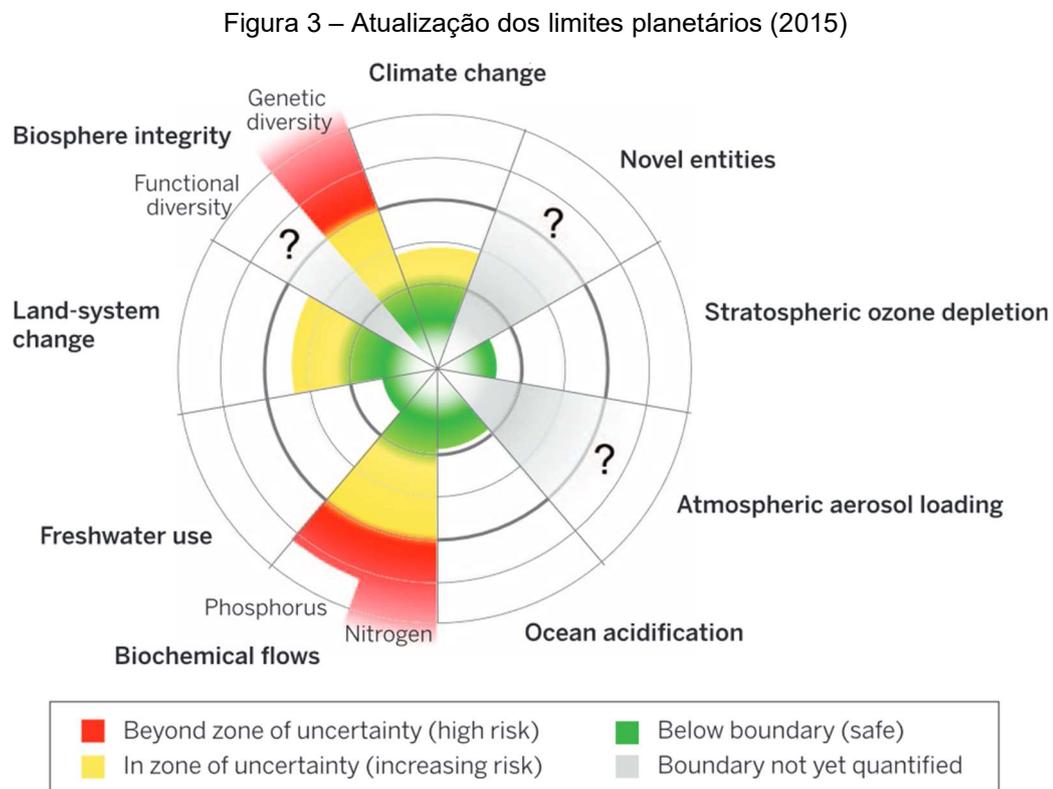
Figura 2 - Limites planetários iniciais (2009)



Fonte: (Rockström *et al.*, 2009)

A partir de (Rockström *et al.*, 2009), Steffen (2015b) trouxe atualizações com relação à questão dos limites planetários (Figura 3), revelando que além dos limites de biodiversidade, clima e ciclo do nitrogênio, outras áreas críticas foram

ultrapassadas ou estão na zona de alto risco. Entre elas, destaca-se a integridade genética da biosfera, a integridade funcional não quantificada, a mudança no uso da terra antes considerada segura e agora em zona de incerteza, bem como a constatação de que o ciclo do fósforo também está além da zona de incerteza. Este estudo identifica a integridade da biosfera e as mudanças climáticas como elementos centrais e estruturantes do Sistema Terra, integrados e conectados aos demais limites. E, de fato, as marcas significativas de transição entre épocas e períodos na escala de tempo geológico na história do planeta têm sido delineadas, frequentemente, pelas mudanças profundas no clima, na biosfera ou em ambos.



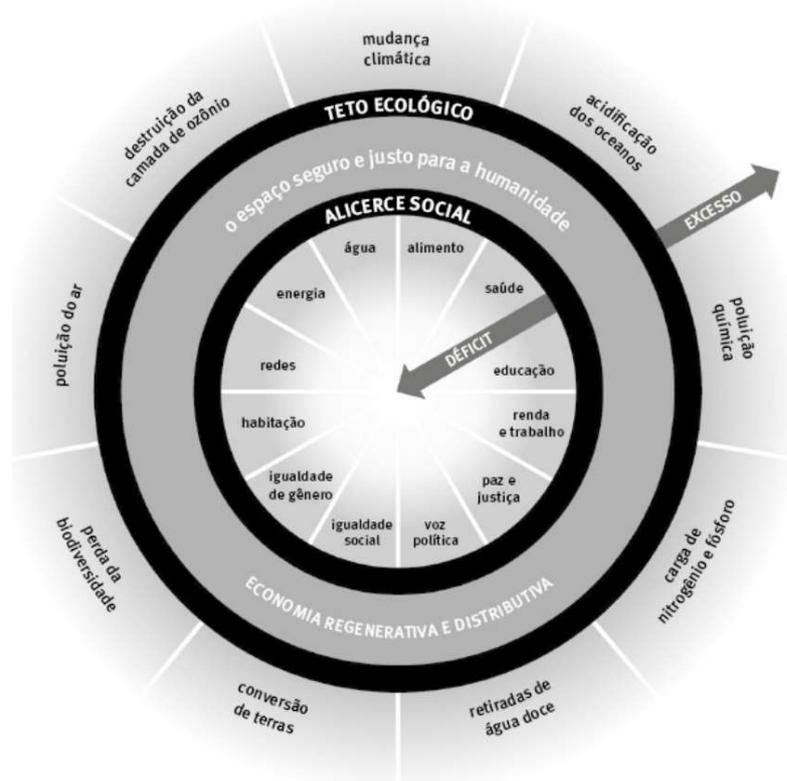
Fonte: (Steffen et al., 2015b)

Na proposição de Rockström et al. (2009), a fronteira segura e recomendada era de que as mudanças antrópicas de concentração na atmosfera não ultrapassassem 350 partes por milhão (ppm). No entanto, o último relatório do IPCC (2021b), revela que já se ultrapassou essa marca, com a concentração atual atingindo 418ppm. Esse cenário denota que o cenário atual está além da zona de incerteza e em um risco consideravelmente elevado. Além disso, a ciência comprovou que um aumento da temperatura global de 2°C teria efeitos mais prejudiciais a diversos

sistemas (como recifes de corais, região ártica, manguezais e zonas costeiras) do que o limite recém-estabelecido de 1,5°C. Estatísticas indicam que, vide relatório do IPCC (2021b), no ritmo atual, podemos ultrapassar os 1,5°C antes de 2040, enquanto no cenário mais otimista, poderíamos permanecer em 1,8°C.

É fundamental destacar que a discussão sobre os Limites Planetários revela a importância de estabelecer fronteiras seguras para preservar a vida humana e evitar mudanças irreversíveis no ecossistema planetário. Nesse contexto, um modelo conceitual que tem recebido crescente atenção é a Economia *Donut* (Figura 4), proposta pela economista Kate Raworth (2019). Esta teoria indica um espaço seguro e justo para a humanidade representado por um *donut* delimitado por dois anéis concêntricos. O anel interno representa os limites sociais, isto é, as necessidades básicas humanas. Enquanto isso, o anel externo representa os limites planetários supracitados. O objetivo é garantir que as pessoas possam satisfazer essas necessidades básicas sem ultrapassar os limites planetários. Assim, a teoria *Donut* propõe um novo paradigma econômico que busca o equilíbrio entre o bem-estar humano e a saúde do planeta.

Figura 4 - Donut: uma bússola para o século XXI



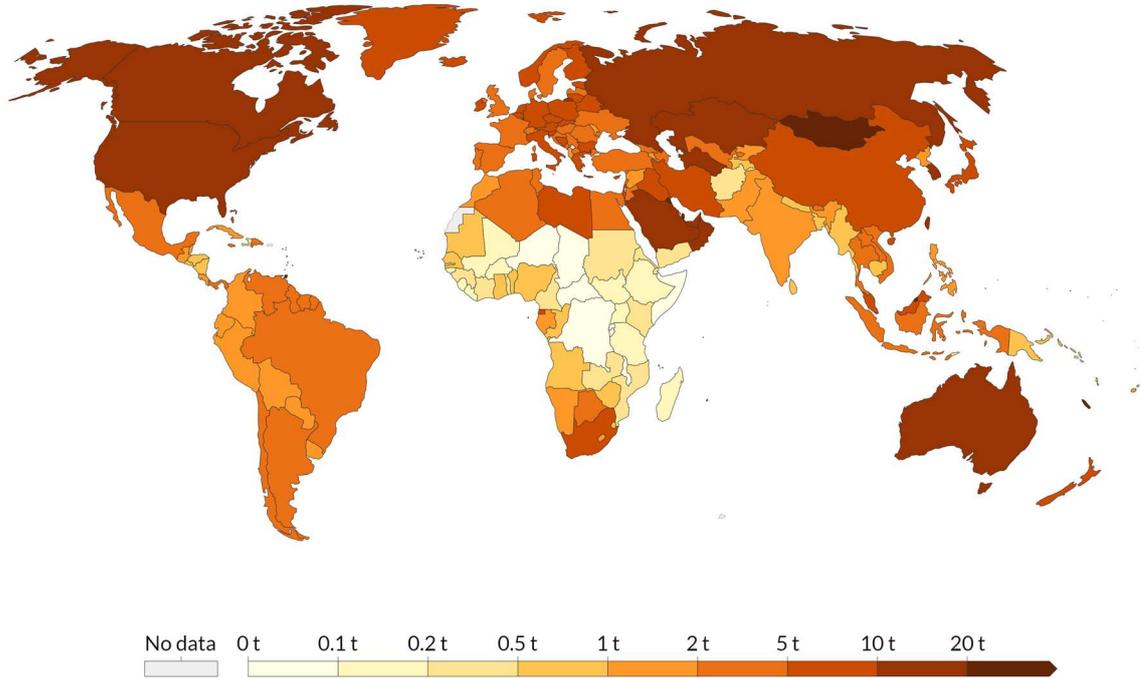
Fonte: (Raworth, 2019)

Entretanto, os números atuais já impactam o cotidiano das pessoas nas cidades, uma vez que são percebidos e vivenciados a partir do conjunto de desastres climáticos recentes, configurando o cenário atual como emergencial. O relatório do IPCC revela, a partir de evidências científicas e inequívocas, que as alterações no clima são uma ameaça ao bem-estar humano e à saúde do planeta. Nesse sentido, podem ser consideradas como uma ameaça ao bem viver nas cidades.

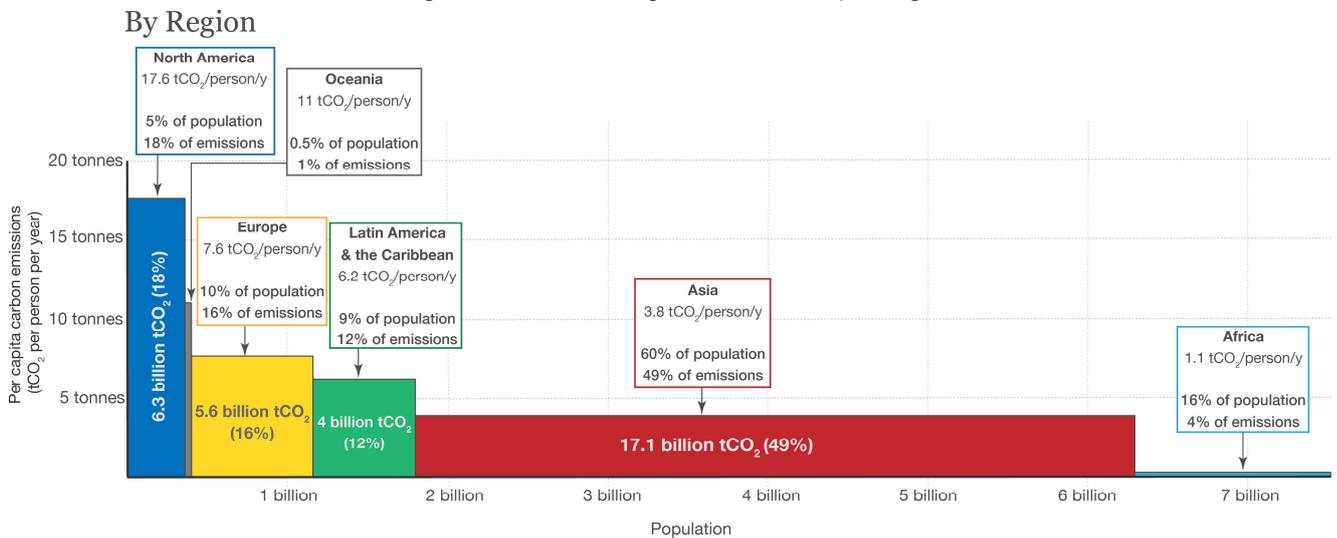
Nesse contexto, a explosão populacional e a industrialização resultaram no êxodo rural e na urbanização, promovendo uma intensificação da separação geográfica entre o modo de vida urbano e as fontes de matéria e energia que sustentam a vida. A urbanização levou à separação geográfica dos processos metabólicos, como a obtenção de recursos, o consumo e a produção de resíduos, através da mecanização da agricultura e da dicotomia urbano-rural. Isso fez com que a natureza fosse assimilada na sociedade capitalista unicamente pelo seu *valor de troca* (Marx, 1867/2013), como mercadoria (Foladori, 2001; Costa, 2022a).

Isso se deve ao fato, principalmente, de que as relações na sociedade atual são pautadas pelo consumo (Bauman, 2008) e, dessa forma, todos os componentes da cidade passam a ser encarados enquanto mercadoria (Harvey, 2012), sendo um dos pontos-chave para compreender a crise urbana atual, como já mencionado anteriormente. Considerando o estado de insatisfação permanente da sociedade apontada por Bauman (2008), a produção e o consumo, conseqüentemente, tornam-se infinitos e desconsideram os limites planetários e a finitude dos recursos naturais, estando, portanto, distantes dos ideais de Bem Viver.

Entretanto, é importante assimilar que o grau de consumo entre os países e seu corpo social não é igualitário. Diferente de outros animais, o impacto humano sobre o ambiente não é diretamente proporcional à quantidade de população, mas sim ao seu grau, poder e forma de comprar e consumir. Como é possível verificar na Figura 5 e Figura 6, há uma relação direta entre as emissões de CO₂ e o desenvolvimento econômico de cada país, o que fica ainda mais nítido quando se avalia as emissões per capita em cada região do planeta. Nestas figuras fica nítido também as diferenças de emissão entre o Norte e o Sul global, mesmo sem levar em conta a pegada de carbono dos produtos que são importados nos países. Um dos dados mais impactantes diz respeito ao fato de que em muitos países da África Subsaariana a pegada média equivale a 0,1 toneladas por ano, isto é, 160 vezes menor do que ocorre em países como Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Figura 5 - Emissões de CO₂ per capita de combustíveis fósseis e indústrias (2020)

Fonte: (Ritchie, Roser e Rosado, 2020)

Figura 6 - Emissões globais de CO₂ por região

Fonte: (Ritchie, Roser e Rosado, 2020)

A partir do contexto de crises urbana e ecológica, bem como da conjuntura de atenção global à importância da natureza, intensifica-se a notoriedade acerca do vínculo rural-urbano. A relevância desta temática pode ser relacionada às novas e acentuadas modificações e movimentações percebidas na paisagem periurbana, uma vez que se percebe cada vez mais um maior intercâmbio (espacial, social, cultural e

econômico) entre o urbano e o não-urbano. Isso porque, como resposta ao cenário de crises, as áreas periurbanas e rurais manifestam-se com uma possibilidade de implementação de uma diversidade de atividades agrícolas e não-agrícolas, apresentando características plurifuncionais (Silva, 2002; Vale, 2005).

2.3. A paisagem periurbana e o reconhecimento da importância das áreas não-urbanas

A utilização dos termos suburbanização, rururbanização e periurbanização muitas vezes é realizada de forma intercambiável, embora haja variação entre alguns autores ao redor do mundo. Segundo Vale (2005), tais fenômenos decorrem da urbanização difusa, que resulta na dispersão populacional urbana sobre áreas rurais, periurbanas e naturais, promovendo uma espécie de migração inversa, mesmo quando não há vínculos com atividades agropecuárias. Essa difusão pode ser atribuída a vários fatores, principalmente ao aprimoramento e avanço nas infraestruturas, nos sistemas de transporte e comunicação que favorecem a conexão e o intercâmbio (econômico, sociocultural e espacial) nas cidades.

O uso do termo periurbano tem origem no termo em inglês *urban fringes*, conforme apontado por Pereira (2013), e começou a ser utilizado nas décadas de 1940 e 1950 por geógrafos norte-americanos ao estudarem mudanças populacionais na Louisiana, estado que passou a apresentar um crescimento suburbano em que os usos rurais e urbanos se mesclavam. Após a ampla difusão deste termo, passou-se também a utilizar a palavra periurbano para denominar outros territórios em que se verificava este fenômeno, já identificado como uma tendência global.

A dinâmica da periurbanização, reconhecida em diversas regiões do mundo e associada a diferentes causas, apresenta recorrências e particularidades que conformam a paisagem periurbana. Augustin Berque (1984/2012) define paisagem como a expressão da relação complexa entre o ser humano e a natureza, abrangendo a superfície terrestre em um sentido multiescalar e polissêmico. Essa definição, também ressaltada por Marandola e Oliveira (2018), apresenta um sentido ampliado de paisagem, pois engloba aspectos físicos (geológicos, biológicos e visuais), além de elementos subjetivos (culturais, semânticos e sinestésicos).

Esta perspectiva de paisagem é alinhada à descrição de Milton Santos (1996/2002, p. 67), o qual a delinea como um conjunto de formas trans-temporais onde há a coexistência de heranças passadas e presentes que expressam a relação

entre humanidade e natureza, englobando aspectos naturais, culturais e/ou de processos produtivos. Essa compreensão enriquece a análise da dinâmica periurbana ao contemplar diversas camadas temporais que moldam esses territórios. Portanto, ao discutir a relevância das áreas não urbanas e a dinâmica da periurbanização, adotar o termo *paisagem periurbana* é crucial para descrever esse espaço de transição entre o urbano e o rural, capturando sua complexidade e multiplicidade de elementos, temporalidades e interações que caracterizam esse território fluido e em transformação.

Pereira (2013) destaca que o periurbano geralmente se refere a territórios híbridos em rápida transformação, reconhecíveis como transicionais, nos quais elementos urbanos se mesclam a paisagens rurais, além de grandes equipamentos urbanos (aeroportos, shoppings, parques industriais e/ou grandes condomínios), delineando características, fragilidades e potencialidades socioeconômicas, ambientais e paisagísticas próprias. Esses espaços abrigam tanto classes sociais mais abastadas, em busca de melhor qualidade de vida, quanto classes menos favorecidas, buscando custos de vida mais baixos. Também são cenários de mercados irregulares e informais, além de enfrentarem riscos e conflitos socioambientais, como deslizamentos, enchentes, contaminações das águas e desmatamentos, devido ao limbo regulatório e institucional que dificilmente sabe lidar com a justaposição de elementos rurais e urbanos.

Nesse íterim, é crucial distinguir a paisagem periurbana daquela das áreas de expansão urbana. Enquanto as áreas de expansão urbana buscam transformar o uso do solo rural para urbano, as periurbanas configuram-se como espaços que permitem a coexistência de atividades rurais e urbanas, estabelecendo um continuum urbano-rural. Assim, pode-se identificar quatro elementos fundamentais que definem a paisagem periurbana: espaços de transição urbano-rurais, que servem de intermediação de fluxos, serviços e pessoas entre essas formas e que podem apresentar conflitos socioambientais, mas também proporcionar oportunidades de subsistência para a população mais pobre, bem como contribuições ecossistêmicas para as cidades (Vale, 2005; Pereira, 2013).

Na realidade brasileira, a expansão urbana horizontal, especialmente após a década de 1980, está associada à valorização das terras rurais devido ao baixo preço e à falta de resistência à mudança de uso, além de políticas de expansão de loteamentos e condomínios residenciais horizontais fechados. Esse processo ocorre

muitas vezes mediante pagamento de outorga onerosa em Áreas de Proteção Ambiental (APA), juntamente com políticas que incentivam o uso do automóvel. Nas décadas seguintes, o espraiamento continuou intensamente, conformando a paisagem periurbana (ou de transição rural/urbana) delineada anteriormente (Santoro, Cobra e Bonduki, 2010).

Graziano (2002), baseando-se nos estudos do Projeto Rurbano, denominou essa realidade como o 'Novo Rural Brasileiro'. A partir dos anos 1980, notou-se o crescimento e a implantação de atividades anteriormente consideradas tipicamente urbanas em áreas rurais e periurbanas, desmitificando a dicotomia entre o urbano-rural e reafirmando a necessidade de integrar essas áreas nos planos e políticas públicas de planejamento das cidades. Estas transformações evidenciam que há novas formas, atividades e dinâmicas nas cidades, uma vez que já não há um protagonismo do urbano em detrimento do rural, mas a relevância da interdependência entre territórios urbanos e não-urbanos, em que o fluxo de pessoas, produtos, serviços e transportes é mútuo.

Desse modo, diante do cenário de crise sistêmica, verifica-se uma revalorização das áreas não-urbanas, pois além de se apresentarem enquanto alternativa de moradia e trabalho, denotam também potencialidades socioculturais e ecossistêmicas (de provisão, regulação e cultural) significativas. As áreas periurbanas e rurais representam a possibilidade de implementação de pluriatividades, combinando atividades agrícolas e não-agrícolas, associadas ao lazer, o turismo rural, prestação de serviços, indústria, moradia e preservação ambiental (Silva, 2002; Vale, 2005).

É importante destacar que a busca por residência em áreas não-urbanas não se restringe apenas à população de baixa renda que regularmente, por não conseguir bancar o alto custo de vida nos centros urbanos, realiza o sonho da casa própria por meio da autoconstrução em áreas periurbanas ou rurais, onde a legislação é menos restritiva. Mas, diz respeito também, a uma parcela significativa da classe média alta que nutre interesse por moradia em condomínios fechados rurais de luxo, casas de campo, chácaras e/ou lazer em hotéis fazenda, na busca por uma qualidade de vida melhor que a ofertada pelos grandes centros urbanos (Silva, 2002).

Santoro et al. (2010) destacam que, na atualidade, essa dinâmica da continuidade do espraiamento e ampliação da mancha urbana sobre os territórios periurbanos (ou de transição rural-urbano) é impulsionada pela pressão dos

interesses imobiliários e fundiários, alinhados à lógica especulativa do mercado, visando a valorização da terra rural como urbana, muitas vezes inacessível para todas as classes sociais.

A percepção dessas novas dinâmicas nas cidades, ao passo que revela novos rearranjos socioespaciais e transformações nas relações entre as áreas urbanizadas, periurbanas, rurais e naturais, destaca a importância dos vínculos entre esses territórios. Ao ganhar notoriedade, os vínculos territoriais demonstram que já não há um protagonismo do urbano em detrimento do rural, mas a relevância da interdependência entre territórios urbanos e não-urbanos (Silva, 2002). No entanto, os territórios não urbanos ainda carecem de um planejamento que os incorpore de forma significativa às políticas públicas, visto que a questão regional muitas vezes é negligenciada nos marcos regulatórios e agendas urbanas. Diante dos desafios complexos enfrentados pelas cidades, torna-se fundamental pensar a cidade de forma integral, considerando o planejamento de forma sistêmica e sustentável.

2.4. A abordagem sistêmica no planejamento das cidades

Para compreender a interconexão e interdependência entre áreas rurais e urbanas, isto é, os vínculos territoriais e a dinâmica dessas paisagens, é imperativo adotar uma abordagem sistêmica no planejamento das cidades. Essa abordagem compreende a complexidade da realidade, reconhecendo que o todo é mais do que a simples soma das partes. A teoria e o pensamento sistêmico surgem em contraponto ao Modelo Mecanicista, cartesiano e reducionista, representado pelo Método Analítico de Descartes. Este último fundamentava-se na crença de que a compreensão de um fenômeno complexo dependia unicamente da análise das propriedades de suas partes (Capra, 1996; Capra e Luisi, 2014).

Morin (2005) argumenta que o pensamento cartesiano, por se caracterizar como *mutilador*, inevitavelmente desencadeia ações *mutilantes*. Este paradigma reducionista fragmenta não apenas as ciências naturais e sociais, mas também a própria compreensão da realidade, ao separar e isolar os diferentes elementos que a compõem. Essa abordagem fragmentada promove discursos que estabelecem uma hierarquia entre o ser humano e a natureza, favorecendo uma visão antropocêntrica que ignora a interdependência e a complexidade dos sistemas naturais.

Nesse sentido, a mudança de paradigma para uma visão de mundo holística e ecológica representou, de acordo com Thomas Kuhn, uma ruptura descontínua e revolucionária no pensamento da época. Pois, o pensamento sistêmico permite contextualizar fenômenos, organismos e objetos em um todo mais amplo, promovendo uma compreensão do todo e suas interdependências (Capra, 1996; Capra e Luisi, 2014).

Desse modo, o pensamento sistêmico apresenta características-chave interdependentes dentre os quais se destacam as 'Totalidades Integradas', enfatizando que o todo não se resume à soma das partes já que as propriedades essenciais pertencem ao todo e nenhuma das partes as possui. Há também as 'Propriedades emergentes' que dizem respeito às especificidades em cada nível de complexidade, corroborando com o fato do pensamento sistêmico ser 'Contextual', visto que as propriedades só podem ser entendidas dentro do contexto do todo maior. Outra característica-chave é o pensamento em rede que sugere uma teia dinâmica de eventos inter-relacionados implicando no fato de que os sistemas operam como entidades coesas, pois qualquer alteração em suas partes afeta o todo (Capra, 1996).

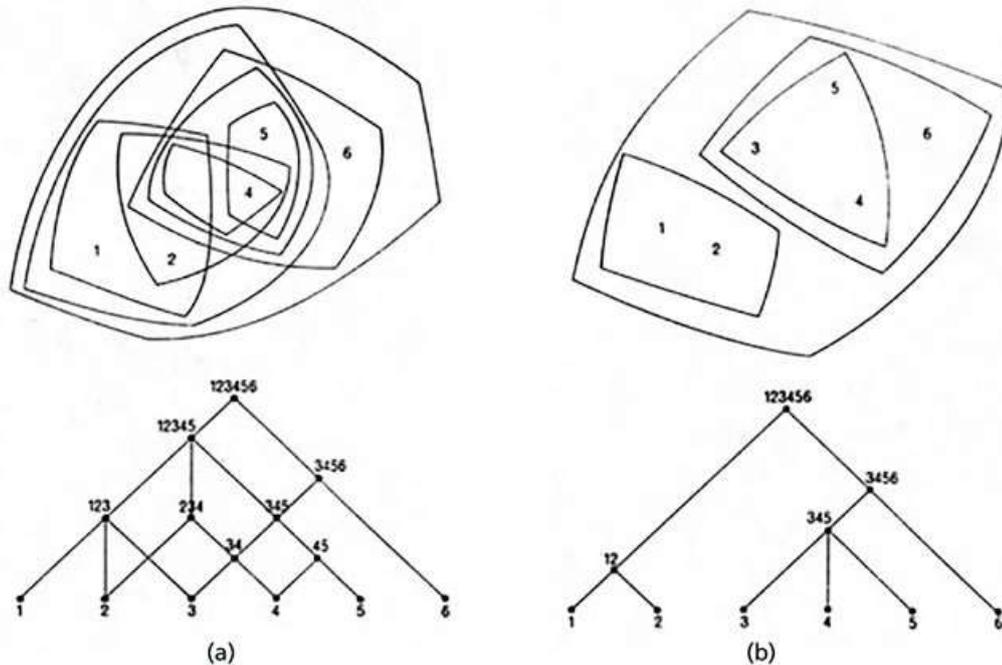
Um contributo adicional a esse campo de saberes é o conceito de Autopoiese, desenvolvido por Maturana e Varela (1991), que descreve o Sistema da Vida como circular e fechado, capaz de se produzir e se autotransformar através de trocas constantes com o ambiente externo. Em suma, o pensamento sistêmico, conforme definido por Capra e Luisi (2014), compreende fenômenos complexos em contexto, respeitando a totalidade das interações, em contraposição à busca por relações causais simplistas entre partes isoladas.

No campo do urbanismo, a perspectiva sistêmica também foi incorporada por alguns autores que passaram reconhecer as cidades como organismos complexos. Entre esses autores, destaca-se Patrick Geddes, precursor do Planejamento Regional, que adotou uma visão abrangente da cidade. Geddes via a cidade como um organismo evolutivo, e propunha abordá-la através de um método de continuidade e criação permanente, buscando alcançar um equilíbrio entre os diversos elementos que a compõem, como os recursos naturais, a agricultura e os bosques (Choay, 1965; Jacobs, 1961/2011; Hall, 1988/2014).

Há também a crítica de Christopher Alexander (1965) à cidade modernista. O autor demonstra a rigidez hierárquica e as conexões limitadas propostas por esse modelo, simbolizado por um esquema em árvore (b) (Figura 7), que não representam

todas as relações que acontecem nas cidades e, conseqüentemente, contribui para o distanciamento social. Em contrapartida, Alexander propõe uma representação semirreticulada (a) que ilustra as possíveis e múltiplas conexões e interrelações que naturalmente ocorrem nas cidades. Essa abordagem revela uma compreensão mais holística e realista do funcionamento urbano.

Figura 7 - Esquema "natural" (a) e esquema em árvore (b)



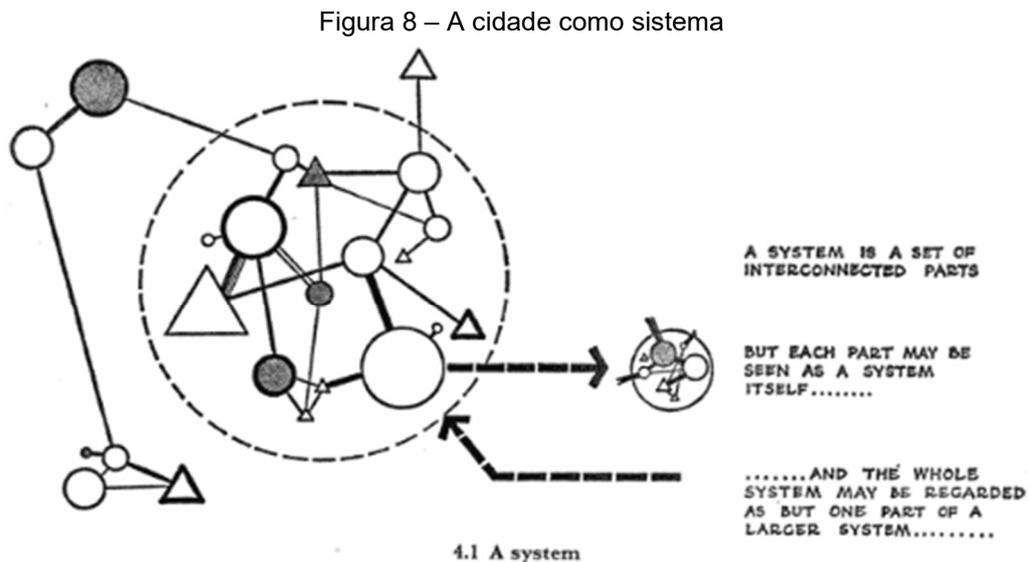
Fonte: (Alexander, 1965)

Assim, em reação à visão tradicional de planejamento delineada no panorama do capítulo 2.1, a partir da década de 1960 passou-se a incluir de forma mais explícita a abordagem sistêmica no processo de planejamento das cidades. Essa perspectiva foi integrada ao urbanismo por meio do Planejamento Sistêmico e do Planejamento Racional, duas teorias distintas, mas que por muito tempo foram tomadas como semelhantes na literatura. Taylor (1998), descreve o surgimento dessa abordagem sistêmica no planejamento como uma ruptura de pensamento com o passado, utilizando, com muitas ressalvas, o conceito de mudança de paradigma de Thomas Kuhn (1962), por identificar esse processo como uma mudança revolucionária da visão dos urbanistas sobre o planejar.

Desse modo, o planejamento urbano é entendido não mais como um fazer artístico, mas como um fazer científico. O autor (1998) explica que essa forma de pensamento não surgiu repentinamente, mas que foi importada para a área de

planejamento urbano a partir das correntes de pensamento sistêmico aplicadas a outras disciplinas a partir das décadas de 1940 e 1950.

Na década de 1970, três autores se destacaram ao publicar livros sobre essa abordagem. Em 1971 George Chadwick publica “Uma visão sistêmica de planejamento” e, em 1973, Andreas Faludi, líder do pensamento racional, publica “Um leitor na Teoria do Planejamento”. O lançamento dessas obras foi como uma complementação à publicação “Planejamento Urbano e Regional: uma abordagem sistêmica” de J. Brian McLoughlin, que propõe uma nova roupagem ao processo de planejamento. O autor busca, a partir da Teoria dos Sistemas, demonstrar que a cidade é um sistema complexo composto de partes (atividades humanas e os espaços) interconectadas que se interrelacionam (fluxos e comunicações) entre si (Figura 8).



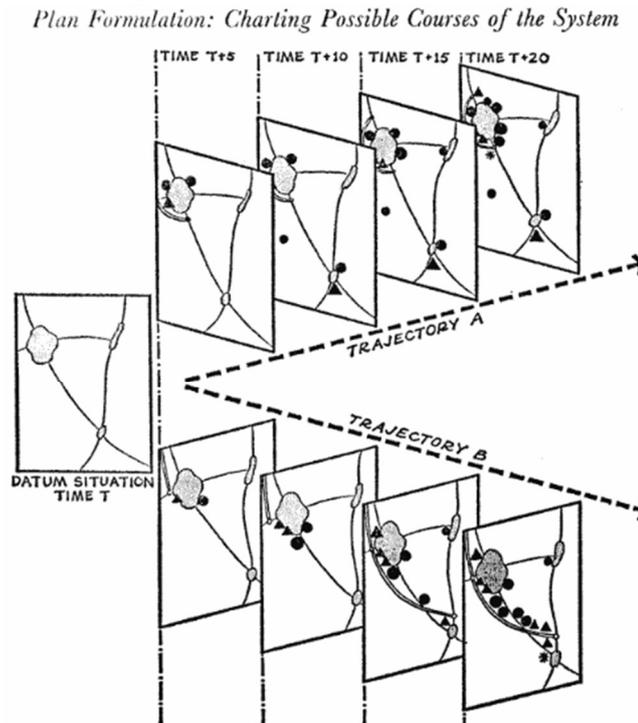
Fonte: (Mc Loughlin, 1969)

Desta forma elabora uma metodologia de planejamento cíclico em que os resultados das etapas podem retroalimentar-se, sendo identificadas como: i. avaliação preliminar; ii. elaboração de objetivos; iii. descrição e simulação do sistema; iv. definição de possibilidades de ação/alternativas com períodos de tempo pré-estabelecidos; v. avaliação e seleção de alternativas; vi. implementação, envolvendo controle e revisão.

A sequência de etapas referente ao processo de tomada de decisões representada na Figura 9 é muito semelhante à utilizada pela metodologia do Planejamento Racional, citada acima. Taylor (1998) explana que, enquanto o

Planejamento Sistêmico tinha um enfoque sobre o *objeto* (a cidade e o ambiente) a ser planejado, o Racional focava no processo de planejamento em si.

Figura 9 - Definição de alternativas em um determinado tempo (T)



9.1 System trajectories

Fonte: (Mc Loughlin, 1969)

Embora diferentes, os Planejamentos Sistêmico e Racional foram abordados na prática como uma mesma abordagem, uma vez que apresentavam uma ruptura com o planejamento tradicional das décadas anteriores. A crítica à visão tradicional de planejamento se concentrava no fato de que aquele tipo de planejamento conferia mais prioridade aos aspectos estéticos, morfológicos e físicos do ambiente, em detrimento do entendimento das questões socioeconômicas das cidades. Além da incorporação dessa concepção sociológica do espaço, outros dois pontos eram apontados pelas duas novas abordagens de planejamento como falhas do Planejamento Urbano Tradicional: o não entendimento das dinâmicas de complexidade e interrelacionais da vida urbana, bem como a inflexibilidade apresentada pelos *masterplans* elaborados à época.

Essa revolução de ideias e pensamento fez com que fossem tecidas diversas críticas ao planejamento sistêmico-racional, como se fossem um único tipo, não tendo sido bem aceitos, nem aplicados na época. Por esse motivo, também se faz necessário ressaltar que essa mudança no pensamento urbanístico dos anos 1960

não resultou em uma substituição completa do planejamento tradicional pelo sistêmico. Nesse sentido, dissolve-se o argumento que a visão sistêmica no planejamento representou na época uma mudança de paradigma tal qual definia Kuhn (Taylor, 1998).

Apesar de trazer novas e relevantes abordagens sobre a cidade, os chamados Planejamento Sistêmico e Racional ainda pertenciam à corrente de ideais modernistas que dominavam o pensamento da época e que valorizavam a busca pelo progresso e um futuro promissor. Taylor (1998) argumenta que, assim como a “cidade radiante” de Corbusier representava o otimismo modernista visando o progresso, o ‘método racional e sistêmico’, ainda que promovesse mudanças nas decisões de planejamento, mantinha uma perspectiva antropocêntrica e utilitária da natureza, em vez de adotar uma visão integral e sistêmica do território. Isso porque a abordagem genuinamente complexa e sistêmica, defendida por teóricos como Morin, Capra, Luise, Maturana e Varela, ainda era inovadora para os planejadores da época e, mesmo hoje, décadas depois, as visões antropocêntricas, coloniais e exploratórias continuam influentes no planejamento territorial.

Essa lacuna torna-se ainda mais evidente ao considerar o histórico do planejamento apresentado. Mesmo nas abordagens mais orientadas ao Planejamento Regional e à perspectiva sistêmica, nota-se a falta de integração entre o planejamento e a paisagem, negligenciando, por exemplo, a relevância das bacias hidrográficas. Estas áreas que são delimitadas por divisores topográficos, responsáveis pela captação natural das águas precipitadas que convergem para um único ponto, representam unidades territoriais essenciais para a sustentação de todas as atividades nas cidades, uma vez que a água é um recurso vital. E à medida que proporcionam uma visão abrangente do território, englobando seus ecossistemas e ciclos naturais, podem ser caracterizadas como *entes sistêmicos* (Porto e Porto, 2008, p. 45) essenciais a serem incorporados ao processo de planejamento.

No cenário brasileiro, a construção de barragens e hidroelétricas tem sido um reflexo do planejamento negligente que prioriza os interesses econômicos e exploratórios, em detrimento das considerações socioambientais. Esse enfoque direcionado para a geração de energia hidrelétrica e a utilização da água para a irrigação agrícola desconsiderou os impactos devastadores sobre o meio ambiente e as comunidades. Casos emblemáticos como os desastres em Mariana e Brumadinho evidenciam essa problemática, atingindo tanto comunidades rurais quanto urbanas,

resultando na perda de vidas, destruição de rios, danos irreversíveis às cidades e consequências duradouras para milhares de pessoas (Krenak, 2020a; Matheus, 2023). Estes incidentes se tornam exemplos gritantes de como a falta de consideração ambiental e a priorização do lucro têm impacto desproporcional sobre populações historicamente marginalizadas.

Além disso, essa abordagem revela um quadro de racismo ambiental presente nas políticas públicas e nas legislações que regem o planejamento ambiental e a gestão dos recursos hídricos no país. A desigualdade estrutural é evidente na maneira como comunidades vulneráveis são impactadas de forma desproporcional por desastres ambientais, enquanto os responsáveis muitas vezes não enfrentam as devidas consequências legais ou financeiras. Essa lacuna entre os efeitos desses desastres e a resposta institucional adequada revela a existência de um sistema que perpetua a marginalização e a vulnerabilidade dessas comunidades, consolidando o racismo ambiental como um problema estrutural na sociedade brasileira (Jesus, 2020; CEE Fiocruz, 2023).

No Brasil, a abordagem inicial sobre a questão da água remonta a 1934, com a criação do Código das Águas, primeira lei a tratar deste tema no país. Entretanto, somente em 1986, com a promulgação da Resolução sobre impacto ambiental pelo CONAMA é que as bacias hidrográficas passam a ser mencionadas. Contudo, na Constituição de 1988, o enfoque não foi direcionado à importância das bacias, mas sim ao *recurso* hídrico (Gonçalves *et al.*, 2017), corroborando o viés econômico previamente mencionado.

A gestão baseada nas bacias hidrográficas só ganhou relevância quando os efeitos das degradações ambientais e seu impacto sobre a disponibilidade de *recursos* hídricos ficaram evidentes. No contexto do estado de São Paulo, a Lei Estadual nº 7.663/91 emerge como um marco na gestão dos recursos hídricos, uma vez que passa a abordar as modalidades de uso, quantidade e qualidade das águas (Jacobi e Fracalanza, 2005). No âmbito federal, em 1997, é criada a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/1997) que deu origem à criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, visando principalmente promover uma gestão descentralizada, participativa e integrada dos recursos hídricos. Essa descentralização pressupõe considerar a bacia como unidade regional de planejamento e gestão (ANA, 2011).

Um exemplo proeminente e pioneiro desse modelo é o Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (CBH-PCJ). Instalado em 1993, destaca-se como um dos mais ativos no Brasil desempenhando um papel crucial na gestão descentralizada e participativa nas bacias. Esse comitê envolve diversos setores da sociedade, como representantes do poder público em suas variadas esferas e a sociedade civil, estabelecendo um padrão de referência na busca por soluções para os desafios hídricos e territoriais (Barbi, 2014; CBH-PCJ, c2023).

Os comitês de bacia são exemplos notáveis de como integrar uma abordagem sistêmica ao processo de planejamento, considerando o território como um todo e sua intrínseca relação com a paisagem e os recursos naturais. Essa perspectiva abrange a interconexão e interdependência entre os elementos do ambiente, evidenciando a importância de uma visão sócio-biocêntrica e interrelacional, alinhada aos princípios do Bem Viver, temas que serão explorados nos próximos capítulos.

Além dos comitês de bacia, recentemente destacou-se a abordagem do planejamento urbano e territorial integrado, que visa aplicar uma abordagem sistêmica no processo de planejamento. Esse viés busca compreender as relações de complementaridade e conexão entre os diversos territórios das cidades, não se restringindo apenas às áreas urbanas, priorizando uma perspectiva de desenvolvimento econômico e sustentável. Essa abordagem, juntamente com outros marcos conceituais que vislumbram essa mudança de paradigma, será explorada na Parte II deste trabalho, abordando as proposições atuais para as problemáticas apresentadas nesta primeira parte da dissertação.

PARTE II

| RESPOSTAS E IMPASSES NA ATUALIDADE

3. Agendas e marcos conceituais em prol dos vínculos territoriais

Dada toda a problemática explicitada na Parte I desta dissertação, é importante evidenciar também quais são as respostas, bem como suas problemáticas e impasses associados que podem ser identificados até o momento. Dessa forma, dado o atual cenário de crises socioeconômicas e ecológica verifica-se um olhar global atento para as mudanças climáticas ocasionando preocupações ecossistêmicas das quais resultam iniciativas voltadas à elaboração de agendas, marcos conceituais e regulatórios que visam buscar soluções aspirando, sobretudo, a mitigação e a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, bem como a prefiguração de novas formas e possibilidades de vida justa e igualitária nas cidades.

O olhar sustentável e as pautas ambientais despontaram a partir das décadas de 1960 e 1970 com o Movimento Ambiental Moderno. Embora o debate ecológico tenha se intensificado nesse período, é importante reconhecer que os povos originários e comunidades tradicionais já possuíam práticas e conhecimentos ancestrais que os conectavam profundamente com a natureza (Fernandes, 2021). Entretanto, com as mudanças no planeta em decorrência da industrialização, sentiu-se a necessidade de promover conferências e agendas em busca de ações adaptativas e mitigadoras.

Nesse âmbito, destacam-se as conferências ambientais e a consequente produção de Agendas e documentos internacionais, tais como a Agenda 2030 (ONU, 2016), a NAU (ONU-Habitat, 2016), a Agenda de direito à cidade (Plataforma global pelo direito à cidade, 2018) e o Guia de princípios para conexões urbano-rurais (ONU-Habitat, 2019). A partir destes documentos é possível compreender quais foram os antecedentes da busca pelo fortalecimento dos vínculos territoriais, isto é, das conexões urbano-rurais como estratégia para uma vida mais sustentável nas cidades.

3.1. Conferências ambientais, Mitigação e Adaptação climáticas

As conferências ambientais foram criadas na década de 1970 com o intuito de debater e discutir os assuntos relacionados à preservação e à conservação do meio ambiente, já que o mundo passou a sentir os impactos e mudanças decorrentes de todo o processo de industrialização, desde as Revoluções Industriais, somado ao modelo de desenvolvimento produtivista atual.

Nestas conferências, elaboradas pela Organização das Nações Unidas (ONU), líderes de diversos países estabelecem acordos e compromissos em prol do que hoje é o chamado *desenvolvimento sustentável*. A primeira delas aconteceu em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, marcando o reconhecimento inicial das preocupações ambientais em nível internacional. Embora o termo *desenvolvimento sustentável* não tenha sido formalmente estabelecido na época, os princípios de equilíbrio entre desenvolvimento econômico, social e ambiental estavam presentes nas discussões e foram organizados no documento conhecido como Declaração de Estocolmo. Em 1987, o Relatório Brundtland popularizou o conceito que diz respeito à *'atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades'*. A Conferência de Estocolmo também levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que continuou a liderar os debates e organizar futuras conferências sobre questões ambientais (UN, 2014, c2022).

Outra grande conferência, a Rio-92 ou Eco-92, aconteceu 20 anos depois, no Rio de Janeiro. Ela também ficou muito conhecida por 'Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente' ou ainda 'Cúpula da Terra', em inglês, *Earth Summit*. Os líderes e representantes de 179 países reunidos no Brasil retomaram as discussões de Estocolmo e abordaram, principalmente, a problemática do modelo de desenvolvimento vigente que visa a exploração infinita dos recursos em prol do lucro. Os principais produtos foram os documentos conhecidos como Declaração do Rio, a Agenda 21 e um documento com os Princípios Florestais. Em suma, os objetivos visavam acelerar o avanço do desenvolvimento sustentável a partir da cooperação entre os países para combater a pobreza e o desflorestamento e por uma mudança nos padrões de produção e de consumo (UN, 2012a).

Nesta conferência também se aprovou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, ou em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC). A UNFCCC trata-se de um tratado entre os países signatários, também chamados de 'Partes', que define suas responsabilidades em prol da proteção do meio ambiente, mas que também considera que cada uma das partes possui uma circunstância distinta. A conhecida Conferência das Partes (COP) é um órgão supremo da UNFCCC em que todos os países signatários se reúnem a fim de discutir e refletir, bem como decidir consensualmente acerca dos avanços, dificuldades e decisões futuras relacionados às mudanças climáticas (Torres, 2021).

De todas as COPs que se sucederam até então é válido destacar algumas delas. A primeira aconteceu em Berlim, na Alemanha, no ano de 1995. Dois anos depois, a COP3 foi realizada no Japão, onde foi assinado o Protocolo de Kyoto, o qual agrega extrema importância por ter sido o primeiro acordo internacional para a redução das emissões de gases efeito estufa. Já em 2015, têm-se a COP21, na França, com o destaque do Acordo de Paris que foi firmado pelos 195 países vinculados à ONU, visando a redução das emissões de gases efeito estufa para que o aumento da temperatura global não ultrapassasse 2°C, ou até mesmo 1,5°C. Além disso, este acordo também visava oferecer capacitação para as nações a fim de encontrar medidas mitigadoras e adaptativas, além de oferecer maior apoio financeiro às nações em desenvolvimento (UN, 2016; Torres, 2021).

Adiantando uns anos na linha do tempo, é válido ressaltar que mais recentemente em 2021, aconteceu a COP 26, em Glasgow (Escócia). Esta edição da COP ocorreu em um momento em que os desastres climáticos e ambientais estão sendo cada vez mais frequentes e intensos. Neste cenário percebe-se também que as populações mais pobres são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, evidenciando que a desigualdade social é um fator relevante e muito preocupante, demonstrando a urgência para evitar ainda mais perdas e catástrofes (Torres, 2021).

É nessa perspectiva que se destaca a questão do Racismo Ambiental, termo criado pelo ativista e líder afro-americano Benjamin Franklin Chaves Júnior, entre as décadas de 1950 e 1960. O termo buscava designar o maior sofrimento pela degradação ambiental que assolava as populações mais vulneráveis (Fuentes, 2021). Nesse sentido, compreende-se que o impacto ambiental não atinge a todas as pessoas de forma equivalente uma vez que os fenômenos mais nocivos atingem com maior impacto as pessoas menos favorecidas economicamente. No Brasil, por exemplo, o racismo ambiental atinge mais fortemente a população preta, quilombola, indígena e camponesa, a qual historicamente foi esquecida do processo de formulação de leis e políticas públicas. Por isso a importância de levar a cabo a justiça climática a fim de resguardar os direitos dos grupos mais vulneráveis de modo a dividir as responsabilidades da mudança do clima, bem como seus impactos.

Os últimos acontecimentos deixaram ainda mais evidente como a questão das mudanças climáticas é o maior desafio atual para a humanidade. E a urgência de ação para arquitetos e urbanistas não é diferente, ainda mais considerando que, segundo

o Relatório de Situação Global para Edifícios e Construção, produzido pela UNEP (2020), o ambiente construído, o setor da construção civil, foi responsável por 38% das emissões de CO₂ relacionadas à energia no período analisado.

Inclusive, o RIBA (*Royal Institute of British Architects*) produziu o relatório global *Built for the Environment* (2021) que defende que o ambiente construído deve reduzir de imediato as emissões de carbono, em direção à emissão zero, para enfrentar as mudanças climáticas. O Instituto acredita que para combater as emergências globais atuais é imprescindível que mudemos o modo como projetamos e construímos nossas cidades. Dessa forma, é preciso que o ambiente construído opere dentro dos limites planetários, pensando principalmente em medidas mitigadoras e adaptativas ao clima e na emergência da biodiversidade, considerando, sobretudo, as soluções baseadas na natureza e o conhecimento e tecnologias ecológicas tradicionais.

A partir do sexto ciclo de avaliação (AR6), o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), por meio de seus grupos de trabalho II e III (WGII e WGIII), dedicou, respectivamente, dois de seus relatórios (2022a, 2022b) à análise profunda dos impactos da mudança do clima, seus riscos e a necessidade de adaptação às mudanças climáticas e à importância da mitigação do aquecimento global. Os relatórios indicam estratégias adaptativas e mitigadoras que visam aumentar a resiliência à mudança climática, possibilitar equidade social, qualidade de vida e o bem-estar humano no planeta.

Segundo o relatório elaborado pelo WGII (2022a), medidas adaptativas como resposta às mudanças climáticas têm o intuito de reduzir riscos, bem como a vulnerabilidade climática. Os riscos e a vulnerabilidade têm afetado os diversos grupos sociais, tanto em áreas urbanas como não-urbanas, sobretudo os povos indígenas e comunidades ribeirinhas que, para a sua subsistência, dependem de ecossistemas e setores diretamente ameaçados como agricultura, pesca e turismo.

Existem muitas opções de adaptação relacionadas a diversos setores e que podem ser subdivididas em três abordagens: i. Programas sociais que promovem equidade e justiça climática, a fim de reduzir a vulnerabilidade de comunidades urbanas e rurais, melhorando seu acesso à serviços básicos e infraestrutura; ii. Adaptação baseada no ecossistema, que com o auxílio de povos originários e comunidades locais, visa a proteção, restauração e manejo dos ecossistemas em prol da redução dos riscos climáticos, auxiliar na captura de carbono, promover saúde e segurança alimentar; iii. Novas tecnologias e infraestrutura, na busca combinar

soluções baseadas na natureza com alternativas envolvendo engenharia, como, por exemplo, o aprimoramento do uso de energias renováveis (solar e eólica), canais para controle de inundação e expansão de sistemas de irrigação.

Já o relatório elaborado pelo WGIII (2022b) trata das medidas mitigadoras da mudança climática, de modo a atenuar os efeitos das mudanças climáticas e que podem ser alcançadas por meio da proibição, limitação, captura e/ou prevenção dos gases de efeito estufa da atmosfera, podendo ser atribuído a diversos setores e atividades, podendo abranger desde o setor energético e de transportes, até de edificações, industrial, agricultura e gestão de resíduos.

O objetivo é manter o aquecimento global na temperatura máxima de 1,5°C estabelecido pelo Acordo de Paris e avaliar a viabilidade, eficiência e benefícios de variadas estratégias mitigadoras. As estratégias mitigadoras destacadas pelo relatório são: a expansão do uso de energia limpa e caminhar para uma transição energética justa; investimento em inovação para descarbonizar a indústria por meio da economia circular; incentivo de construções verdes zero carbono, bem como a adaptação de construção existentes; Redesenho das cidades em prol da transição para o transporte de zero e baixo carbono, em busca de cidades mais compactas, acessíveis, em prol de mais qualidade de vida e bem estar das pessoas; o relatório também trata da proteção, restauração e manejo sustentável dos ecossistemas, sobretudo os ricos em carbono (como florestas e turfeiras) e da melhoria nos sistemas alimentares.

Além disso, este relatório buscou demonstrar como mudanças de estilo de vida e comportamento impactam diretamente na mitigação das mudanças climáticas. Isso não diz respeito somente a evitar desperdícios e a transição para alimentação à base de plantas, mas também à redução nos padrões de consumo, principalmente dos países mais ricos. As mudanças no desenho das infraestruturas das cidades enquadram-se enquanto fundamentais para auxiliar nessas transformações de estilo de vida, uma vez que podem encorajar a caminhabilidade, o uso de bicicletas, o consumo local e de proximidade.

Desse modo, comprova-se como as cidades são cruciais na ação de combate às mudanças climáticas, visto que não necessitam apenas adaptar-se às mudanças, podendo também dispor de estratégias mitigadoras que, através do desenho e do planejamento, podem combater o racismo ambiental, viabilizar a justiça climática e garantir assentamentos urbanos e/ou rurais sustentáveis com qualidade de vida, visando o Bem Viver de todos os seres que coexistem no planeta. Na Figura 10, a

seguir, é possível identificar algumas estratégias de adaptação e mitigação na ação das cidades e assentamentos humanos encontradas nos relatórios do IPCC supracitados.

Figura 10 - Medidas Adaptativas e Mitigadoras no escopo das cidades e assentamentos humanos

MEDIDAS ADAPTATIVAS	MEDIDAS MITIGADORAS
<p>infraestrutura-cinza</p> <p>Diques, paredões, Taludes revestidos em costeiras armazenamento de água, reuso de águas cinzas resfriamento passivo melhoria da infra-estrutura de transporte, energia, água e saneamento desenho urbano e regulamentação de edificações</p>	<p>planejamento espacial e uso do solo</p> <p>Planejamento espacial integrado que vise: Cidades compactas e maiores densidades Uso misto do solo Mudança modal (priorizando a caminhabilidade, uso de bicicletas e transportes públicos)</p>
<p>infraestrutura-verde e azul</p> <p>Agricultura urbana, arborização viária, telhados verdes Gestão sustentável da água urbana Parques e espaços abertos Jardins comunitários jardins de chuva, biovaletas, bacias de retenção Planícies de inundação e restauração de bacias hidrográficas (soluções baseadas na natureza e serviços ecossistêmicos em geral)</p>	<p>matriz energética</p> <p>Eletrificação do sistema de energia urbana Mudança para fontes de energia de baixo e/ou zero carbono: Foco em energia eólica, solar, hidroelétrica;</p>
<p>planejamento e políticas públicas sociais</p> <p>Planejamento sustentável do uso do solo Segurança social Construção de redes Gerenciamento de riscos de desastre e emergência Serviços de saúde Educação ambiental Conservação do patrimônio Melhoria dos assentamentos informais e precários Ações baseadas nas comunidades (inclusão dos grupos marginalizados nos processos de decisão)</p>	<p>edificações</p> <p>redes de aquecimento e resfriamento edifícios com grande eficiência energética conforto energético passivo em edifícios mudança dos métodos construtivos, com enfoque em economia circular mudança nos materiais construtivos, com enfoque nos mais sustentáveis como a madeira</p> <p>infraestrutura-verde e azul</p> <p>florestas urbanas arborização viária superfícies permeáveis telhados e paredes verdes agricultura urbana e Gestão sustentável da água urbana</p> <p>prevenção, minimização e gestão de resíduos</p> <p>gestão de resíduos, gestão da água urbana e saneamento</p>

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (IPCC, 2022b, 2022a)

Anteriormente à COP26 supracitada, ocorreram outros eventos importantes que foram pontos-chave e precursores para a elaboração da Agenda 2030 e dos 17 ODS, em 2016 – documento importante para as reflexões dessa dissertação. O primeiro evento refere-se à Cúpula do Milênio, realizado em 2000, na sede da ONU, em Nova York. Nele, foram discutidas novas estratégias de desenvolvimento para consolidar o comprometimento da comunidade internacional e fortalecer as parcerias entre governantes e a sociedade em prol de um mundo mais igualitário e justo. O

maior produto foi a Declaração do Milênio, assinada pelos 189 Estados-membros, e que apresenta os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), vide Figura 11, os quais almejavam erradicar a fome e a pobreza em todo o mundo. Além dos oito objetivos, estabeleceu-se 21 metas globais associadas a 60 indicadores, que seriam avaliados regularmente até 2015 e comparados com os dados iniciais registrados em 1990 (Roma, 2019; UN, c2020).

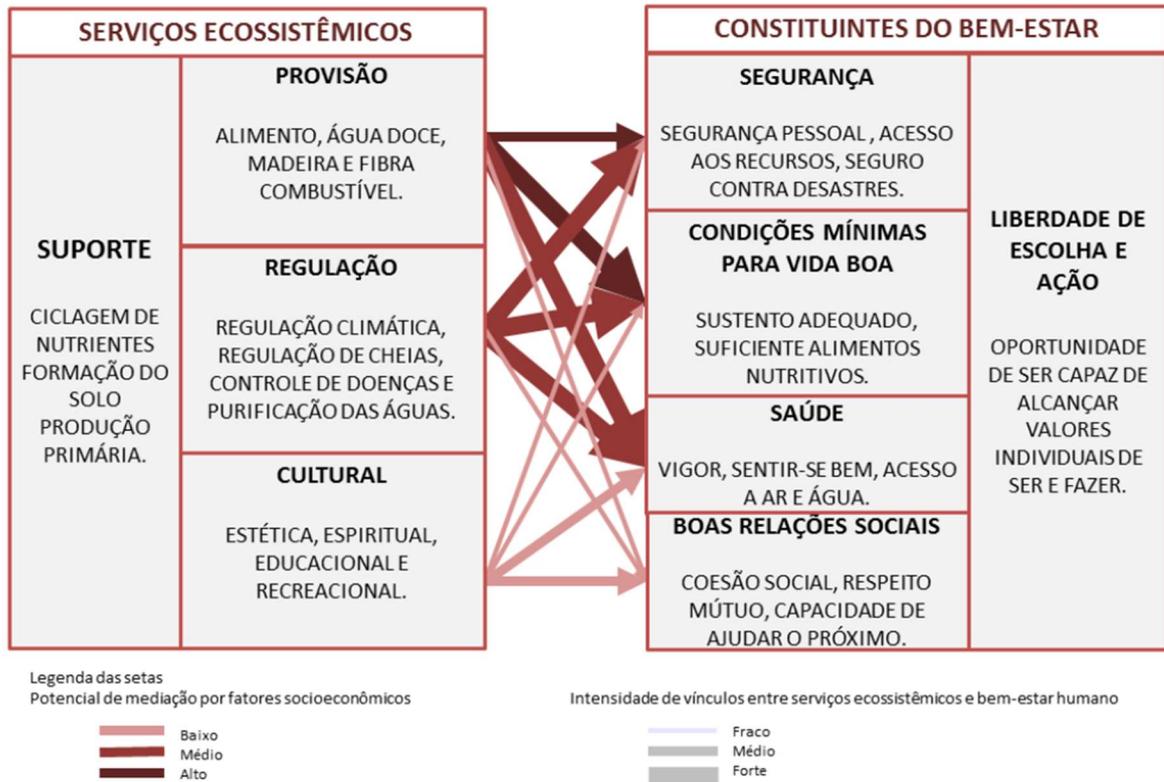
Figura 11 – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)



Fonte: (Brasil, 2015)

Nesta mesma Cúpula foi criada também a Avaliação Ecosistêmica do Milênio (AEM), programa destinado a pesquisar e avaliar as mudanças ambientais, suas consequências e alterações nos ecossistemas e no bem-estar humano. Para tanto, na análise que foi realizada entre os anos de 2001 e 2005, com o trabalho de mais de mil pesquisadores renomados, foram correlacionados os Serviços Ecosistêmicos e os constituintes do bem-estar humano (Figura 12), a fim de delinear ações para garantir a sustentabilidade no uso dos ecossistemas (Millennium Ecosystem Assessment, 2005; Dalbello, 2019; UN, c2020).

Figura 12 - Os serviços ecossistêmicos e sua relação com o bem-estar humano



Fonte: (Dalbello, 2019)

Outra conferência destaque ocorreu 20 anos após a Eco92, em 2012, ficando conhecida como Rio+20, tendo sido realizada no Rio de Janeiro, Brasil. Seu principal e mais importante produto foi um documento que apresentava propostas relacionadas “ao futuro que queremos”. Além de reforçar os ideais das conferências anteriores, auxiliou no desenvolvimento dos novos objetivos e metas do desenvolvimento sustentável, baseados nos ODM, vindo a ser publicado na Agenda 2030, dois anos depois. (UN, 2012b)

3.2. A Agenda 2030 (ODS)

A Agenda 2030 foi elaborada em 2015 com o intuito de propor ações, metas e objetivos a fim de fomentar o processo de um Desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Este documento intitulado “Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, reconhecido pelos 193 países signatários, entrou em vigor em 2016 certificando que a erradicação da pobreza, em todos seus níveis, é um dos maiores desafios globais nas décadas seguintes. Nesta agenda estão abarcados os 17 ODS (Figura 13) e as 169 metas que devem ser implementados em

todos os países até o ano de 2030 com o intuito de acabar com a pobreza, proteger o clima e o meio ambiente e assegurar que todas as pessoas, em qualquer lugar do mundo, possam gozar de paz e prosperidade, em uma parceria global e multiescalar (ONU, 2016).

Figura 13 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: (ONU, 2016)

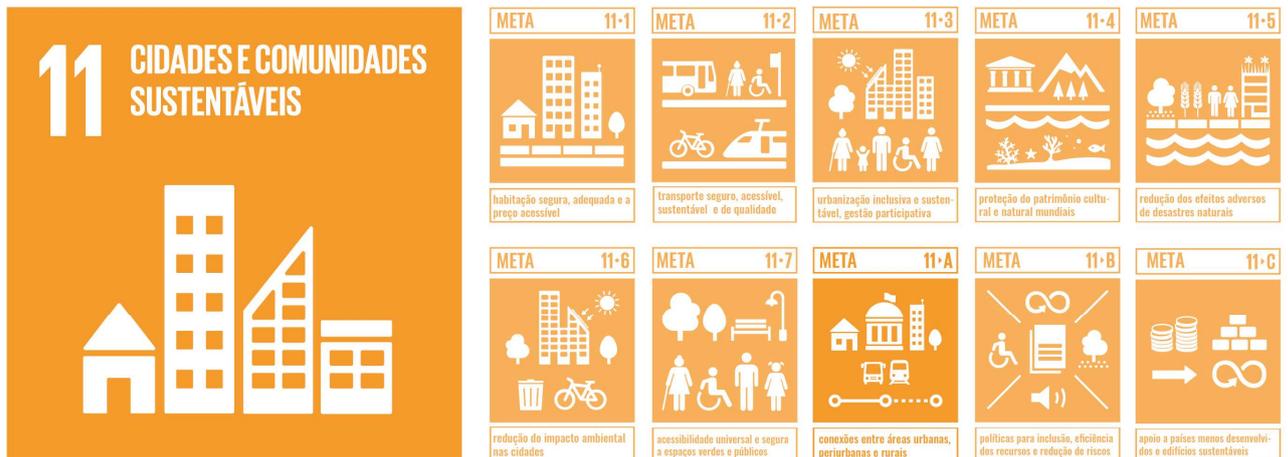
Entretanto, segundo o Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável (UN, 2022), a conjunção da Pandemia de Covid-19, a crise climática e o aumento de conflitos ao redor do mundo têm dificultado o cumprimento das metas e dos ODS, demonstrando existir uma crise severa e global. Mais especificamente no Brasil, o Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (2022) apontou que o país está numa realidade grave e longe de conseguir alcançar os objetivos e metas da Agenda. Mesmo em uma conjuntura de crise sanitária e climática globais, somadas ao apagão informativo durante o governo de Jair Bolsonaro, o grupo de trabalho conseguiu avaliar que das 168 metas, apenas uma (a 15.8), apresentou progresso satisfatório.

Ademais, 11 metas (6,5% do total) permaneceram ou entraram em estagnação, 14 delas (8,33%) encontram-se ameaçadas, 24 (14,28%) foram apontadas com um progresso insuficiente e 110 (65,47%) estão em retrocesso, além de oito metas (4,76%) que não apresentam dados. Se comparados com os dados do relatório anterior, as metas em retrocesso aumentaram de 92 para 110 e as com progresso insuficiente de 13 para 24. Estes dados demonstram que houve aumento da pobreza,

fome, perda de biodiversidade e qualidade de vida no Brasil, não somente pelos efeitos da pandemia, mas também pelo aumento das desigualdades fomentadas pelas políticas de austeridade fiscal da gestão de Paulo Guedes.

Com relação ao escopo de atuação de arquitetos e urbanistas no fortalecimento dos vínculos territoriais, dos 17 ODS, o ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis – é o que mais se destaca. Sobretudo a meta 11.a (Figura 14) a qual reforça a importância das conexões rurais-urbanas: “apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento” (ONU, 2015, p. 25).

Figura 14 - ODS 11 e suas metas



Fonte: Elaborado pela autora a partir de (The Global Goals, c2022)

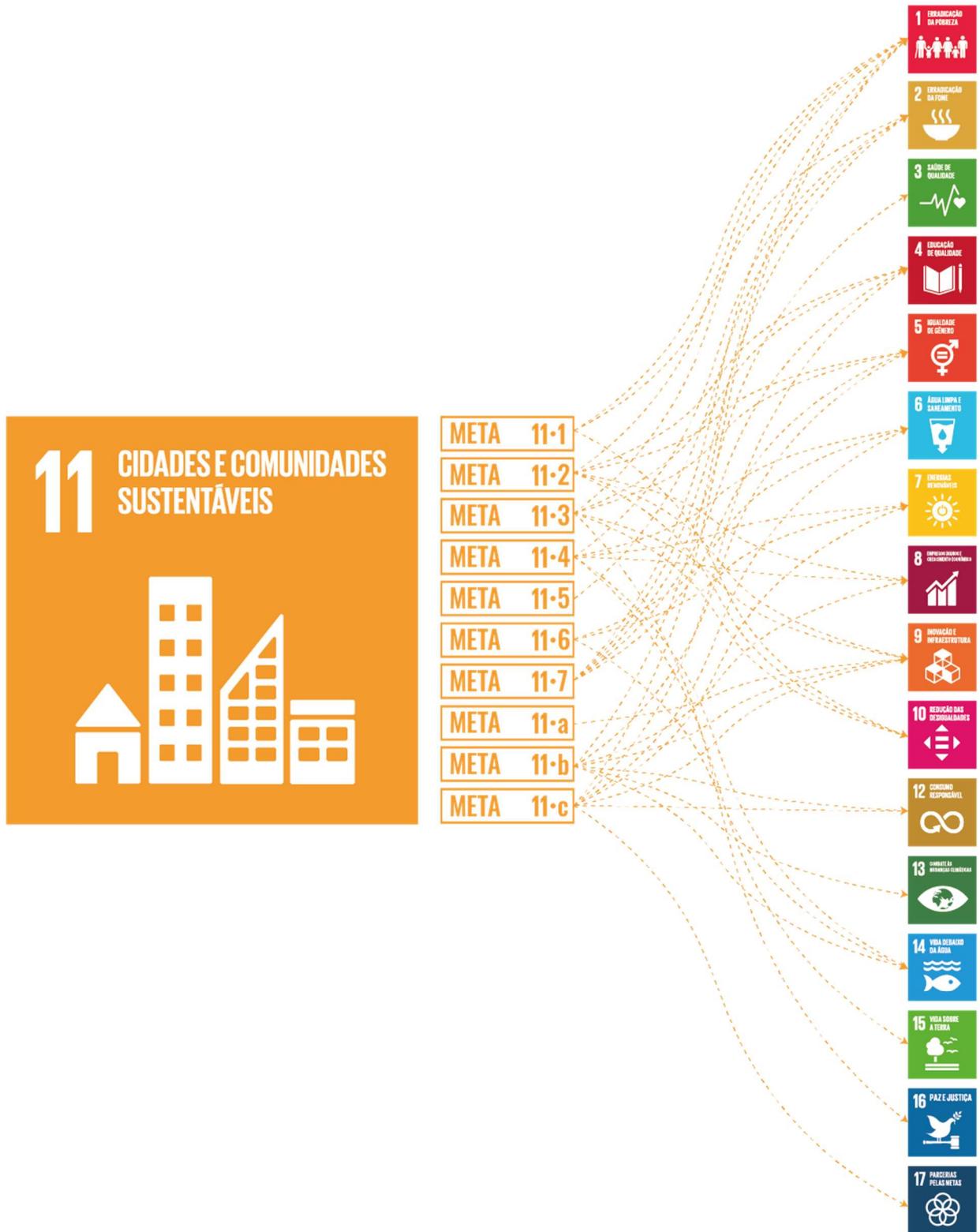
Outro fator importante de ser ressaltado é integração entre cada um dos ODS, pois ao analisar os 17 ODS e suas metas associadas, torna-se evidente uma conexão e vinculação muito profunda entre eles. Devido a essa interconexão, a partir das metas do ODS 11, que abordam, sobretudo, questões habitacionais, de mobilidade, desenho urbano, sistemas de espaços verdes/públicos e de projetos participativos inclusivos, nota-se que elas têm a capacidade de influenciar, em certo grau, metas específicas dos demais 16 ODS. Assim, a partir da elaboração do Quadro 1, foi possível compreender como o ODS 11 se interconecta com todos os outros (Figura 15), demonstrando que as atuações nas cidades (seja em área urbana ou não), as políticas públicas e de planejamento correlatas influenciam diretamente no cumprimento da Agenda 2030.

Quadro 1 - A interconexão do ODS 11 na Agenda 2030

OS ODS E O CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO		
ODS 1	Erradicação da pobreza	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares	11.1 11.2 11.3 11.B 11.C 11.7
1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade , herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças	Reforma Urbana e direito à cidade: Zoneamento e plano diretor
1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais	Projetos de arquitetura e urbanismo mitigadores e adaptativos às mudanças climáticas
ODS 2	Fome zero e agricultura sustentável	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável	11.1 11.4 11.5 11.7
2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano	
2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola	Reforma agrária, agroecologia (agricultura urbana, agroflorestas, parques agrários, cunhas e corredores verdes) -> soberania alimentar e reflorestamento
2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção , que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo	
ODS 3	Saúde e Bem-Estar	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades	11.7
3.4	Até 2030, reduzir em um tempo a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar	Promoção de espaços públicos que auxiliem na promoção da saúde, bem-estar e prevenção de doenças como jardins, praças, parques
ODS 4	Educação de qualidade	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos	11.2 11.3 11.7 11.c
4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos	Projetos de arquitetura adaptados às realidades de cada população
ODS 5	Igualdade de gênero	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	11.2 11.3 11.7 11.b
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais	Reforma Urbana e direito à cidade: Zoneamento e plano diretor que garantam a oferta e acesso a serviços e infraestrutura e que também favoreçam a segurança das mulheres e meninas nas cidades
ODS 6	Água potável e saneamento	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos	11.4 11.6 11.c
6.6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos	Regulamentação e fiscalização das APPs
6.a	Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água , a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso	Projetos de arquitetura e urbanismo que pensem na coleta de água da chuva e drenagem (infraestruturas verde e azul)
ODS 7	Energia limpa e acessível	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos	11.4 11.6 11.c
7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global	Regulamentação e fiscalização das APPs
7.3	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética	Projetos de arquitetura e urbanismo que pensem na coleta de água da chuva e drenagem (infraestruturas verde e azul+estratégias bioclimáticas passivas)
ODS 8	Trabalho decente e crescimento econômico	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	11.2 11.4 11.b
8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais	turismo sustentável - mobilidade territorial; zoneamento que favoreça consumo local (km 0)
ODS 9	Indústria, inovação e infraestrutura	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação	11.2 11.3 11.a 11.b 11.c
9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente , incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça , para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos	Promoção dos vínculos rurais-urbanos
9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos ; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades	Projetos de arquitetura e urbanismo que pensem na eficiência energética (estratégias bioclimáticas passivas)
ODS 10	Redução das desigualdades	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países	11.1 11.2 11.3
10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos , independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra	Governança e participação equitativa
10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas	Mobilidade em todas as escalas
ODS 12	Consumo e produção responsáveis	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis	11.6 11.b 11.c
12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento	gestão de resíduos
12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais	zoneamento que favoreça consumo local (km 0)
12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso	redução de geração de resíduos
ODS 13	Ação contra a mudança global do clima	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos	11.B 11.4 11.6
13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países	Direito à natureza é um direito humano. Arquitetura e urbanismo precisam responder a isso.
ODS 14	Vida na água	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	11.4 11.6 11.b
14.5	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível	zoneamento que auxilie na preservação
14.c	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar), que prevê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"	SBN, corredores verde/azuis
ODS 15	Vida terrestre	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade	11.4
15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais	zoneamento para proteção ambiental, apps, apas, áreas de conservação etc
ODS 16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis	11.3
16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	governança e participação
ODS 17	Parcerias e meios de implementação	Respostas na Arquitetura e Urbanismo (ODS 11)
	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável	11.c
17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas	governança e participação

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 15 - A interconexão do ODS 11 na Agenda 2030



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

3.3. A Nova Agenda Urbana

Já com relação à Nova Agenda Urbana (NAU), seus antecedentes estão vinculados às Conferências sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat) organizadas pela ONU a cada 20 anos para debater questões e firmar acordos em prol de assentamentos humanos mais adequados e sustentáveis. A primeira delas, o Habitat I, aconteceu em 1976 em Vancouver (Canadá), em reação ao contexto da rápida urbanização dos países em desenvolvimento. Assim, produziu-se a “Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos”, em que foram reconhecidos a necessidade e a importância global dos assentamentos humanos e urbanização sustentáveis. Em 1996, em Istambul (Turquia), é sediado o Habitat II, sob o contexto da crescente urbanização e globalização da economia. Nesta conferência, produziu-se a Declaração de Istambul, em que os líderes globais decidem adotar a Agenda Habitat como Plano de Ação Global, com princípios e objetivos bem definidos, dentro os quais pode-se destacar: a descentralização e o reconhecimento do poder de participação local; igualdade de gênero; financiamento para habitação e assentamentos humanos; e cooperação internacional (ONU-Habitat, 2016; Medeiros, 2019).

No ano de 2016, em meio ao contexto da crise urbana mundial, geradora de exclusões, segregações e desigualdades, ocorre em Quito (Equador) a III Conferência sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III). Nesta edição, foram avaliados os avanços desde o último Habitat e delineados os desafios para os próximos anos, culminando com a adoção da Nova Agenda Urbana (NAU), com base no Plano de Ação da Agenda Habitat anterior. Esta Agenda, encarada como um instrumento para a implementação de outros acordos globais, como o Acordo de Paris e a Agenda 2030, é direcionada aos diferentes atores da sociedade, em sua atuação em diversas escalas, em prol do desenvolvimento urbano sustentável (ONU-Habitat, 2016; UN-Habitat, 2020).

Dessa forma, a NAU é identificada como um importante guia para o planejamento e o gerenciamento da urbanização a fim de impulsionar o alcance dos 17 ODS. Assim, com destaque para o já mencionado ODS 11, as cidades enquadram-se como peça-chave para o desenvolvimento sustentável ao estabelecer normas e princípios relacionados a políticas urbanas, legislação e regulamentação urbana, planejamento e concepção urbana e economia. Nesse sentido, a NAU fornece uma

ferramenta fundamentada nos direitos humanos para assegurar o direito à cidade, a saúde, o bem-estar, a resiliência, a cultura, a diversidade e a proteção do meio ambiente. Já a Nova Agenda Urbana Ilustrada (2020) complementa o texto anterior, apresentando definições claras e ações práticas, além de identificar quatro dimensões de sustentabilidade centrais no documento: social, econômica, ambiental e espacial.

Esta última dimensão da sustentabilidade é a que diz respeito sobre equidade e sustentabilidade espacial e que, de certa forma, conecta-se e vincula-se às outras três dimensões, uma vez que se fundamenta em três princípios: o primeiro deles de “não deixar ninguém para trás”, está amparado da dimensão social; o segundo de “garantir uma economia urbana, inclusiva e sustentável”, vincula-se à dimensão econômica; e o terceiro de “garantir sustentabilidade ambiental”, à dimensão ambiental. Desse modo, demonstra-se como o planejamento e a morfologia das cidades podem garantir (ou não) a sustentabilidade e o bem-estar às pessoas (UN-Habitat, 2020).

É a partir desta dimensão espacial que se verifica a importância da atuação de arquitetos e urbanistas na efetivação da Agenda 2030 e da NAU, além de realçar a importância e a preocupação com relação aos vínculos territoriais nas cidades. Ainda que seja uma Agenda focada na questão urbana – Nova Agenda *Urbana* -, é válido destacar que ela apresenta 19 parágrafos (vide Quadro 2) que indicam a importância e relacionam-se com a questão do continuum urbano-rural e do planejamento e desenvolvimento urbano e territorial integrados e sustentáveis.

Quadro 2 - Os vínculos territoriais na Nova Agenda Urbana

PRINCÍPIOS E COMPROMISSOS DA NOVA AGENDA URBANA	
PARÁGRAFO 11	Direito à cidade
PARÁGRAFO 12	Direitos humanos
PARÁGRAFO 13A	Função social e ecológica da terra
PARÁGRAFO 14A	Não deixar ninguém para trás
PARÁGRAFO 15C	Adotar abordagens de desenvolvimento urbano e territorial sustentáveis e integradas, centradas nas pessoas
PARÁGRAFO 26	Desenvolvimento urbano e rural
PARÁGRAFO 28	Reforçar vínculos urbano-rurais
PARÁGRAFO 34	Infraestrutura física e social básica sustentável para todos
PARÁGRAFO 36	Acesso a serviços e equipamentos a todos, tanto em áreas urbanas quanto rurais
PARÁGRAFO 40	Apoiar sistemas territoriais que integrem funções urbanas e rurais
PARÁGRAFO 43	Crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável como elemento fundamental do desenvolvimento urbano e territorial sustentável
PARÁGRAFO 50	Incentivar a conectividade e as interações urbano-rurais, fortalecendo mobilidade e transporte sustentáveis, infraestruturas e redes de tecnologia e comunicação
PARÁGRAFO 72	Processos de planejamento urbano e territorial de longo prazo e práticas de desenvolvimento espacial, considerando o continuum urbano-rural nas escalas local e territorial e incluindo a participação de comunidades e atores relevantes
PARÁGRAFO 88	Políticas de desenvolvimento rural (...) e implementação de estratégias integradas de planejamento urbano e territorial
PARÁGRAFO 95	Desenvolvimento territorial integrado, fomentando a cooperação e apoio mútuo (participação), sustentabilidade e segurança alimentar
PARÁGRAFO 96	Sinergias entre áreas urbanas periurbanas e rurais
PARÁGRAFO 114C	Melhorar a conectividade entre áreas urbanas e não-urbanas
PARÁGRAFO 123	Políticas para a agricultura e segurança alimentar em áreas urbanas, periurbanas e rurais
PARÁGRAFO 136	Reduzir as desigualdades entre territórios subnacionais, dentro dos centros urbanos e entre áreas urbanas e rurais, bem como para promover um desenvolvimento territorial integrado e equilibrado

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

3.4.A Agenda de Direito à cidade

A questão de qual cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade (Harvey, 2012, p. 74).

O conceito de direito à cidade foi cunhado nos anos 1960 pelo filósofo marxista Henri Lefebvre, década marcada por reivindicações de movimentos sociais em prol dos direitos civis e humanos. Lefebvre (1978) entende este conceito como o direito à vida urbana, à possibilidade de qualquer pessoa se integrar às trocas, redes, comunicações e informações das cidades. Para Harvey (2012), o direito à cidade extrapola o direito de acesso aos recursos urbanos como infraestrutura, equipamentos e moradia, uma vez que deve incluir também os laços sociais, a natureza, os diferentes estilos de vida, tecnologias e valores estéticos. Assim, o direito à cidade é defendido por este autor como um direito coletivo e igualitário de habitar, modificar e desfrutar da cidade a fim de que também possa promover, paralelamente, uma transformação na sociedade, em que os valores de uso suplantem os de troca.

Por outro lado, Peter Marcuse (2010) afirma que existe uma diferença significativa entre 'o direito à cidade' (no singular) e 'os direitos nas cidades' (no plural), tanto em relação aos direitos em si, como em relação aos tipos de cidades especificamente. Há uma diferença também entre a forma como as Agendas e cartas relacionadas ao tema tratam e definem o direito à cidade e o sentido radical dado por Lefebvre à época das manifestações de Paris em 1968. Marcuse ressalta que, para Lefebvre, o direito à cidade era um grito, um clamor e até mesmo um lema político a fim de ampliar o alcance das exigências por mudanças sociais radicais na sociedade e por seu direito à urbanidade. Além disso, a cidade a que se referia Lefebvre não corresponde às cidades de hoje, mas sim à cidade que vamos construir a partir das reivindicações e lutas. Assim, os direitos relacionados muitas vezes a questões de moradia, transporte e lazer enumerados e listados nas agendas, marcos e manifestos de direito à cidade podem ser entendidos enquanto direitos plurais e parciais, específicos a determinados setores da sociedade e que divergem de uma cidade para outra, mas que são um passo anterior e importante para alcançar o objetivo final: a cidade unitária, como almejava Lefebvre.

Neste íterim, é válido ressaltar dois pontos. O primeiro diz respeito ao fato de que Lefebvre, ao defender o 'Direito à Cidade', frequentemente usava o termo 'urbano' como seu sinônimo. Isso demonstra que na época a valorização estava mais vinculada ao que era urbanizado, diferentemente do ideal defendido nesta dissertação: o dos vínculos territoriais, em que se considera as áreas não-urbanas como parte integrante e importante para o metabolismo das cidades.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como um **direito à vida urbana**, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano envolva o campo e o que resta da vida camponesa, desde que o urbano (...) encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, 1978, p. 138, grifo nosso, tradução nossa)

O segundo ponto a ser ressaltado é que, por outro lado, o autor já se aproximava dos ideais sistêmicos, uma vez que vislumbrava uma cidade Unitária e Singular a qual se conquista após reivindicações, luta e garantia dos direitos parciais. Essa dimensão utópica do conceito é essencial para compreender como se dão as lutas contra a produção do espaço nas cidades contemporâneas e neoliberais, que se apoiam nas desigualdades, opressões, segregações e violências e que variam em cada sociedade.

Todos os muitos direitos na cidade devem ser exigidos, conquistados e protegidos. Eles serão finalmente percebidos em sua totalidade quando o direito à cidade é alcançado. (MARCUSE, 2010, p. 92, tradução nossa).

Especificamente no Brasil, devido ao modelo rápido de urbanização segregadora a que a cidade foi submetida no século XX, fomentando a crise urbana já mencionada, o direito à cidade foi vinculado às demandas materiais por habitação, infraestrutura e lazer, os quais a grande maioria da população não possui acesso até os dias de hoje. A reivindicação por estes direitos tomou força a partir da redemocratização, na década de 1980, principalmente com mudanças legais e institucionais como a aprovação do capítulo da política urbana na Constituição de 1988, a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e a instalação do Ministério das Cidades e das Conferências Nacionais das Cidades, em 2003 (Fernandes, 2010; Maricato, 2015; Instituto Pólis, c2020).

Sumariamente, o capítulo pioneiro aprovado na Constituição de 1988 e que estabeleceu as bases jurídicas para a Reforma Urbana no país foi escrito com base na Emenda Popular de Reforma Urbana formulada pelo Movimento Nacional de Reforma Urbana que emergiu com a redemocratização e a ascensão das mobilizações sociais pró mudanças político-institucionais e buscou unificar as lutas pelo direito à cidade. A partir desta Emenda era reivindicado direitos nas cidades como: autonomia do governo municipal; gestão democrática das cidades; direito social de moradia; regularização de assentamentos informais consolidados; função social da propriedade urbana; e, combate à especulação imobiliária nas áreas urbanas.

Após alguns anos, na década de 1990, com a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), foi possível alavancar as reivindicações desse movimento no país e conquistar o direito social de moradia, a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e o Estatuto da Cidade. Assim, pode-se dizer que os direitos nas cidades (no plural) integravam-se às pautas da Reforma Urbana que incluíam: o combate à especulação imobiliária e às terras ociosas (função social da propriedade), viabilização do acesso à moradia, a equipamentos e serviços, contenção do crescimento desordenado de áreas urbanas e gestão democrática das cidades (Fernandes, 2010; Instituto Pólis, c2020).

O movimento de Reforma Urbana alcançou progressos significativos: o Estatuto da Cidade; a criação do Ministério das Cidades; as Conferências Nacionais das Cidades; o Programa Nacional de Regularização Fundiária; o Conselho Nacional das Cidades; a Lei de Consórcios Públicos; o Plano Diretor Participativo. Após isso, ainda foram construídos: a Lei do Saneamento, a Lei da Mobilidade Urbana; a Lei sobre os Resíduos Sólidos. Ou seja, é lei para ninguém botar defeito, um arcabouço legal novo! (Maricato, 2015, p. 17)

Dentre os documentos deste amplo arcabouço legal a que se refere Maricato (2015), o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) é um dos que mais se destaca, inclusive internacionalmente, no que diz respeito ao reconhecimento do “direito à cidade” no país. Pois, estabelece diretrizes para a política de planejamento urbano, desenvolvimento e gestão urbana, estabelecendo o controle sobre o uso do solo a partir, principalmente, do princípio da “função social da propriedade e da cidade”, em prol da coletividade, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio

ambiental. É válido ressaltar que o Estatuto da Cidade, um dos documentos mais importantes e norteadores para a produção de cidades, ainda possui uma visão muito urbana da cidade, tendo em vista que dentre todos os parágrafos e incisos, cita a questão das áreas não-urbanas apenas uma vez, de forma muito geral e ampla, sem muitas implicações, demonstrando que os vínculos territoriais no planejamento das cidades ainda não são uma prioridade para os marcos regulatórios.

Art. 2º, Inc. VII - integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência (BRASIL, 2001)

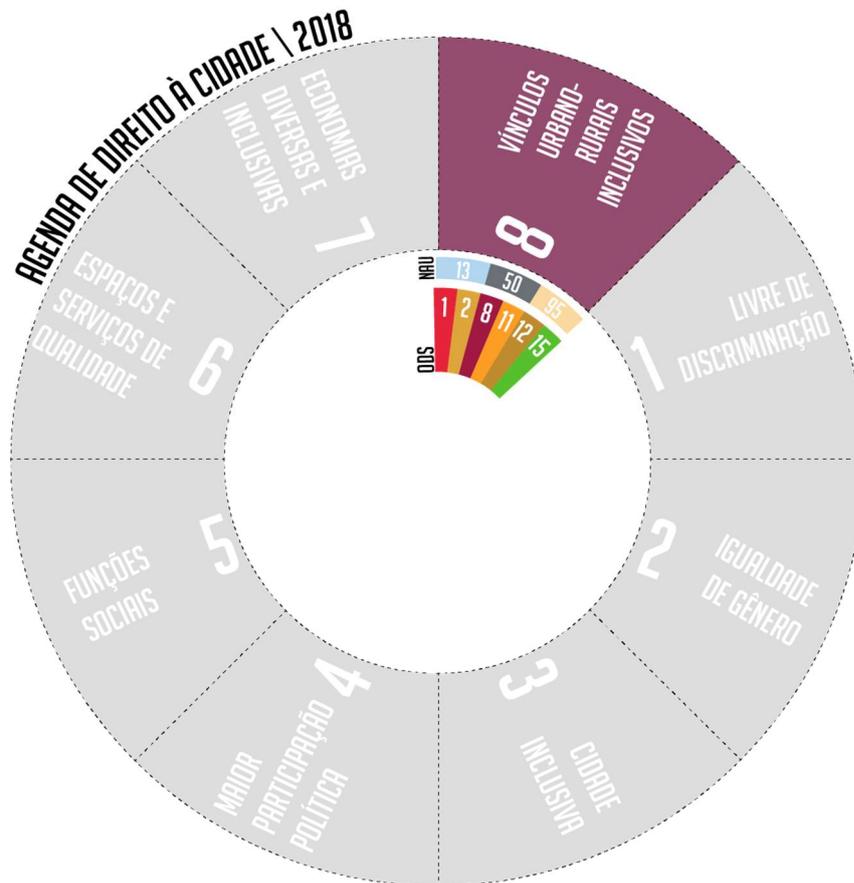
Outro documento importante que discute sobre os direitos na cidade e os define enquanto componentes é a Agenda de Direito à Cidade (2018), publicada pela Plataforma Global de Direito à cidade. Este documento apresenta oito componentes com o intuito de unir os princípios de direito à cidade aos direitos humanos a fim de se enquadrar enquanto uma ferramenta para facilitar a implementação da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana (NAU).

Deste modo, o documento associa seus componentes aos 17 ODS e a diversos parágrafos da NAU. Dentre eles, vale destacar o oitavo, relacionado aos “Vínculos urbano-rurais inclusivos” em que se busca trazer benefícios e qualidade de vida às pessoas que vivem em áreas urbanas ou rurais, promover soberania alimentar, proteção da biodiversidade, dos habitats naturais e dos ecossistemas.

Este componente, como pode ser visto na Figura 16, está associado a seis dos 17 ODS. São eles: **1- Erradicação da pobreza** e à sua meta **1.5**, a qual diz respeito ao fomento à resiliência dos mais pobres e à redução de sua exposição a situações de vulnerabilidade climática, social e econômica; **2- Fome zero** e à sua meta **2.4**, a qual corresponde à busca por sistemas de produção agrícolas sustentáveis, resilientes e que aumentem a produtividade e que contribuam com a manutenção dos ecossistemas e que sejam também adaptáveis às mudanças climáticas; **8 – Emprego digno e crescimento econômico** e à sua meta **8.4** que trata da melhora progressiva da produção e do consumo eficiente dos recursos e da procura por um afastamento do crescimento econômico que degrada o meio ambiente; **11- Cidades e comunidades sustentáveis** e à sua meta **11.a** que diz respeito aos vínculos entre zonas urbanas, periurbanas e rurais; **12 – Consumo e produção responsáveis** e à sua **meta 12.2** sobre alcançar uma gestão e uso sustentável dos recursos naturais; **15 – Vida sobre a terra** e à sua **meta 15.9** sobre integrar os valores de ecossistemas

e biodiversidade no planejamento. E por fim, o documento também associa o oitavo componente a três parágrafos da NAU (13, 50 e 95), já identificados no Quadro 2.

Figura 16 - Os componentes do direito à cidade



Fonte: Elaborado pela autora a partir de (Plataforma global pelo direito à cidade, 2018)

3.5. O planejamento urbano e territorial

O conceito de Território, assim como o de Bem Viver, é alvo de muitas definições e interpretações a depender da época e do autor a serem estudados. Ao longo de sua trajetória, Milton Santos contribuiu com a construção deste conceito tão importante não só para a Geografia, mas para tantos outros campos do saber. O autor (Santos, 1999, 2005), desde a década de 1990 apresentou uma visão ampla, abrangente e plural de território, cunhando e difundindo, inclusive, o conceito de *território usado*. Para ele, território não podia ser entendido apenas como um grupo de sistemas naturais superpostos, sem estarem vinculados a seu uso. Dessa forma, território usado, nas palavras do autor, não dizia respeito apenas ao chão, mas ao chão com identidade e que provoca senso de pertencimento sendo, portanto, o lugar

do trabalho, da residência, das trocas e fluxos da vida, que considera os lugares em rede e todos os seus intercâmbios.

Nesse sentido, considerando o fato já explanado anteriormente de que se percebe atualmente nas cidades um fluxo dinâmico e contínuo entre áreas urbanas e não-urbanas, áreas que são interdependentes e habitadas de formas múltiplas, faz-se imprescindível, então, planejarmos estes lugares pensando no sentido amplo e abrangente de território, pensando a cidade como um todo. Um dos modelos de planejamento atual e que se aproxima dessa abordagem é o Planejamento Urbano e Territorial (PUT). A ONU-HABITAT elaborou um documento intitulado *International Guidelines on Urban and Territorial Planning* (IG-UTP) (2015) com o intuito de elencar diretrizes efetivas como respostas ao contexto de desafios e vulnerabilidades decorrentes da urbanização desenfreada e desmedida sobre o território em todo o mundo. Dessa forma, ao compreender que os planejamentos anteriores deixaram lacunas e crises nas cidades, pretendeu-se elaborar tais diretrizes para que pudessem ser consideradas como um quadro referencial internacional para o planejamento urbano e territorial que pudesse ser aplicado e adaptado a diversas escalas e contextos.

O documento IG-UTP define o Planejamento Urbano e Territorial (PUT) como:

um processo de tomada de decisões cujo objetivo seja atingir metas econômicas, sociais, culturais e ambientais por meio do desenvolvimento de visões espaciais, estratégias e planos, bem como a aplicação de um conjunto de princípios políticos, ferramentas, mecanismos institucionais e de participação e procedimentos regulatórios (ONU-Habitat, 2015, p. 2)

Seu escopo de atuação apresenta uma preocupação econômica que é inerente e basilar, o que fica bastante evidente à medida que o documento descreve as possibilidades de aplicação das diretrizes nas diversas escalas do planejamento espacial. Outro ponto interessante a ser destacado é que o documento demonstra a preocupação e a importância de áreas não-urbanas e suas conexões com as urbanas (Quadro 3).

Quadro 3 - Níveis de atuação

NÍVEL	ESTRATÉGIAS SUGERIDAS
SUPRANACIONAL E TRANSFRONTEIRIÇO	Multinacionais, para direcionar investimentos em prol da eficiência energética, mitigação de riscos ambientais e gerenciamento dos recursos naturais
NACIONAL (INCLUINDO ÁREAS RURAIS)	planos nacionais em prol de estruturar e equilibrar polos econômicos e infraestruturas, como corredores urbanos e bacias hidrográficas
CIDADE-REGIÃO E METROPOLITANO (COM O CONTINUUM URBANO-RURAL)	planos regionais subnacionais em prol do desenvolvimento econômico, produtividade e prosperidade, do fortalecimento de vínculos urbano-rurais, adaptação aos impactos das mudanças climáticas e redução de riscos
CIDADES E MUNICÍPIOS (INCLUINDO CIDADES MAIS RURAIS)	planos de desenvolvimento integrado para incentivar interações entre áreas urbanas separadas; Planos de uso do solo para proteção de áreas ambientalmente vulneráveis; Planos de extensão ou revitalização urbana; Planos de melhoramento e modernização
BAIRROS (INCLUINDO COMUNIDADES RURAIS)	Planejamento e orçamento participativos em prol da qualidade urbana, inclusão social, integração espacial e conectividade, segurança e resiliência humanas, democracia local e a responsabilização social

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (ONU-Habitat, 2015)

Em suma, o documento apresenta quatro seções temáticas e doze princípios fundamentais em conjunto com recomendações direcionadas à ação dos diversos atores da sociedade (governos nacionais, autoridades locais, organizações da sociedade civil e profissionais de planejamento) em prol da construção de cidades mais compactas, inclusivas, integradas e resilientes às mudanças climáticas, enfatizando a importância de uma abordagem integrada no planejamento. No quadro a seguir (Quadro 4) é possível identificar de forma resumida quais são as temáticas que compõe as diretrizes internacionais para o planejamento urbano e territorial, com enfoque em seus princípios essenciais e nas ações direcionadas aos profissionais de planejamento:

Quadro 4 - Diretrizes internacionais para planejamento urbano e territorial

SESSÕES TEMÁTICAS	PRINCÍPIOS
A. POLÍTICA URBANA E GOVERNANÇA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Processo de tomada de decisão participativo e inclusivo 2. democracia local, participação, inclusão, transparência e responsabilidade, para uma urbanização sustentável e qualidade espacial.
B. PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SOCIAL, ECONÔMICO E AMBIENTAL)	<p>SOCIAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 3. Padrões adequados de vida e trabalho 4. Melhor qualidade de vida e globalização bem-sucedida em respeito à diversidade e ao patrimônio culturais <p>ECONÔMICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Oportunidades econômicas, regulamentação de mercados fundiários e habitacionais, infraestrutura e serviços básicos 6. Sustentabilidade econômica, social e ambiental integradas para uma melhor conectividade em todos os níveis territoriais <p>AMBIENTAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Estrutura para proteger e administrar áreas naturais e construídas, incluindo sua biodiversidade, terra e recursos naturais 8. Segurança ao fortalecer a resiliência ambiental e socioeconômica, melhorando a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas.
C. COMPONENTES DO PLANEJAMENTO URBANO E TERRITORIAL	<ol style="list-style-type: none"> 9. Processo contínuo e interativo, a fim de promover cidades mais compactas e sinergias entre territórios 10. Decisões políticas diversas facilitadas e traduzidas em ações transformadoras do espaço físico e social em prol do desenvolvimento de cidades e territórios integrados
D. IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO	<ol style="list-style-type: none"> 11. Liderança política, arcabouços legal e institucional apropriados, gerenciamento urbano eficiente, coordenação aprimorada e criação de consenso; 12. monitoramento contínuo e ajustes periódicos, mecanismos e tecnologias financeiras sustentáveis

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (ONU-Habitat, 2015)

Por meio destas diretrizes, atribuídas aos diversos atores da sociedade (governo nacional, autoridades locais, organizações civis, profissionais de planejamento), busca-se guiar os processos de tomada de decisão na revisão ou elaboração de políticas públicas, planos e projetos de cidades e territórios mais compactos, conectados, integrados, resilientes às mudanças climáticas e inclusivos (Figura 17), replicando experiências bem-sucedidas, vinculando outras diretrizes internacionais e ampliando a abordagem territorial nas agendas (ONU-Habitat, 2015; UN-Habitat, 2018b). De certo modo, as diretrizes de PUT são um instrumento que facilita alcançar os ODS e a NAU, documentos já apresentados nos capítulos anteriores.

Figura 17 - Pontos de entrada para a melhoria dos sistemas de planejamento



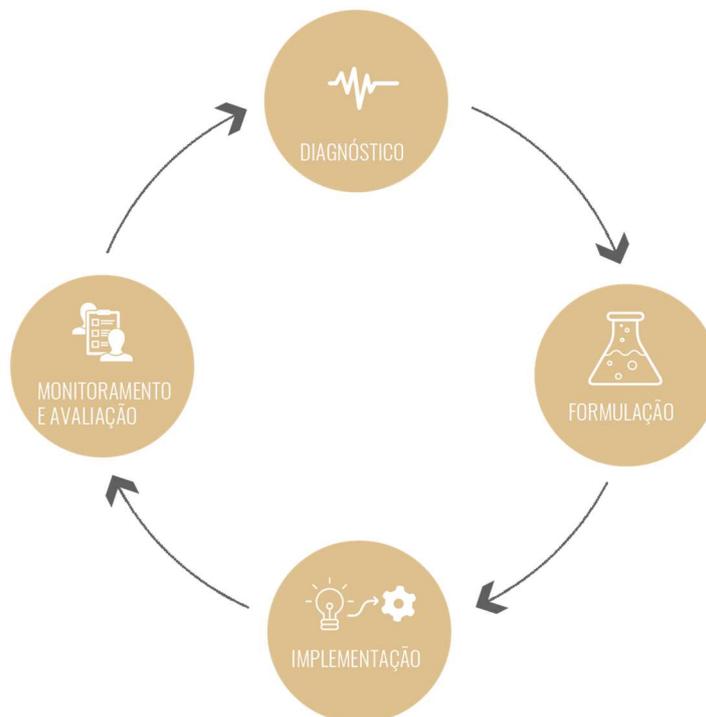
Fonte: (UN-Habitat, 2018a)(Modificado pela autora)

Para isso, o guia (2018a) delimita quatro fases para o processo de produção de planejamento (Figura 18). O **diagnóstico** diz respeito às evidências coletadas e que definirão as tomadas de decisão nas próximas fases. O planejamento baseado em evidências busca uma leitura do local que englobe o contexto, os desafios e oportunidades do território a ser estudado, podendo incluir análises SWOT (fortalezas, fraquezas, oportunidades e desafios), pesquisas e mapeamento diversos. A fase de **formulação** trata do momento de definição de que tipo de política, estratégia, plano, projeto, bem como o financiamento necessário, será utilizado. O processo não é linear e o produto pode consistir, por exemplo, em mapas de uso do solo e/ou masterplans. A abordagem deve ser necessariamente abrangente e holística sobre o território, de modo que considera áreas não-urbanas e o continuum rural-urbano, em qualquer escala de projeto. Já a fase de **implementação** é o momento de colocar o plano em ação e caracteriza-se por elaborar mecanismos de implementação e gerenciamento de projetos. E a fase de **monitoramento e avaliação** não necessariamente é a última a ser realizada, uma vez que pode ser implementada em todos os momentos de projeto de modo a guiar o percurso, reconhecendo os ganhos e deficiências.

O planejamento urbano e territorial tem influência no modo como se utiliza e acessa os recursos, como se define os padrões de uso do solo, de desenho e forma

urbanas, o projeto espacial territorial, em conjunto com a biodiversidade e a natureza, como se realizam os investimentos em transporte, incluindo também as dimensões urbano-rurais (UN-Habitat e World Health Organization, 2020).

Figura 18 - Fases do processo de planejamento



Fonte: (UN-Habitat, 2018a) (Modificado pela autora)

Outro documento que trata de ações visando um planejamento urbano e territorial é o Guia de Introdução ao Planejamento Urbano Integrado (2020) elaborado pela plataforma do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e que apresenta uma metodologia própria. Este documento defende que o Plano Diretor Municipal seja o seu principal instrumento, podendo ser agregado a Planos setoriais, metropolitanos e/ou a demais leis existentes. Assim como nas diretrizes da ONU, neste guia a participação social é considerada primordial e pode ser posta em prática na etapa de diagnóstico (leitura e interpretação de dados), bem como na fase de formulação e implementação.

Além disso, neste guia (2020) a integração da dimensão ambiental também é considerada crucial, de modo a pensar nas conexões rurais-urbanas em prol da preservação do meio ambiente em paralelo à dinâmica das atividades em áreas rurais, as quais podem eventualmente servir a usos sustentáveis. Nesse ínterim, sugere-se

um mapeamento da vocação, fragilidades e potencialidades do uso do solo urbana e da gestão das terras rurais para potencializar os usos e solucionar impasses.

A partir do Quadro 5 a seguir é possível, em comparação com as diretrizes do IG-UTP, ver os sete temas básicos que o documento elenca como necessários para um Plano Urbano Integrado, são eles: habitação e uso do solo; infraestrutura urbana; mobilidade e acessibilidade; equipamentos sociais para todos; economia urbana; mudança climática e resiliência; e estrutura de serviços públicos municipais. Entretanto, percebe-se neste documento que ainda que se fale de um planejamento integrado, o enfoque das ações ainda se concentra nas áreas urbanas.

Quadro 5 - Diretrizes de Planejamento Urbano e Territorial

PONTOS DE ENTRADA (ONU)	TEMAS BÁSICOS (GUIA PCS)
Territórios compactos	Habitação e uso do solo
Territórios conectados	Infraestrutura urbana
Territórios integrados	Mobilidade e acessibilidade
Territórios Resilientes	Mudança climática e resiliência
	Economia urbana
Territórios inclusivos	Estrutura de serviços públicos municipais
	Equipamentos sociais para todos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (UN-Habitat, 2018; Guia de introdução ao planejamento urbano integrado, 2020)

Já sobre as diretrizes do PUT (ONU), pode-se concluir que apresentam uma perspectiva mais global, isto é, um olhar sistêmico e holístico para as cidades, considerando as áreas não-urbanas, bem diferente das abordagens de planejamento dos anos 1960. Seus princípios e diretrizes baseiam-se nos direitos humanos e possuem um enfoque econômico bem definido. Propõe-se um planejamento que busca fortalecer os vínculos territoriais, entretanto apresenta uma abordagem que ainda se mostra muito desenvolvimentista e antropocêntrica. Apesar de apresentar pontos de entrada em busca de territórios resilientes às mudanças climáticas, é ainda uma visão muito utilitária da natureza, que não reconhece a importância dos seres não-humanos nessa busca de vinculação de territórios. No planejamento das cidades do Bem Viver, em prol de um metabolismo rural-urbano integrado, essa busca precisa

ser ainda mais profunda e radical, em que não haja uma visão exploratória da natureza e especista sobre os outros seres vivos.

3.6. Conexões urbano-rurais: Princípios Orientadores e Marco de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado

A temática dos vínculos territoriais culminou com a publicação do documento “Conexões Urbano-rurais para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado: Princípios Orientadores e Marco de Ação” (GP-URL), publicado no ano de 2019, em Nairóbi, pela ONU-Habitat. Este guia (2019), está embasado e se vincula a outros marcos adotados pelos Estados-membros das Nações Unidas, como a Agenda 2030, a NAU e as Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial (IG-UTP), apresentados anteriormente. Desse modo, o documento busca, sobretudo, reforçar a importância de se priorizar uma abordagem integrada e holística no planejamento, de modo *que ‘ninguém e nenhum lugar seja deixado para trás’*. A elaboração deste documento perpassa pelo contexto de rápida e desordenada urbanização que atinge todo o planeta afetando, especialmente, países da África e da Ásia, e que provoca também um aumento nas desigualdades entre áreas rurais e urbanas.

Assim como demonstrado nos tópicos anteriores, tanto a Agenda 2030 como a NAU já apresentam princípios e metas relacionados ao planejamento urbano e territorial integrados, o que corrobora o fato de que a equidade espacial entre as áreas urbanas e rurais é uma grande preocupação global, tornando-se foco de governos, planejadores e agências de desenvolvimento nacionais, regionais e locais. Isso confirma o que foi já apontado por Graziano (2002) com relação à revalorização de áreas não-urbanas, como sendo uma das relevantes respostas ao cenário de crises atuais, visto que se destacam por se apresentarem como uma alternativa de moradia e trabalho, mas também por possuírem potencialidades ecossistêmicas e culturais capazes de auxiliar a execução do compromisso sustentável da Agenda Global.

Como já mencionado, a relação estreita entre os documentos supracitados pode ser confirmada a partir da existência do ODS 11, que se refere a “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”. Sobretudo a meta 11.a, a qual reforça a importância das conexões rurais-urbanas: “apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento” (ONU, 2015, p. 25). A partir dos quais demonstra-se a

importância de uma abordagem holística em que se reconheça a relação não-hierárquica e complementar entre os espaços rurais e urbanos (Silva, 2002).

Assim, o GP-URL reúne 10 princípios orientadores e 11 marcos de ação (Figura 19) com o intuito de propor estratégias pragmáticas a fim de que seja possível construir vínculos rurais-urbanos inclusivos e funcionais. Para tanto, eles estão associados a uma grande variedade de temas em prol de uma sociedade transformada, sustentável e resiliente, como: o planejamento urbano e territorial; o fortalecimento de cidades pequenas e intermediárias; o fluxo livre de pessoas, produtos, serviços e informações; segurança alimentar; mobilidade e fluxos migratórios; redução do impacto ambiental; desenvolvimento de leis e estruturas de governança; promoção de investimentos financeiros; incentivo de parcerias entre atores em áreas urbanas e rurais em escala local.

Figura 19 - Princípios orientadores para conexões urbano-rurais



Criação de um ambiente favorável para fortalecimento de conexões urbano-rurais:

- A** Governança, legislação e desenvolvimento de capacidades
- B** Planejamento integrado no continuum urbano-rural
- C** Investimento e financiamento para um desenvolvimento urbano-rural inclusivo
- D** Capacitação de pessoas e comunidades
- E** Conhecimento e gestão de dados para os fluxos espaciais dinâmicos de pessoas, produtos, serviços, recursos e informações

Pontos de entrada setoriais e temáticos para promoção do desenvolvimento territorial integrado:

- F** Desenvolvimento econômico e emprego territorial
- G** Abordagens coerentes para a prestação de serviço social
- H** Infraestrutura, tecnologia e sistemas de comunicação
- I** Abordagens integradas para segurança alimentar, nutrição e saúde pública
- J** Impacto ambiental, recursos naturais e gestão do solo
- K** O continuum urbano-rural diante de conflitos e desastres

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (ONU-Habitat, 2019)

Figura 20 - Os dez princípios para as conexões urbano-rurais



Fonte: Elaborado pela autora a partir de (ONU-Habitat, 2019)

Os dez princípios apresentados nos diagramas anteriores, conforme ilustram a Figura 19 e a Figura 20, elucidam que as conexões rurais-urbanas dependem de ações intersetoriais e transdisciplinares e que são interdependentes, podendo ser atribuídas à atuação de atores dos poderes públicos, de setores privados e/ou da população, em diversas escalas (ONU-Habitat, 2019; Silva e Pina, 2021). O documento também aponta que, ao implementar tais princípios, promove-se coerência, intercâmbio e impacto, uma vez que se passa a respeitar e entrelaçar as diferentes realidades e identidades.

Na verdade, há um movimento circular repetido e recíproco no continuum urbano-rural que conecta estas áreas e gera uma sinergia que é maior do que a soma das partes e que contribui para gerar territórios e regiões funcionais e integrados (ONU-Habitat, 2019, p. 10).

Estes princípios podem ser aplicados a cinco Ações e a seis pontos de entrada, identificados no Quadro 6. Cada seção do Marco exemplifica e estrutura políticas e estratégias, bem como o planejamento e ações institucionais a fim de criar um ambiente propício, com pontos de entrada setoriais e temáticos para aplicação dos Princípios Orientadores em âmbitos econômicos, sociais e ambientais. A principal meta é interligar os diferentes atores da sociedade em um trabalho comum a fim de que se possa beneficiar o fluxo de pessoas, produtos, serviços e informações, em prol de sustentabilidade econômica, social e ambiental nas cidades (ONU-Habitat, 2019; Silva e Pina, 2021).

Quadro 6 - Marcos de Ação e Princípios Orientadores para Conexões Urbano-Rurais

AÇÕES		PRINCÍPIOS APLICADOS
A	Governança, legislação e desenvolvimento de capacidades	2- Governança Integrada; 5. Parceria equilibrada; 9. Envolvimento participativo
B	Planejamento integrado em todo o continuum urbano-rural	1. Intervenções locais; 2. Governanças Integradas; 3. Abordagens baseadas em sistemas funcionais e espaciais
C	Investimento e financiamento para desenvolvimento urbano-rural inclusivo	3. Abordagens baseadas em sistemas funcionais e espaciais; 4. Financiamento inclusivo; 5. Parceria equilibrada
D	Capacitação e fortalecimento de pessoas e comunidades	9. Envolvimento participativo; 5. Parceria equilibrada; 2. Governanças Integradas
E	Conhecimento e gestão de dados para os fluxos espaciais dinâmicos de pessoas, produtos, serviços, recursos e informações	10. Orientado por dados e baseado em evidências; 3. Abordagens baseadas em sistemas funcionais e espaciais
PONTOS DE ENTRADA		PRINCÍPIOS APLICADOS
F	Desenvolvimento econômico territorial e emprego	2. Governanças Integradas; 4. Financiamento inclusivo; 5. Parceria equilibrada;
G	Abordagens coerentes para a prestação de serviço social	5. Parceria equilibrada; 6. Baseado nos direitos humanos; 7. Não prejudicar e fornecer proteção social
H	Infraestrutura, tecnologia e sistemas de comunicação	3. Abordagens baseadas em sistemas funcionais e espaciais; 10. Orientado por dados e baseado em evidências; 9. Envolvimento participativo;
I	Abordagens integradas para segurança alimentar, nutrição e saúde pública	6. Baseado nos direitos humanos; 7. Não prejudicar e fornecer proteção social; 8. Ambientalmente sensível;
J	Impacto ambiental, e recursos naturais e gestão do solo	2. Governanças Integradas; 4. Financiamento inclusivo; 8. Ambientalmente sensível;
K	O continuum urbano-rural diante de conflitos e desastres	2. Governanças Integradas; 6. Baseado nos direitos humanos; 8. Ambientalmente sensível;

Fonte: (Silva e Pina, 2021)

Em suma, as cinco ações (A a E) aliadas aos seis pontos de entrada temáticos e setoriais (F a K), ao aplicar os princípios orientadores supracitados, são uma ferramenta para orientar a construção de territórios funcionais e inclusivos em prol da redução de desigualdades socioespaciais e da utilização *eficiente* dos recursos naturais. Assim, as conexões rurais-urbanas propostas objetivam propiciar mudanças de paradigma no planejamento das cidades, uma vez que apresenta uma abordagem holística e integrada que considerar todos os atores, fluxos e sinergias existentes entre territórios urbanos e não-urbanos cidades (ONU-Habitat, 2019; Silva e Pina, 2021).

As discussões acerca do tema não se restringem ao documento apresentado que, a propósito, foi traduzido a diversas línguas com o intuito de disseminar estes ideais por todo o mundo. O grupo de especialistas responsável pela elaboração do GP-URL realiza com bastante frequência treinamentos, elaboração de diversos documentos relacionando as conexões urbano-rurais a outros temas correlatos, reuniões, encontros, séries webinar, eventos e projetos de estudo de caso. Inclusive, o Primeiro Fórum sobre as conexões rurais-urbanas aconteceu em novembro de 2019, em Songyang (China).

Com relação aos estudos de caso inspiradores para a implementação dos princípios e marco de ação para conexões urbano-rurais, em sua grande maioria acontece em cidades da África e Ásia, devido ao problema elucidado anteriormente acerca do fato de nesses continentes a desigualdade entre áreas rurais e urbanas serem ainda maiores quando comparado ao restante do mundo.

3.7. Os vínculos territoriais e o campo da arquitetura e urbanismo

Com o intuito de identificar quais dos princípios orientadores das conexões urbano-rurais podiam estar mais associados ao campo de atuação de arquitetos e urbanistas, tomou-se como ponto de partida a natureza interdependente das agendas e documentos apresentados. Para tanto, realizou-se a fundamentação teórica, munida de uma sistematização bibliográfica de modo a correlacionar os documentos estudados. Esta sistematização seguiu a própria ordem cronológica de elaboração dos documentos: iniciou-se com a Agenda 2030 (2015), para posteriormente poder compreender as questões da NAU (2016) e da Agenda de direito à cidade (2018), para finalmente poder analisar o GP-URL (2019), considerando o fato de que as

diretrizes do PUT já estão incorporadas aos princípios do guia de conexões urbano-rurais.

Nesse sentido, compreendeu-se que a base elementar das discussões se concentra nos ODS, pertencentes a uma Agenda Global e mais ampla, os quais foram elaborados preliminarmente. Assim, a partir da elaboração do Quadro 1 (A interconexão do ODS 11 na Agenda 2030) e da Figura 15 (A interconexão do ODS 11 na Agenda 2030), foi possível compreender a virtuosidade, a interconexão e a interdependência dos ODS. Foi possível compreender também como, a partir do ODS 11 e de suas metas, é possível alcançar muitas de outras metas relacionadas aos outros 16 ODS, dentro do campo da arquitetura e urbanismo. Deste modo, a seleção do ODS 11 como o ponto de partida para a análise diz respeito ao fato dele ser o representante máximo, entre os outros ODS, do escopo de atuação de arquitetos e urbanistas, já que trata especificamente das cidades e assentamentos humanos.

Dessa forma, elaborou-se o Quadro 7 a fim de cruzar as informações das metas relacionadas ao ODS 11 e os 10 princípios orientadores para as conexões urbano-rurais, com o intuito de compreender quais desses princípios poderiam estar mais associados ao campo de atuação da arquitetura e do urbanismo. Logo, depreendeu-se que cinco dos princípios para conexões urbano-rurais podem ser diretamente associados a este campo: 1- Intervenções locais; 3- Abordagens baseadas em sistemas funcionais e espaciais; 6- Baseado nos direitos humanos; 8- Ambientalmente sensível e 9- Envolvimento participativo. Isso não quer dizer que a arquitetura e o urbanismo nunca se vinculem aos outros princípios, até porque no quadro abaixo é possível verificar algumas correspondências. Porém, considerou-se que estes cinco princípios selecionados foram os que mais apresentavam conexões e influências sobre a atuação dos arquitetos urbanistas.

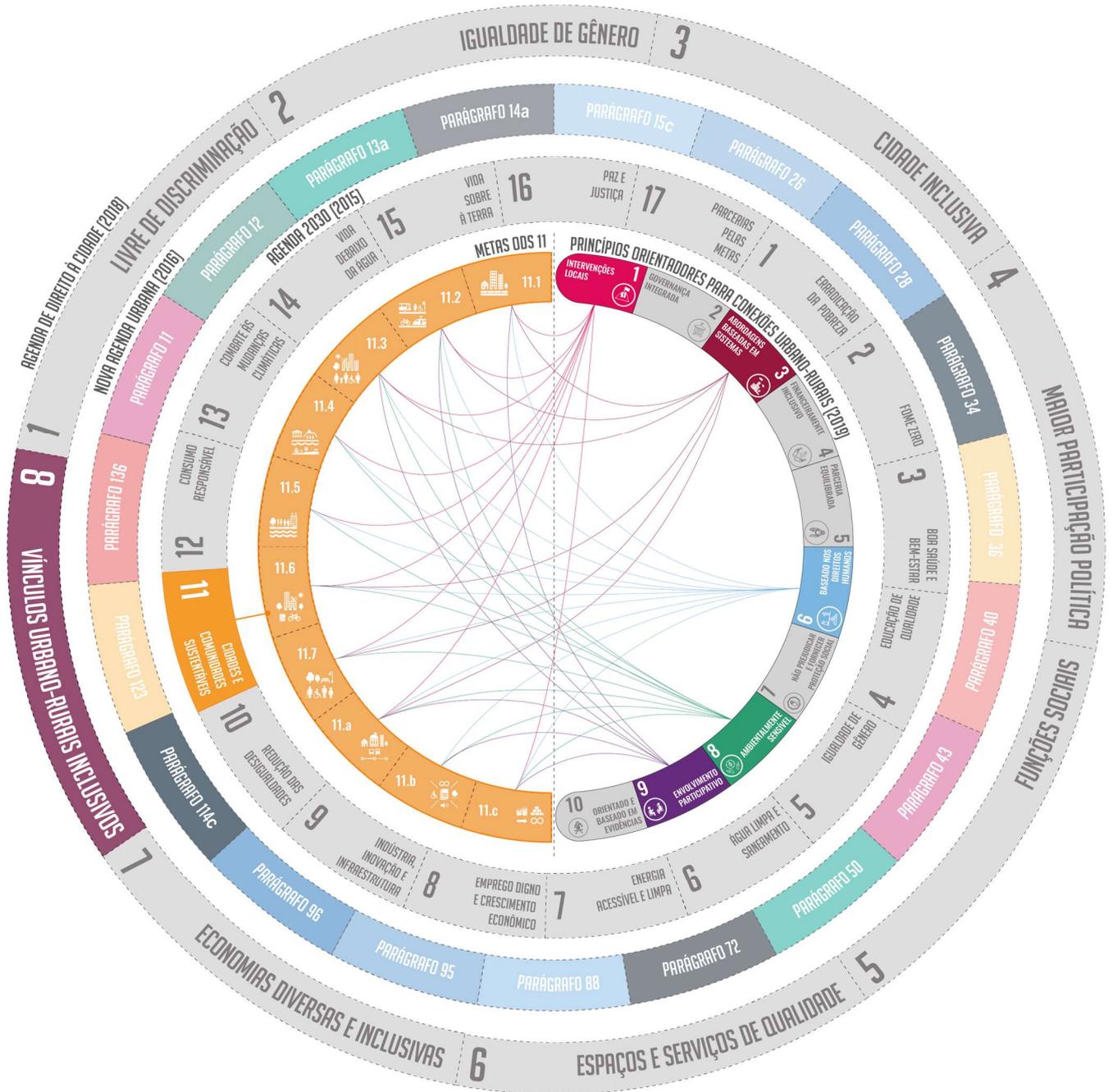
Quadro 7 - Princípios orientadores das Conexões Urbano-Rurais mais associados ao campo de atuação da arquitetura e do urbanismo

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS CONEXÕES URBANO-RURAIS MAIS ASSOCIADOS AO CAMPO DE ATUAÇÃO DA ARQUITETURA E DO URBANISMO	Princípios Orientadores para Conexões Urbano-rurais									
	1 Intervenções locais	2 Governança Integrada	3 Abordagens baseadas em sistemas funcionais e espaciais	4 Financiamento inclusivo	5 Parceria equilibrada	6 Baseado nos direitos humanos	7 Não prejudicar e fornecer proteção social	8 Ambientalmente sensível	9 Envolvimento participativo	10 Orientado por dados e baseado em evidências
Metas (ODS 11)										
11.1 habitação segura, adequada e a preço acessível, serviços básicos e urbanizar as favelas	X		X	X		X		X		
11.2 sistemas de transporte seguro, acessível, sustentável, de qualidade e a preço acessível	X		X	X		X		X	X	x
11.3 urbanização inclusiva e sustentável, planejamento e gestão participativos, integrados e sustentáveis	X	x	X		X	X		X	X	
11.4 proteção do patrimônio cultural e natural	X					X	X	X		
11.5 redução dos efeitos adversos de desastres naturais	X					X	X	X		
11.6 redução do impacto ambiental nas cidades	X		X			X		X		
11.7 acessibilidade universal e espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes	X		X	X		X		X	X	
11.a conexões entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento	X		X		X	X		X	X	
11.b inclusão, eficiência dos recursos, redução de riscos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres						X	X	X		x
11.c construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais	X					X		X	X	

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Assim, a partir do quadro apresentado foi possível elaborar um diagrama síntese (Figura 21) que demonstra a associação entre as Agendas e marcos conceituais em prol dos vínculos territoriais, no recorte da atuação de arquitetos e urbanistas. Os cinco princípios orientadores para as conexões rurais-urbanas destacados no Quadro 7 (1- intervenções locais; 3- Abordagens baseadas em sistemas funcionais e espaciais; 6- Baseado nos direitos humanos; 8- Ambientalmente sensível e 9- Envolvimento participativo) serão recuperados nas análises que serão apresentadas na Parte III desta dissertação, como uma das bases para a sistematização bibliográfica.

Figura 21 - Arquitetura, Urbanismo e os Vínculos Territoriais nas Agendas



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

3.8. Considerações críticas acerca dos documentos

A Parte II desta dissertação pretendeu demonstrar as conexões entre as Agendas e Marcos conceituais mais influentes na atualidade e o conceito de vínculos territoriais. É evidente que estes documentos já demonstram uma interdependência entre si, não apenas em sua fundamentação, mas também na representação gráfica dos diagramas, que invariavelmente adotam formas circulares. Esta circularidade pode simbolizar a percepção do problema como intrinsecamente complexo, demandando, assim, respostas igualmente complexas e sistêmicas, visando soluções que integrem um ciclo virtuoso.

No entanto, é importante ressaltar que as agendas não são apenas reflexos de ideais isolados, mas sim representações dos interesses político-econômicos predominantes a nível global, os quais tendem a favorecer uma perspectiva desenvolvimentista alinhada ao capitalismo verde. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), responsável por tais documentos, é percebida como um quadro do mundo, refletindo as tendências hegemônicas e os valores predominantes entre a maioria dos países.

Por esse motivo, ao analisar esses documentos, é fundamental reconhecer não apenas suas limitações, mas também suas origens e posicionamentos subjacentes. Embora as agendas reivindiquem a sustentabilidade, ancorando-se nos Objetivos de *Desenvolvimento*, adjetivado enquanto *Sustentável*, são frequentemente permeadas por uma lógica de crescimento linear e concentrado, desconsiderando a finitude dos recursos naturais e a necessidade urgente de uma mudança de paradigma.

Nesse contexto, pode-se retomar à questão da água, por exemplo, que na perspectiva das agendas globais, a omissão das questões relacionadas às bacias hidrográficas é um ponto crítico pouco discutido. A Agenda 2030, embora aborde diversas metas e diretrizes para um desenvolvimento sustentável, não inclui de modo explícito a importância das bacias em seus objetivos. Da mesma forma, a abordagem da NAU, ao tratar a água como um recurso hídrico e enfatizar seu uso sustentável, não contempla a integração das bacias hidrográficas como elemento central no de planejamento urbano e regional das cidades.

O documento sobre conexões urbano-rurais, por sua vez, menciona a bacia hidrográfica duas vezes, inserindo-a no âmbito de programas de gestão para conservação e uso sustentável dos recursos naturais, mas ainda não lhe confere um

foco central na discussão. Por esse motivo, a Parte II foi intitulada ‘Respostas e *Impasses*’ até o momento, pois, apesar das agendas e marcos representarem passos significativos até o momento, ainda não correspondem às soluções mais apropriadas diante do iminente colapso ecológico.

Diante disso, é fundamental explorar a forma como conceitos e abordagens vêm sendo reexaminados e reavaliados, como é evidenciado pelo conceito de Contribuições da Natureza para as Pessoas (NCP) (Díaz *et al.*, 2018). Esse conceito é empregado pela Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES) para orientar políticas e práticas voltadas à conservação da biodiversidade e dos ecossistemas. A relevância das NCP se dá por reformular a abordagem convencional dos Serviços Ecossistêmicos ao reconhecer a contribuição da natureza para a qualidade de vida das pessoas, considerando tanto aspectos positivos quanto negativos. Enquanto os Serviços Ecossistêmicos tendiam a concentrar-se principalmente nas contribuições diretas dos ecossistemas para o bem-estar humano, frequentemente sob uma ótica científica e econômica, as NCP proporcionam uma perspectiva mais ampla e culturalmente sensível sobre a relação entre as pessoas e a natureza. Dessa forma, destaca-se a ênfase na cultura e no papel do conhecimento indígena e local na compreensão das contribuições da natureza para as pessoas, reconhecendo a diversidade de perspectivas e valores envolvidos nessa interação.

Portanto, não basta apenas adotar medidas adaptativas e mitigadoras diante das mudanças climáticas. É premente uma mudança radical de paradigma, que ofereça respostas mais eficazes e sistêmicas. Assim, torna-se crucial questionar a concepção de sustentabilidade atual, marcada por traços colonialistas, eurocêntricos e exploratórios em relação à natureza. Sendo necessário considerar alternativas e perspectivas mais holísticas, não vinculadas ao desenvolvimentismo e, sobretudo, contra-hegemônicas para lidar com tantos desafios intrincados. Somente ao desafiar essas premissas arraigadas, poderemos avançar em direção a soluções mais efetivas e genuinamente sustentáveis diante das crescentes crises globais.

PARTE III

| ALTERNATIVAS E POSSIBILIDADES FUTURAS: UM ENSAIO METODOLÓGICO

“Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações:

Aprender que existe o Sul;

Aprender a ir para o Sul;

Aprender a partir do Sul e com o Sul”

(Santos, 2008, p. 7)

4. Alternativas sistêmicas para a regulação metabólica

As Partes I e II deste trabalho, sem a pretensão de esgotar o tema, se propuseram a abordar, respectivamente, o processo de fortalecimento dos vínculos territoriais diante da crise sistêmica que assola o planeta, bem como analisar a atual produção de respostas a elas e suas decorrentes lacunas. Essa abordagem permitiu uma compreensão da magnitude e da urgência da conjuntura atual, identificada como uma crise que exige alternativas sistêmicas para sua resolução. Isso se deve ao fato de que os desafios enfrentados pela humanidade são interligados e complexos, tornando inviáveis as estratégias e respostas unidimensionais, as quais podem, inclusive, intensificar os problemas (Sólon, 2019).

De acordo com Arturo Escobar (2018), a crise sistêmica tem como raiz a crise do modo de habitar ocidental que reforça ideais heteropatriarcais, coloniais e capitalistas responsáveis por deteriorar o modo de vida sistêmico que se baseia na interdependência radical entre seres humanos e não-humanos e que pode ser encontrado nos modos de vida comunais e relacionais de povos tradicionais e originários.

Pode-se afirmar, então, que a crise é resultante de um conjunto de fatores, destacando-se o produtivismo, o desenvolvimentismo, o crescimento econômico infinito, o extrativismo, o patriarcado e o antropocentrismo, que embasam o capitalismo e permanecem como elementos fundamentais, inclusive em sistemas e economias que procuram transcender a dinâmica atual (Sólon, 2019). Por essa razão, é crucial buscar soluções que se contraponham esses ideais responsáveis pela ruptura metabólica, visando estabelecer um caminho de regulação e equilíbrio com a natureza.

Desse modo, é essencial contemplar alternativas, *no plural*, que considerem a diversidade, a multiplicidade, a pluralidade e a complexidade que coexistem no planeta. Por esse motivo, busca-se uma *rede* de alternativas múltiplas, decoloniais, sistêmicas e contra-hegemônicas que emergem dos movimentos sociais, dos povos originários, dos camponeses e grupos marginalizados, os quais se articulam e se complementam. Isso é o que Boaventura de Sousa Santos (Santos, 2007b, 2008) denominava *‘ecologia de saberes’*, reconhecendo a importância da interação e da dinamicidade entre conhecimentos plurais, heterogêneos e tradicionais (tipicamente considerados como inferiores, subdesenvolvidos e/ou místicos pelo pensamento

moderno abissal) para a construção da autonomia, visando a construção de alternativas desde o Sul e para o Sul Global.

Nesse ínterim, Escobar (2018) sugere que pensemos em uma cidade com ideais relacionais, radicais e que se integre à natureza. O termo em inglês utilizado pelo autor para tal é o *re-earthing*, traduzido para o espanhol, em geral, como *terraformar* e que em português, talvez, poderia estar relacionado a *Re-Terrear* ou *Re-Territorializar*, de modo que se busque trazer a ‘terra’ de volta para as cidades. Isso significa, então, buscar reforçar os laços com a natureza e os vínculos entre os diversos territórios que coexistem nas cidades. Pensar em alternativas e possibilidades futuras para as cidades é, seguramente, pensar em alternativas ao desenvolvimento que considerem outras configurações, outras formas de habitar, outras formas e modos de vida.

4.1. O não-desenvolvimentismo e a decolonialidade

Nas palavras de Galeano (1977/2010, p. 229), “o desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”. Essa metáfora ficou bem representada no dia 20 de janeiro de 1949, data em que dois milhões de pessoas naufragaram, isto é, foram postas do *outro lado da linha do pensamento abissal* (Santos, 2007b), passando a ser vistas a partir de um *espelho invertido* (Esteva, 2000) hegemônico que as identificava como subdesenvolvidas.

Foi nesse momento, em plena Guerra Fria, que segundo Esteva (2000), iniciou-se a era do desenvolvimentismo, a partir do discurso de posse do presidente estadunidense Harry S. Truman. Nesse pronunciamento, Truman afirmou que a missão dos Estados Unidos era levar o progresso e o desenvolvimento aos países e regiões subdesenvolvidas. Ao utilizar o termo ‘subdesenvolvimento’, o presidente estadunidense transforma o significado de seu agora antônimo, o qual passa a ser entendido como a libertação da condição de subdesenvolvido. De forma eufêmica, inaugura o imperialismo e hegemonia dos Estados Unidos sobre o mundo, tentando persuadir as nações de que os moldes capitalistas ocidentais, baseados na industrialização e na exploração excessiva de recursos naturais, especialmente dos combustíveis fósseis, representavam a melhor solução para a pobreza e a desigualdade globais.

Desse modo, ao criar o binômio *desenvolvimento-subdesenvolvimento*, Truman transforma o significado de ‘desenvolver-se’, antes atrelado a um processo cíclico e natural que ocorre com todos os seres vivos, passando a associá-lo a um processo linear e infinito. Vale destacar que essa missão se enquadrava na história, nas palavras de Truman, como uma luta contra o avanço da ameaça comunista sobre os países. E, com a justificativa de que levariam o progresso e a modernidade aos subdesenvolvidos, mantiveram intactos os moldes colonizadores. Desta maneira, ao passo que o mundo passou a aceitar essa definição, dois bilhões de pessoas se converteram a subdesenvolvidas, depreciadas e usurpadas de sua identidade, instantaneamente (Esteva, 2000; Lang, Dilger e Neto, 2016).

Na verdade, eles deixaram de ser o que eram, em toda sua diversidade, e se tornaram um espelho invertido da realidade dos outros: um espelho que os despreza e os envia para o fim da fila, um espelho que reduz a definição de sua identidade, a de uma maioria heterogênea e diversa, aos termos de uma minoria pequena e homogeneizadora (Esteva, 2000, p. 53, tradução nossa)

Os ideais desenvolvimentistas foram tão bem aceitos e reconhecidos ao redor do mundo que até mesmo a ONU os incluiu como parte de seus marcos e agendas (como já explicitados na Parte II desta dissertação). E isso ocorre devido ao ‘*pensamento hegemônico*’ e à, conseqüente, ‘*colonialidade do poder*’, oriundos das nações imperialistas e dominantes. Segundo Gramsci, a hegemonia ocorre tanto no âmbito intelectual como moral, uma vez que expressa, não apenas os interesses e ideais da classe dominante como se fossem de toda a sociedade, mas também a imposição sutil de comportamentos e valores que ao longo dos anos configuram-se enquanto a única alternativa e realidade possíveis (Souza, 2013).

Essa relação de ampla dominação, denominada por Quijano (2011) como *colonialidade do poder*, se estende também ao *saber* e ao *ser*. Por isso é importante diferenciar os termos colonialismo e colonialidade. Enquanto colonialismo refere-se à dominação político, social e cultural de uma sociedade sobre outra, colonialidade diz respeito ao poder e dominação hegemônicos que se mantêm mesmo após a independência das nações colonizadas. Desse modo, a relação de poder fundamenta-se tanto no âmbito político-econômico (*colonialidade do poder*), como no campo epistêmico (do saber) e ontológico (ser) (Quijano, 1992).

Nesse sentido, o pensamento hegemônico colonial interfere, conseqüentemente, no tipo de relação que as nações estabelecem com a natureza.

Isso é evidenciado quando se rememora o fato de que a partir da modernidade, o ideal imperante era o do 'homem no centro do universo', mas que se direcionava a um tipo específico de homem: o branco europeu. Isso significa que o processo de dominação liderado pela Europa, sob a justificativa do progresso, legitimou a propagação de sua superioridade e o conseqüente genocídio de diversos povos originários na América e na África, além da espoliação e da exploração dos recursos naturais de seus territórios.

Com relação à construção das cidades, o espaço urbanizado tal qual conhecemos hoje é basicamente a materialização do progresso e do desenvolvimento que se destaca por sua oposição e superioridade ao rural, ao natural e à natureza. E, por conta do pensamento hegemônico, reproduzem o modo de vida dominante, colonial, moderno e capitalista. Mais especificamente, as cidades foram fundadas a partir do colonialismo, da segregação, da invasão, da espoliação e do genocídio dos povos originários, reproduzindo hoje ideais coloniais de progresso e crescimento infinito (Lang, Dilger e Neto, 2016).

Assim, diferentemente da forma como os povos originários lidavam e lidam com os territórios, a hegemonia cultural evidencia o motivo pelo qual ainda hoje, diante do iminente colapso ecológico e da miríade de crises que hoje se enfrenta na contemporaneidade, naturaliza-se e se reproduz esse *modo de vida imperial* (Brand e Wissen, 2021). Esse modo baseia-se na apropriação exploratória da natureza, utilizado para a produção e reprodução das cidades ao longo da história, como se não houvesse outra alternativa, em prol do progresso, do crescimento econômico e do desenvolvimento (adjetivado enquanto sustentável). Nesse ínterim, é válido destacar que pesquisas recentes revelam a incompatibilidade das promessas do crescimento desmedido e ilimitado, supostamente acompanhado de mais empregos, consumo e satisfações pessoais, com um planeta de recursos finitos (Thomson, 2011).

Dessa maneira, é inviável e contraditório defender a ideia do desenvolvimento enquanto *sustentável, equitativo e inclusivo*, uma vez que sua definição e aplicação promovem exatamente o oposto desses conceitos. O patamar de nação desenvolvida é inviável de ser aplicado em todo mundo e de ser entregue a todas as pessoas, sem distinção, pois baseia-se em ideais coloniais que oferecem luxo a alguns em detrimento da espoliação de todo o restante da população. Portanto, a lógica desenvolvimentista visa unicamente a acumulação de capital e o crescimento econômico a partir da exploração dos recursos naturais do planeta e da mão de obra

assalariada (ou não), jamais podendo ser sustentável, equitativa e inclusiva (Lang, Dilger e Neto, 2016).

Por essa razão, é importante considerar *alternativas ao desenvolvimento*, abordando conceitos e ideais decoloniais e não-desenvolvimentistas. Logo, é essencial adotar uma perspectiva crítica em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, visto que no atual sistema vigente, ele pode ser entendido como uma ideia falaciosa, usada para justificar e tornar mais palatável a exploração dos recursos naturais que sempre será predatória.

Nesse sentido, destacam-se as correntes de pensamento decoloniais e contra-hegemônicas que identificam as falhas do discurso desenvolvimentista, à medida que verificam que as promessas de melhor qualidade de vida não alcançam e não alcançarão a grande maioria da população, principalmente a do Sul Global. Inclusive, é importante ressaltar que mesmo em países desenvolvidos, do Norte Global que, em geral, apresentam valores significativos de Produto Interno Bruto (PIB) e renda per capita, não necessariamente apresentam bons níveis de bem-estar e felicidade de sua população, podendo apresentar ainda assim as maiores taxas de suicídio (Lang, Dilger e Neto, 2016; Acosta, 2018).

O pensamento decolonial, em suma, busca abarcar a compreensão de que os processos coloniais ultrapassam os campos político-econômico e que persistem mesmo após a independência das nações. Por isso, é importante diferenciar *decolonialidade* de *descolonialidade*. Catherine Walsh (2005) explana que tão importante quanto (des)colonizar, é o processo de (de)colonizar. Pois, (des)colonizar sugere apenas o fim do colonialismo, deixando intacta a colonialidade, já que não é possível eliminar os resultados e as consequências da colonização. Já (de)colonizar, abrange todo o processo de luta, transformação, transgressão, disruptura, construção, desconstrução e criação contínuas que as nações perpassam em busca de alternativas, autonomia e emancipação. Além do conceito de (de)colonizar, pode-se destacar também o conceito de *contra-colonização* elucidado por Mestre Bispo (2018), que trata de reeditar as trajetórias a partir das matrizes, visando a resistência e a subversão dos legados coloniais.

Nesse contexto também se destacam os conceitos contemporâneos e multidimensionais de: *decrescimento*, atribuído ao norte global, e *pós-extrativismo*, ao sul global, que se enquadram enquanto alternativas ao modelo vigente visando superar os crescentes índices de degradação e exploração socioambientais. Para

tanto, tais conceitos propõem uma mudança na relação sociedade-natureza, para que se distanciem dos ideais de crescimento econômico infinito e extrativista e busquem um modelo menos economicista e mais socio-biocêntrico (Mamani, 2010; Walsh, 2010; Acosta, 2018; Sólon, 2019).

Nesse sentido, almeja-se que o Sul global se desvincule de sua condição extrativista de produção e exploração primária e exportadora de *commodities* (cenário pós-extrativista) e, o Norte Global repense sua dinâmica de reprodução da vida que se embasa na concentração de recursos e promoção de desigualdades (cenário de decrescimento). E para superar esse *modo de vida imperial* (Brand e Wissen, 2021), é preciso *decolonizar* o imaginário (Lang, Dilger e Neto, 2016) e considerar modelos de transição justos e compensatórios que, dentre as possibilidades, a cosmovisão do Bem Viver se destaca e por isso foi selecionada como basal para este trabalho.

4.2. O Bem Viver

Neste contexto de abordagem decolonial, holística e sistêmica destaca-se o conceito de Bem Viver, o qual apresenta uma crítica contundente ao antropocentrismo e à exploração predatória da natureza, propondo, em contrapartida, uma relação de equilíbrio e harmonia. Para Ibáñez (2015), o centro do debate do Bem Viver está justamente na compreensão das relações e de sua complexidade. Vale destacar também que se corrobora a relevância deste marco conceitual, uma vez que em recentes edições do Fórum Social Mundial sugeriu-se que as discussões para um novo modelo de sociedade, a fim de superar as crises do mundo contemporâneo, fossem alicerçadas no Bem Viver (Alcantara e Sampaio, 2017).

O Bem Viver, frequentemente referido pelos termos em espanhol *Buen Vivir* ou *Vivir Bien*, não é apenas um marco conceitual, mas sim uma visão de mundo e um estilo de vida oriundos dos povos andinos que pode ser identificado por meio de diferentes expressões presentes em diversas culturas. Por exemplo, nos povos *Aymara*, localizados na Bolívia, é conhecido como *Suma Qamaña*; nos povos *Quechua*, tanto na Bolívia como no Equador, é referido como *Sumak Kawsay*; nos povos *Guarani*, presentes no Brasil e no Paraguai, é chamado de *Teko Porã*. Além disso, pode ser associado também ao *Ubuntu*, presente na filosofia Bantu, na África Subsaariana (Mamani, 2010; Gudynas, 2011a; Acosta, 2018).

No Brasil, a expressão frequentemente utilizada é 'Bem Viver', embora não seja a tradução mais precisa para os termos originais. Isso ocorre porque, em *Quechua*, '*sumak*' denota algo belo e precioso, enquanto '*kawsay*' significa vida. Nesse sentido, '*buen*' e '*sumak*' são adjetivos, enquanto '*vivir*' e '*sumak*' são sujeitos. Gramaticalmente, a tradução correta, em português, seria 'Bom Viver', utilizando-se o adjetivo 'bom', ao invés do advérbio 'bem'. No entanto, o termo *Bem Viver* foi adotado por movimentos sociais e adquiriu muita relevância ao longo dos anos, refletindo a pluralidade dos diversos povos e culturas abarcadas pelo *Buen Vivir* (Acosta, 2018).

É importante ressaltar que todas estas expressões não podem ser consideradas como semelhantes ou sinônimas. O que se pode afirmar é que apresentam complementaridades, convergências e até mesmo algumas equivalências. São termos e expressões de sabedoria ancestral que significam, em suma, viver em aprendizado e convivência com a natureza, já que considera o ser humano como sua parte intrínseca (Gudynas, 2011a).

Antônio Bispo dos Santos (2018) aborda o Bem Viver sob uma perspectiva que o relaciona diretamente aos princípios de viver de forma *orgânica*, em contraposição ao viver de forma *sintética*, que é associado ao modo de 'viver bem'. Mestre Bispo faz uma distinção entre um saber orgânico, fundamentado no desenvolvimento do ser, e um saber sintético, que prioriza o desenvolvimento do ter. O autor destaca que aqueles que seguem o caminho do saber orgânico estão comprometidos com o crescimento pessoal e espiritual, enquanto os colonialistas e adeptos do saber sintético estão mais preocupados com a acumulação material e o progresso materialista.

Como conceito acadêmico, o Bem Viver surgiu há pouco mais de uma década, podendo ser mencionado e enquadrado em diferentes correntes, a depender do autor a que se analisa. Atualmente, pode-se setorizar o Bem viver em três vertentes: i. a indigenista/pachamamista/culturalista, oriunda dos povos ameríndios e que defende a autodeterminação dos povos indígenas; ii. a socialista/estadista/ecomarxista, que critica o sistema político-social-econômico vigente, com enfoque no âmbito da gestão pública da política estatal; e iii. a pós-desenvolvimentista/pós-estruturalista/ecologista, corrente ligada a movimentos sociais ambientais que defendem o pós-extratativismo e questionam os ideais desenvolvimentistas (Le Quang, 2013; Vanhulst, 2015; Alcantara e Sampaio, 2017).

A primeira vertente, conhecida como pachamamista, retoma a questão do pensamento sistêmico delineado na Parte I da dissertação. Sabe-se que qualquer abordagem considerada sistêmica requer a consideração do todo. No contexto do Bem Viver, esse todo é representado pela *Pacha* ou *Pachamama*, muitas vezes traduzida como mãe-terra, mas que transcende essa simples interpretação. *Pacha* engloba um significado mais amplo e profundo, abrangendo noções de tempo e espaço. Dentro dessa corrente, a *Pacha* é concebida como um todo em constante movimento, de modo que o presente, passado e futuro coexistem e se entrelaçam, numa espécie de movimento espiral. Nesse sentido, a visão cíclica é fundamental e, portanto, incompatível com as abordagens lineares de crescimento e desenvolvimento (Sólon, 2019).

A concepção andina do espaço-tempo em espiral, que sugere esse enlace do futuro com o passado, encapsula a essência do Bem Viver. Este conceito não se restringe apenas a um olhar para o futuro, mas é também uma jornada de criação de condições para a transformação, fundamentada no diálogo e na construção do presente (Sólon, 2019). Mario Rodríguez Ibáñez (2016) ilustra esta ideia com o termo *Aymara 'illa'*. As *Illas* são parte dos rituais andinos realizados entre as semeaduras e as colheitas, representando algo que já existe, mas que ainda não se concretizou completamente. Elas simbolizam a promessa da floração e do fruto, embora dependam do cuidado e dos métodos empregados para que esse processo se efetive (Ibáñez, 2015, 2016). Desta maneira, o Bem Viver manifesta-se nas interações estabelecidas e na maneira como habitamos a cidade, adquirindo uma natureza plural, retrospectiva, perspectiva e prospectiva, demonstrando como nossas ações no presente são moldadas tanto pelo passado quanto pelo futuro.

Diante disso, Gudynas (2011a) enfatiza a existência de diversas interpretações do que pode representar um 'Bem Viver', podendo até mesmo coexistir diferentes perspectivas dentro de uma mesma cultura. O autor observa que os bem viveres *Aymaras*, por exemplo, difere do dos *Shuar* ou dos seringueiros da Amazônia os quais, por sua vez, distinguem-se também do 'Bem Viver' das comunidades afrodescendentes da Colômbia. Portanto, compreende-se a transversalidade da aplicação do Bem Viver nas cidades, dada a sua natureza pluricultural e democrática. É imperativo, portanto, abranger os diversos *Bem Viveres* presentes em diferentes territórios e culturas, sejam eles nas favelas, nas águas, nos quilombos, nas florestas, nos territórios urbanos ou rurais.

Muitos autores têm delineado diferentes classificações para esta abordagem. Enquanto Alberto Acosta (2018) refere-se ao Bem Viver como uma filosofia de vida em construção contínua, Catherine Walsh (2010) trata-o como cosmologia. Fernando Huanacuni Mamani (2010), por sua vez, refere-se ao Bem Viver como cosmovisão ou visão de mundo, diferentemente de Bob Thomson (2011) que o determina como ontologia, e Eduardo Gudynas (2011b), que o apresenta como alternativa ao desenvolvimento.

No entanto, apesar das distinções terminológicas, é possível identificar entre eles princípios comuns pertencentes a uma cosmovisão abrangente. Assim, sua principal característica reside na busca por relações de equilíbrio, pertencimento e harmonia entre os seres humanos consigo mesmos, com a natureza e com a comunidade (Rodríguez, 2015; Alcantara e Sampaio, 2017). Para o Bem Viver, não existe a dicotomia humano-natureza, mas sim uma noção de interdependência e complementaridade mútuas. Além disso, seria contraditório estabelecer uma definição exata e fixa, visto que se baseia na participação e na construção coletiva de um bem viver comum, dependente da realidade de cada sociedade que coexiste em determinado espaço-tempo (Sólon, 2019).

Institucionalmente, as propostas do Bem Viver têm ganhado destaque e se consolidado como uma abordagem significativa na América Latina, oferecendo uma alternativa ao desenvolvimentismo predominante. Essa abordagem tem sido reconhecida por países como Equador e Bolívia, que incorporaram o Bem Viver em suas constituições, autodeclarando-se como Estados Plurinacionais e incentivando a participação cidadã. É importante ressaltar que os Direitos da Natureza foram pioneiramente incluídos na constituição do país em 2007, sendo um feito inédito globalmente.

Assim, esses países buscam, por meio de suas novas constituições, reconhecer a diversidade cultural, respeitar os saberes tradicionais, promover uma educação intercultural, alcançar a soberania alimentar e cultivar uma convivência harmônica entre todos os seres da natureza (Ecuador, 2008; Bolivia, 2009). Contudo, a aplicação prática dessa postura biocêntrica enfrenta desafios, uma vez que esses países ainda se apoiam, em certa medida, em uma visão desenvolvimentista e produtivista que valoriza o progresso através da exploração indiscriminada de recursos naturais (Acosta, 2018; Sólon, 2019).

Em contraponto aos desafios enfrentados por esses países na implementação do Bem Viver, observa-se em outras nações e continentes a adoção de medidas semelhantes e convergentes aos princípios desse conceito. Isso inclui a promoção da participação cidadã, a busca pela soberania alimentar e a preservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais. Embora possam não adotar diretamente o estilo de vida proposto pelo Bem Viver, suas ações e movimentos refletem uma consonância com esses princípios. Isso reforça a ideia de Gudynas (2011a), de que existem múltiplos Bem Viveres, cada qual adaptado à sua realidade territorial, destacando a necessidade de uma abordagem pluricultural e democrática em cada contexto específico.

No Brasil, os princípios do Bem Viver podem ser percebidos por meio da aplicação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, instrumentos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), estabelecida em 2012. Esses planos visam garantir a autonomia das comunidades indígenas na gestão de seus territórios, respeitando sua diversidade cultural e étnica, e promover sua participação ativa nas decisões. Elaborados pelas comunidades, com apoio governamental e de organizações não-governamentais, buscam a preservação sustentável dos recursos naturais e a valorização de suas tradições. No entanto, a efetiva implementação enfrenta desafios financeiros, conflitos territoriais e pressões externas sobre os recursos naturais, comprometendo os direitos territoriais e ambientais das comunidades indígenas no país (FOIRN, FUNAI e ISA, 2016; RCA, 2020).

Além das iniciativas dos planos governamentais supracitados, existem movimentos conduzidos pelas comunidades, sem o intermédio governamental, que buscam promover uma abordagem holística para a convivência humana e a natureza. Um exemplo marcante é a 'Teia dos Povos', uma coalizão de comunidades, territórios e organizações políticas, unindo uma variedade de grupos, como extrativistas, ribeirinhos, povos originários, quilombolas e pequenos agricultores. Essa articulação surgiu em 2012 durante a I Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada no Assentamento Terra Vista, vinculado ao MST, em Arataca, no Sul da Bahia. Seu objetivo é construir solidariamente uma Aliança Preta, Indígena e Popular, com foco na autonomia territorial e na soberania alimentar, fundamentada nas sementes crioulas e na sabedoria ancestral (Portal da Teia dos Povos, 2019; Nasser, 2023).

Esses movimentos comunitários como a 'Teia dos Povos' estão intrinsecamente relacionados com os princípios do Bem Viver e os vínculos territoriais, já que possui raízes fincadas na luta por terra e território, tanto em áreas rurais como urbanas. Busca-se, assim, promover uma vida digna, sustentável e agroecológica, em contraposição aos modelos de desenvolvimento baseados no agronegócio. Essa aliança transcende as fronteiras entre o rural e o urbano, reconhecendo a interdependência e as conexões entre os diversos povos e territórios, representando resistência e esperança, na busca por uma vida livre de opressão e injustiça, enfrentando os desafios impostos pelo racismo, capitalismo e imperialismo (Portal da Teia dos Povos, 2019).

No âmbito geral, o Bem Viver representa um ideal de ruptura com os padrões atuais de consumo, produtivismo e desenvolvimentismo. Ao confrontar tais ideais hegemônicos, baseados em índices como o Produto Interno Bruto (PIB), evidencia-se a incompatibilidade de mensurar o bem-estar e a vitalidade por meio do crescimento econômico e do consumo ilimitado, em um planeta com recursos finitos (Mamani, 2010; Acosta, 2018). Nesse contexto, destaca-se a introdução do indicador FIB (Felicidade Interna Bruta) pelo país asiático Butão em 1972, demonstrando a viabilidade de mensurar o bem-estar e a qualidade de vida da população por meio de nove domínios inter-relacionados. Esses domínios refletem abordagens alinhadas ao Bem Viver, podendo ser quantificados, avaliados e incorporados em políticas públicas, desmistificando a noção de utopia frequentemente associada a esses ideais (Acosta, 2018; GNH Centre Bhutan, c2022). Nesse sentido, essa visão de mundo vai de encontro ao conceito eurocêntrico de bem-estar, que se apoia na ideia de que a natureza está a serviço do bel-prazer humano (Krenak, 2020b), fundamentado, portanto, em um paradigma individualista. Assim como aponta Ibáñez (2016, p. 7), ressalta-se a necessidade de um processo de de(s)colonização em prática.

Em suma, o Bem Viver fundamenta-se em um paradigma comunitário que reconhece a pluralidade, a conexão do todo, a interdependência, em um fluxo contínuo e responsável com a natureza. Dessa maneira, está alinhado a uma economia solidária, baseada na autodependência, reforçando relações de produção autônomas, renováveis, autossuficientes e de proximidade (Acosta, 2018). Assim, essa grande plataforma que o Bem Viver representa delinea, em sua essência, princípios (vide Figura 22) que abrangem sua cosmovisão de maneira geral.

Figura 22 - Princípios do Bem Viver



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Segundo Ibáñez (2016, p. 6) o Bem Viver não pode ser visto como um paradigma de futuro, mas como um horizonte orientador do presente, que busca o *envolvimento* e não o seu oposto o *(des)envolvimento*. E este horizonte não diz respeito a um projeto acabado que se conquista, mas sim a pistas e caminhos possíveis de serem percorridos. Desse modo, o Bem Viver enquadra-se como uma importante fonte de estudo decolonial e contra-hegemônica, para se imaginar cidades integradoras, inclusivas, mais alinhadas ao valor da sustentabilidade socioambiental e resilientes às mudanças climáticas.

4.3.A cidade sob a perspectiva do Bem Viver

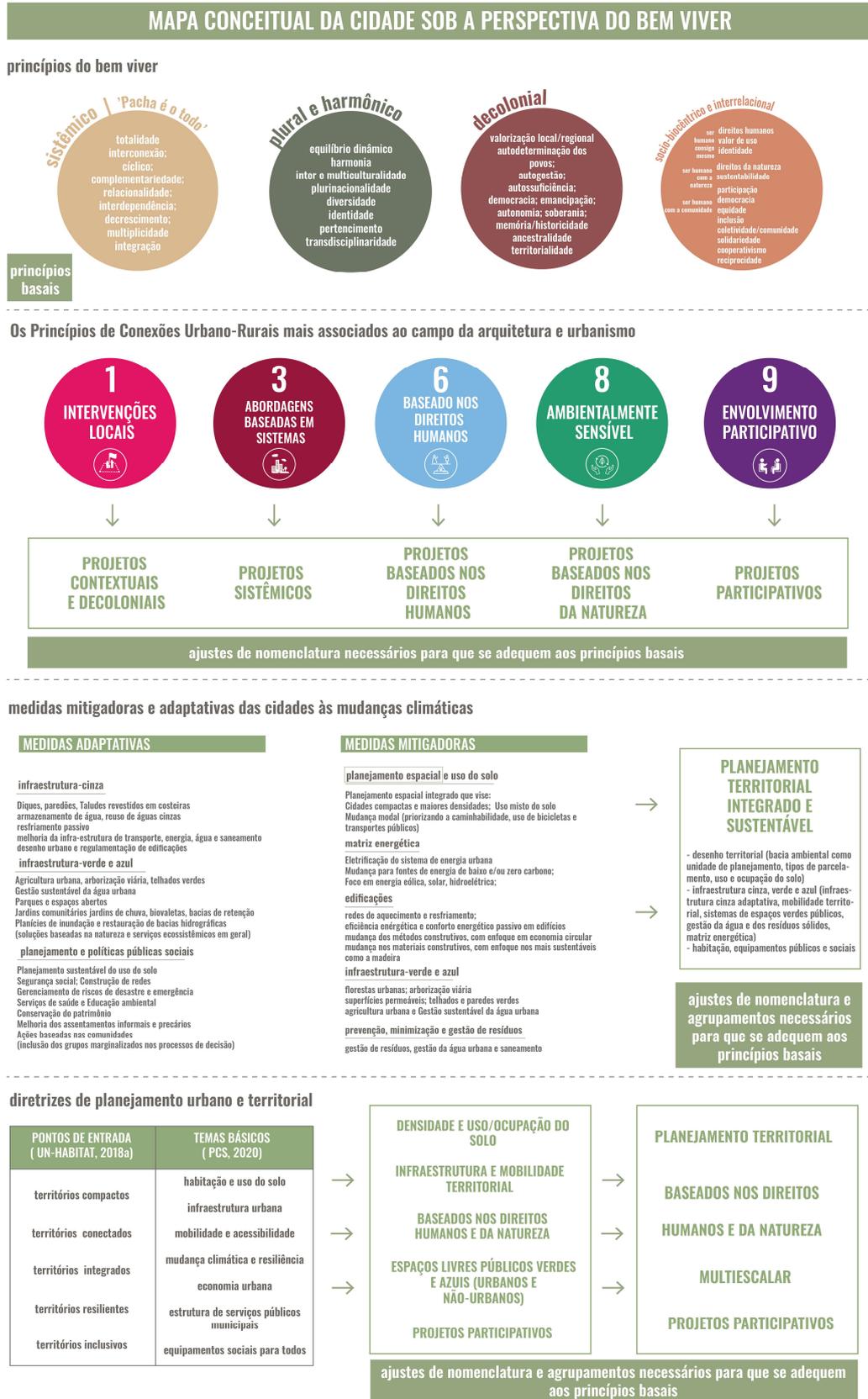
Arturo Escobar (2018) afirma que é possível repensar o desenho das cidades a partir de uma concepção comunitária ampla, relacional e aberta. A fim de imaginar, ressignificar, reconfigurar e desenhar novas formas de habitar as cidades é necessário um *redesenho ontológico do projeto*, que se afaste de perspectivas funcionalistas e instrumentais e que vão ao encontro de princípios e objetivos relacionais, que neste trabalho estão sob o recorte do Bem Viver.

A fim de compreender as pistas e caminhos para o planejamento das cidades sob o horizonte que este conceito e modo de vida carrega realizou-se uma sistematização bibliográfica incorporando os dados, conceitos, documentos e marcos teóricos e regulatórios levantados, apresentados e analisados nos capítulos anteriores. É importante ressaltar o fato de que o exercício de prefiguração da cidade sob a perspectiva do Bem Viver, neste trabalho, compreende a premissa básica dos vínculos entre territórios urbanos e não-urbanos, uma vez que os ideais de Bem Viver

preconizam que estar na cidade é considerar as múltiplas continuidades, reciprocidades e complementariedades. Desse modo, as conexões, articulações e vinculações territoriais são intrínsecas e fundamentais neste contexto.

A sistematização bibliográfica partiu da disposição dos elementos, conceitos e dados levantados em um mapa. Esse mapa visual (Figura 23), foi essencial para que pudessem ser visualizadas e identificadas pistas iniciais para a produção de cidades sustentáveis, integradoras e resilientes, o objetivo geral da pesquisa. Os princípios do Bem Viver foram considerados como o eixo norteador para que se pudessem ser apontadas lacunas e problemáticas nos outros documentos. Assim, ao recuperar os cinco princípios das conexões urbano-rurais mais associados à arquitetura e urbanismo, destacados no capítulo 3.7, compreendeu-se – em contraste com os princípios do Bem Viver -, que eram necessários ajustes em sua nomenclatura e abordagem. Deste mesmo modo procedeu-se com as medidas mitigadoras e adaptativas e com o os princípios de planejamento urbano e territorial levantados.

Figura 23 - Mapa conceitual da cidade sob a perspectiva do Bem Viver



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A partir deste mapa, foi possível perceber que existia uma gama de características e elementos que ora poderiam estar identificados separadamente, ora poderiam ser agrupados. Com o objetivo de facilitar a compreensão desse conjunto complexo de conceitos, ações, níveis e escalas de atuação, foi elaborado um protocolo, conforme apresentado no Quadro 8, visando categorizar tanto o agrupamento quanto a distinção de cada elemento identificado. Desse modo, a partir dos ajustes destacados no Mapa conceitual, delineou-se a construção de um conjunto de sete princípios interdependentes e complementares que podem orientar o processo de planejamento das cidades sob a ótica do Bem Viver. É importante ressaltar que não se trata de diversos planejamentos distintos, mas sim de um processo de planejamento que engloba várias facetas e perspectivas de atuação, todas interligadas e complementares. Essas facetas incluem o Planejamento Territorial, Sistêmico, Multiescalar, Contextual, Decolonial, Socio-biocêntrico, Participativo e Emancipador.

Quadro 8 – Pistas e caminhos para o planejamento da cidade do bem viver (Protocolo a)

A CIDADE SOB A PERSPECTIVA DO BEM VIVER		desenho territorial	infraestrutura cinza, verde e azul					habitação e equipamentos			
			mobilitate territorial	infraestrutura cinza para adaptaçãode de cidades às mudanças do clima	infraestrutura verde e azul	gestão da água e dos resíduos sólidos	matriz energética				
			1. PLANEJAMENTO TERRITORIAL	integrado e sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - territorial e contextual: conexões urbano-rurais adaptadas à realidade de cada cidade - multimodal, integrado e diversificado: integre os modais Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário, Aéreo, Cicloviário e Andaviário (medidas incentivadoras da caminhabilidade, uso de bicicletas e transporte coletivo) - universal: mobilidade de pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pod), produtos (necessários para um bem viver coletivo), serviços (de proximidade) e animais não-humanos (corredores ecológicos, cunhas verdes) - prioritariamente coletivo e público: em detrimento do individual motorizado 	<ul style="list-style-type: none"> - Diques, paredes, taludes revestidos em costeiras - Desenho urbano e regulamentação de edificações - Melhoria da infra-estrutura de transporte, energia, água e saneamento 	<ul style="list-style-type: none"> - espaços verdes, ajardinados e produtivos em prol da permeabilidade do solo, reflorestamento e da soberania alimentar (parques urbanos, periurbanos e agrários, jardins, quintais produtivos, hortas urbanas, agroflorestas) - arborização viária e aumento de superfícies permeáveis - drenagem urbana e rural - SBN e SE em geral: jardins de chuva, biovaletas, bacias de retenção, planícies de inundação - telhados e paredes verdes - revitalização de bacias hidrográficas - corredores ecológicos (verdes e azuis) e cunhas verdes 		<ul style="list-style-type: none"> - captação, armazenamento e direcionamento de águas pluviais - reaproveitamento de águas cinzas - gestão sustentável da água urbana - preservação, conservação e recuperação das bacias hidrográficas - preservação e recuperação de aquíferos, freáticos e à qualidade da água subterrânea - gestão de resíduos e saneamento básico - visão circular/lixo zero, fomentando a compostagem e o fortalecimento de cooperativas - soluções de saneamento rural (tratamento ecológico de efluentes) 	<ul style="list-style-type: none"> - transição energética justa - fonte de energias 100% renováveis - Zero carbono, eólica, solar, H2verde - decrescimento da demanda energética 	<ul style="list-style-type: none"> - bioconstrução e mutirões - redes de aquecimento e resfriamento / eficiência energética - soluções de conforto energético passivo - métodos e materiais construtivos com enfoque em economia circular e sustentabilidade (bioconstrução) - melhor distribuição de equipamentos de cultura, lazer, esportes - Melhoria dos assentamentos informais e precários*
			2. PLANEJAMENTO SISTÊMICO	o todo para o planejamento é a cidade	<p>vínculos territoriais</p> <ul style="list-style-type: none"> - compreensão da cidade como um organismo complexo - entender a cidade como um sistema, uma rede complexa de elementos em interação - totalidades das interações envolvidas - interdependência e inter-relação para promover intervenções mais eficazes e integradas nas cidades 						
			3. PLANEJAMENTO MULTIESCALAR	multiinteração	<p>microescala</p> <ul style="list-style-type: none"> - ruas/bairros: desenho universal, pavimentação permeável - edifícios: habitações/equipamentos 	<p>mesoescala</p> <ul style="list-style-type: none"> - distritos/cidades - interconexões visando a proteção e preservação da fauna, flora, cursos d' água e APP's. 	<p>macroescala</p> <ul style="list-style-type: none"> - vínculos territoriais: cidades x regiões metropolitanas - o todo integrado - crucial considerar as bacias e sub-bacias hidrográficas, visando à gestão integrada das águas pluviais e à preservação dos recursos hídricos em cada escala. 				
			4. PLANEJAMENTO CONTEXTUAL	leitura específica sobre a diversidade do território, da população local e sua cultura	<ul style="list-style-type: none"> - interação harmoniosa entre as intervenções planejadas e o ambiente em que estão inseridas considerando as particularidades de cada território - topografia - clima - biomas - fauna e flora - pessoas - costumes/cultura 						
			5. PLANEJAMENTO DECOLONIAL	Terrear re-territorializar, reafirmar e envolver as cidades	<ul style="list-style-type: none"> - assegurar o direito à cidade - integração entre as reformas urbana e agrária popular - conexão entre os territórios - demarcação de territórios de povos indígenas, proteção de territórios de povos quilombolas, ribeirinhos e camponeses - valorização do patrimônio natural e arquitetônico (pré-existências) - a justiça socioespacial e climática 						
			6. PLANEJAMENTO SOCIO-BIOCÊNTRICO	baseado nos direitos humanos e da natureza	<ul style="list-style-type: none"> - desenho universal - preservação/conservação de áreas ambientais e naturais - regulamentação e fiscalização de Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanentes e Reservas Legais - preservação dos habitats dos animais silvestres e a manutenção da biodiversidade 						
			7. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E EMANCIPADOR	processos dialógicos e parcerias horizontais	<ul style="list-style-type: none"> - transformação de valores e comportamento - senso de pertencimento - governança, autogestão e equidade - ações baseadas nas comunidades (inclusão dos grupos marginalizados nos processos de decisão) - educação ambiental emancipadora 						

*Medidas adaptativas

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Compreendeu-se que o planejamento nas cidades sob a perspectiva do Bem Viver precisa ser, necessariamente, territorial (e não apenas urbano) de modo que considere durante o processo todas as áreas de um território ou de uma região (urbanas e não-urbanas), respeitando as áreas naturais e os animais não-humanos, sendo, portanto, um *planejamento territorial integrado e sustentável*. Este planejamento abrange uma gama de esferas de atuação como: o desenho do território, considerando a bacia ambiental como unidade de planejamento para elaborar as formas, os usos, o tipo de infraestrutura (cinza, verde e azul), bem como a habitação, equipamentos públicos e sociais, dentre os quais estão integradas, inclusive, medidas adaptativas das cidades aos efeitos das mudanças climáticas.

i. Desenho Territorial

O desenho territorial deve considerar as formas e os usos da cidade tomando a *Bacia Ambiental* (Rutkowski, 1999) como unidade principal de planejamento. A água, elemento essencial para toda atividade urbana e rural, deve ser o ponto central nessa estruturação. Enquanto a Bacia Hidrográfica oferece uma visão abrangente do território, seus ecossistemas e ciclos, caracterizando-se como um ente sistêmico (Porto e Porto, 2008), a abordagem da Bacia Ambiental vai além. Ela integra aspectos holísticos e integradores ao considerar não apenas os aspectos ambientais e territoriais, mas também os socioeconômicos e culturais, em relação direta com as atividades antrópicas (Rutkowski, 1999). Isso se alinha aos princípios do Bem Viver ao estabelecer conexões entre questões ambientais, naturais e humanas.

Nesse contexto, a Bacia Ambiental desempenha um papel fundamental na definição do desenho das cidades, oferecendo uma visão integrada que busca a preservação dos ecossistemas, a mitigação dos impactos socioambientais e o fomento à qualidade de vida das comunidades. Por meio dela, é possível compreender a história, a cultura e os fluxos de cada sociedade, viabilizando o planejamento que não se concentra apenas na gestão da água como *recurso* dotado de valor econômico, como preconizam as legislações atuais, mas para a melhoria da drenagem, para a criação espaços de lazer e cultura, e para a valorização da história de cada território.

Por esse motivo, o conceito de bacia ambiental ao compreender um grande sistema de bacias e sub-bacias, integrado ao ciclo hídrico e diretamente relacionado às atividades humanas, desempenha um papel crucial na compreensão da paisagem. Desse modo, associa-se intrinsecamente ao conceito de bem viver à medida que atuam como um registro histórico dos povos e dos fluxos que moldaram seu percurso, proporcionando uma visão do território tanto retrospectiva (do que foi) quanto prospectiva (do que pode ser).

A partir disso, o desenho territorial auxilia pensar soluções para os tipos de parcelamento, bem como o uso e ocupação do solo. Desse modo, o desenho precisa ter um foco na proximidade e nas comunidades, alinhado ao Movimento *Slow*. Originado na Itália na década de 1980, o Movimento *Slow* surgiu como uma contraposição ao fast food por meio do *SlowFood*, buscando preservar tradições locais, qualidade na alimentação e uma nova relação com o tempo, adotando um ritmo de vida mais tranquilo e valorizando o produtor, o produto e o meio ambiente (Slow Food, 2020). Essa abordagem resultou no conceito de *slow city*, que propõe uma reflexão sobre o estilo de vida nas cidades, visando preservar a diversidade cultural, local e ambiental dos territórios para promover uma melhor qualidade de vida, desacelerando o ritmo de produção e consumo (Cittaslow, c2016), em consonância com os princípios do Bem Viver.

Nesse sentido, questões como a morfologia e a densidade também são essenciais para o planejamento de áreas urbanas mais compactas e densas conectadas às áreas não-urbanas. Além disso, o desenho dessa nova cidade precisa ser universal para permitir o acesso e a circulação de todas as pessoas, sem exceção, desde crianças, jovens, adultos e idosos (com deficiência ou não), independentemente da classe social. Ademais, deve priorizar o uso misto (cultural, lazer, esportes, saúde, habitação) e fachadas ativas, tornando as ruas mais atraentes e acessíveis para os habitantes.

ii. Infraestrutura cinza, verde e azul

Já com relação à infraestrutura foi possível setorizar em cinco esferas de atuação como: mobilidade territorial, infraestrutura cinza para adaptação de cidades às mudanças do clima, infraestrutura verde e azul, gestão da água e dos resíduos sólidos e matriz energética.

ii.1. Mobilidade territorial

Com relação à esfera da mobilidade, ela precisa ser necessariamente territorial e contextual, de modo que possibilite as conexões urbano-rurais e que seja adequada à realidade de cada cidade.

Então, o ideal para as cidades, sob essa perspectiva, seria um sistema misto, diversificado, integrado, público e com a priorização do deslocamento coletivo, em detrimento do individual motorizado. Necessitando ser, então, adequado a cada território e integrador dos distintos modais (Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário, Aéreo, Cicloviário e *Andaviário*, com uso logístico - para transportes de produtos-, público e/ou individual). Há cidades que possuem uma topografia mais plana e, portanto, são mais compatíveis ao uso da bicicleta, metrô, trens e bondes. Por outro lado, há cidades mais íngremes que necessitam de outras soluções adaptadas à essa realidade, como os teleféricos, de Medellín (Colômbia) e La Paz (Bolívia); redes de escadas rolantes ao ar livre, como em Medellín, Hong Kong (China) e Barcelona (Espanha); funiculares, como já implementados em Barcelona; ou até mesmo bondes suspensos, como o Wuppertal Schwebebahn, na Alemanha (Constanza, 2014).

Isso significa que o respeito às especificidades territoriais é essencial, de modo que se promova o incentivo e a atratividade para o uso do transporte público, de bicicletas e da caminhada, facilitando as conexões, além de reduzir o tempo de deslocamento. Esse incentivo pode ser promovido por meio da tarifação de estradas, controle de estacionamentos (Banister, 2011), bem como pela não cobrança de passagens, como já ocorre em Luxemburgo, país pioneiro no mundo em oferecer a gratuidade do transporte público (Luxembourg for Tourism, c2021). Essa medida pode, com o passar do tempo, tornar obsoleto o uso do transporte individual motorizado e mudar o comportamento das pessoas, não necessitando de medidas de coerção e proibição. Dessa maneira, esta abordagem pode ser vinculada ao novo paradigma da mobilidade sustentável que se apoia na redução da necessidade de realizar viagens e, portanto, em uma mudança cultural e comportamental (Banister, 2011). Ela pode também vincular-se a um novo pensamento sobre o planejamento das cidades, que se apoie na escala da proximidade já apresentada.

Nesse sentido, a mobilidade relaciona-se intrinsecamente com o direito à cidade, isto é, o direito de poder circular (pessoas, produtos ou serviços), independentemente de sua localização e/ou intenção. Logo, pode-se retomar o conceito de vínculo rural-urbano, o qual possui como uma de suas premissas a

promoção do *continuum* rural-urbano a fim de que ‘ninguém seja deixado para trás’, demonstrando uma visão integral e sistêmica sobre a cidade. Desse modo, o desenho universal também precisa ser retomado neste âmbito, devendo estar adequado a todas às pessoas, sem exceção.

Com relação aos produtos e serviços, vale salientar que o Bem Viver procura romper com a lógica mercadológica, produtivista e consumista, ao buscar o retorno ao valor de uso. Assim, está mais alinhado com os parâmetros de uma economia solidária, baseada na autodependência, em que se reforce as relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes (Acosta, 2018). Dessa maneira, visa a superação do consumismo e do produtivismo, ao compreender que os produtos e serviços precisam incentivar hábitos saudáveis e, portanto, um bem viver coletivo e de proximidade.

Ademais, neste novo paradigma de mobilidade, é essencial considerar não apenas a circulação humana, mas também a de outros seres vivos que habitam o planeta. Isso implica adotar uma visão não-antropocêntrica e não-especista (Brügger, 2009), isto é, um enfoque biocêntrico que reconheça a importância de todas as espécies para o equilíbrio do planeta, não apenas a humana. Nesse âmbito, estratégias como o desenho de corredores ecológicos têm o propósito facilitar a circulação e locomoção da fauna e da flora entre os fragmentos de seus habitats, promovendo troca genética entre espécies, em favor da restauração da biodiversidade local (Seoane *et al.*, 2010). Da mesma forma, a proposição de cunhas verdes, que, devido à sua forma, articulam áreas urbanas e não-urbanas e facilitam a proximidade aos espaços verdes, trazendo-os para o cerne da vida cotidiana (Lemes de Oliveira, 2019).

ii.2. Infraestrutura cinza para adaptação de cidades às mudanças do clima

As cidades enfrentam crescentes riscos e vulnerabilidades decorrentes das mudanças climáticas, independentemente de estarem localizadas em áreas urbanas, rurais, costeiras ou periféricas. Para mitigar esses danos e riscos, as alternativas de adaptação das cidades envolvem a construção de diques, paredões e/ou taludes revestidos em costeiras. Além disso, podem ser considerados ajustes e propostas de desenho urbano, juntamente com a regulamentação de edificações já existentes. São adotadas também medidas para aprimorar a infraestrutura de transporte, energia, água e saneamento em áreas vulneráveis habitadas por povos indígenas,

comunidades ribeirinhas, camponeses e populações da periferia de grandes centros urbanos. Essas medidas visam combater o racismo ambiental, promovendo justiça climática e fortalecendo a resiliência, especialmente em regiões mais suscetíveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas.

ii.3. infraestrutura verde e azul

A infraestrutura verde e azul engloba a disponibilidade de uma variedade de espaços verdes, ajardinados e produtivos, como parques urbanos, periurbanos e agrários, jardins, arborização viária, quintais produtivos, hortas urbanas comunitárias e agroflorestas. Esses espaços desempenham um papel fundamental na promoção da permeabilidade do solo, visando à redução de enchentes e alagamentos. Além disso, contribuem para o fornecimento de alimentos saudáveis e locais (Km 0), contribuindo para a soberania alimentar. Dentro deste escopo, a drenagem rural e urbana pode incluir Soluções Baseadas na Natureza (SBN) e Serviços Ecossistêmicos, como jardins de chuva, biovaletas, canteiros pluviais, lagoas artificiais, bacias de retenção, planícies de inundação, telhados e paredes verdes, revitalização de bacias hidrográficas, criação de corredores ecológicos (verdes e azuis) e cunhas verdes. Essas medidas são fundamentais para a resiliência das cidades, mitigando os impactos ambientais e fortalecendo a harmonia entre a natureza e o ambiente construído.

ii.4. gestão da água e dos resíduos sólidos

Esta frente de ação, bastante associada à anterior, concentra-se no manejo e gestão sustentável da água e na adequada gestão dos resíduos sólidos. Inclui estratégias abrangentes, desde a captação, armazenamento e direcionamento das águas pluviais, ao reaproveitamento de águas cinzas, e ainda à preservação, conservação e recuperação das bacias hidrográficas. Além de considerar a gestão superficial da água, inclui a preocupação direta com a preservação e recuperação de aquíferos, direcionando atenção aos lençóis freáticos e à qualidade da água subterrânea. No âmbito dos resíduos, busca-se adotar uma abordagem circular para atingir o objetivo de 'lixo zero'. Essa abordagem impulsiona a implementação de ações como compostagem e a valorização do trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem. Além disso, contempla soluções de saneamento rural, como fossas verdes (bacias de evapotranspiração), biodigestores e jardins filtrantes para o

tratamento ecológico de efluentes. A gestão integrada e ecológica das águas e dos resíduos contribui significativamente para a preservação ambiental e a redução do impacto ambiental das atividades urbanas e rurais.

ii.5. matriz energética

Outra esfera imprescindível é a matriz energética para que se adeque ao valor da sustentabilidade. É necessário delinear uma transição energética justa, enfatizando o uso de fontes de energias 100% renováveis, em detrimento dos recursos de origem fóssil, uma vez que o sistema baseado na queima de carbono é um dos principais impulsionadores da crise ecológica. Sendo assim, considerar alternativas como energia eólica *onshore* e *offshore*, bem como energia solar fotovoltaica e térmica, torna-se essencial. Contudo, é importante ponderar os desafios relacionados à implementação e utilização dessas alternativas. Apesar de serem fontes de energia limpa, são intermitentes – a energia solar, por exemplo, é gerada apenas durante o dia, e a energia eólica é suscetível à variação da intensidade dos ventos. Além disso, podem ser também insustentáveis, dependendo da forma que são implementadas. Grandes fazendas solares privadas, por exemplo, criam áreas desconectadas que concentram renda e impactam negativamente o ambiente, podendo carbonizar animais. Assim como as grandes turbinas eólicas, que geram imensa poluição sonora, além de interferir no movimento migratório das aves (Acosta, 2018; Silveira, 2019; Oberhaus, 2020).

Além dessas alternativas, há o Hidrogênio Verde, obtido por meio da eletrólise da água usando energia renovável, capturando o Hidrogênio (H₂), um gás altamente inflamável e combustível. Embora demande processos e normas rigorosas de segurança, libera uma quantidade considerável de energia – superando, inclusive, várias fontes fósseis. Na sua queima, a liberação é apenas de água em forma de vapor, não de gás carbônico. O H₂ Verde tem uma ampla gama de aplicações, incluindo a transição de combustíveis da aviação, fonte energética em processos industriais e químicos. Há ferramentas disponíveis e em desenvolvimento para uma aplicação efetiva de uma matriz energética limpa, que reduza a dependência de fontes de energia que utilizam água e facilite a transição no mundo do trabalho, sem prejudicar os setores que dependem de energia não-renovável.

Além disso, é crucial abordar a questão do decréscimo da demanda energética, particularmente no norte global, já que a mera substituição de fontes

fósseis por renováveis não seria suficiente para suprir a demanda atual. Ainda mais considerando o fato de que toda forma de produção de energia, mesmo as renováveis, impactam o ambiente. Neste caso, a questão da mineração para a obtenção de matéria prima, a ocupação de territórios e conflitos com outras atividades econômicas (com exceção da produção eólica offshore e solar residencial), os impactos sobre biomas e ecossistemas diversos, além dos resíduos e descartes dos materiais utilizados ao final de sua vida útil são questões a serem consideradas. Desta forma, reforça-se a importância de uma transição energética justa, que promova empregos seguros e confronte o *ecoimperialismo* e a *colonização climática*, para que o ônus não fique, mais uma vez, para o sul global (Costa, 2021).

iii. Habitação, equipamentos públicos e sociais

Com relação a este campo de atuação, destacam-se os movimentos de mutirão e bioconstrução que reforçam a importância da solidariedade e do trabalho coletivo, assim como nos métodos e materiais construtivos com enfoque em economia circular e sustentabilidade. A essa frente soma-se a necessidade de maior produção habitacional em áreas urbanas e não urbanas, juntamente com uma distribuição mais equitativa de equipamentos culturais, de lazer e esportivos para a população. Além disso, é necessário pensar também nas soluções de conforto energético passivo, redes de aquecimento e resfriamento e eficiência energética das habitações e equipamentos.

Como medidas adaptativas das cidades e comunidades aos efeitos das mudanças climáticas, é crucial melhorar os assentamentos informais, precários e vulneráveis já existentes. Ademais, é viável considerar a possibilidade da realização de *retrofits* e requalificação de edifícios em áreas centrais para a realocação de populações desabrigadas ou que se encontram em áreas de risco.

PLANEJAMENTO SISTÊMICO

O princípio sistêmico reitera a importância dos vínculos territoriais, enfatizando a necessidade de considerar a cidade como um todo no planejamento, como um sistema e um organismo complexos. A cidade é composta por uma teia intrincada de elementos em interação, formando um sistema interdependente, onde as interações entre esses elementos e a interconexão com o todo são essenciais. Assim, o planejamento sistêmico visa compreender e abordar a totalidade das relações entre

as partes da cidade, reconhecendo sua interdependência e inter-relação para promover intervenções mais eficazes e integradas nas cidades.

PLANEJAMENTO MULTIESCALAR

A leitura multiescalar demanda uma abordagem abrangente e específica que ofereça soluções e respostas compatíveis às diferentes escalas. A **microescala** está mais associada à morfologia e ao desenho universal de ruas, bairros e edifícios (habitações/equipamentos), considerando fundamental a ampliação e conservação de pavimentos permeáveis. A **mesoescala**, concentra-se em áreas intermediárias, como distritos e cidades, com atenção às interconexões, visando à proteção da fauna, flora, cursos d'água e áreas de preservação permanente (APPs). Já a **macroescala** envolve o planejamento das conexões entre o meio urbano e rural dentro das cidades, bem como entre diferentes cidades em regiões conurbadas e metropolitanas. Na abordagem multiescalar, é crucial considerar as bacias e sub-bacias hidrográficas, para uma gestão integrada das águas pluviais e preservação dos recursos hídricos em cada nível de escala. Além disso, é importante integrar a elaboração dos Planos Diretores Municipais aos Planos de Gestão de Recursos Hídricos, uma vez que, de acordo com a Lei 9.433/1997, a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos (Brasil, 1997). Dessa maneira, o planejamento multiescalar busca a integração e a articulação das ações em diversas dimensões, buscando uma abordagem holística, coerente e harmônica com a natureza.

PLANEJAMENTO CONTEXTUAL

O princípio contextual enfatiza a importância de se realizar uma leitura específica sobre a diversidade do território, da população local e de sua cultura. Isso implica, portanto, em um planejamento que leve em consideração as especificidades e particularidades de cada território, como clima, topografia, biomas, fauna e flora, além da diversidade de pessoas, povos, costumes e culturas. Essa abordagem contextual busca delinear soluções adaptadas, que respeitem e integrem os elementos singulares de cada região, garantindo uma intervenção sensível e alinhada com as características locais. Ao compreender e valorizar as particularidades de um local, é possível desenvolver iniciativas mais sustentáveis, promovendo uma interação harmoniosa entre as intervenções planejadas e o ambiente em que estão inseridas.

PLANEJAMENTO DECOLONIAL

O princípio Decolonial desafia os paradigmas desenvolvimentistas e de progresso, propondo Terrear: re-territorializar (trazer a terra de volta para as cidades), reafloorar (reflorestar) e *envolver* as cidades (Krenak, 2020c), ao invés de *des-envolver*. Esse princípio busca assegurar o direito à cidade por meio das reformas urbana e agrária popular integradas, reafirmando a importância das conexões entre os territórios. Além disso, preza pela demarcação de territórios de povos indígenas, proteção de territórios de povos quilombolas, ribeirinhos e camponeses, e valorização do patrimônio natural e arquitetônico, ou seja, as pré-existências. Esta abordagem visa desconstruir as narrativas coloniais e promover a justiça socioespacial e climática, reconhecendo as diversas histórias e modos de vida, além de buscar a preservação e revitalização das identidades culturais e territoriais tradicionais.

PLANEJAMENTO SOCIO-BIOCÊNTRICO

O princípio socio-biocêntrico é fundamental para assegurar não apenas os direitos humanos, mas também os da natureza. Este conceito reforça a importância do desenho universal, bem como a preservação e a conservação de áreas ambientais e naturais, por meio da regulamentação e fiscalização de Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanentes e Reservas Legais. Ao preservar e conservar essas áreas naturais e ambientais, não apenas se protege a flora, mas também a fauna, garantindo a preservação dos habitats dos animais silvestres e a manutenção da biodiversidade.

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E EMANCIPADOR

O princípio participativo e emancipador, aliado a processos dialógicos e parcerias, busca estimular o pensamento, o trabalho coletivo e a participação ativa de acordo com a realidade local. Essa abordagem, fortemente associada ao pensamento de Paulo Freire (1987), defende que a prática educacional deve ser fundamentada no diálogo para reconhecer todas as pessoas como sujeitos de direitos.

Assim, com a promoção da dialogicidade, facilitadora da governança e autogestão, busca-se uma transformação nos valores e comportamentos. Ao incentivar a participação das comunidades na construção do Bem Viver, promove-se um senso de pertencimento e propriedade. Além disso, promove-se cada vez mais

ações baseadas nas comunidades, incluindo grupos marginalizados nos processos de decisão, fomentando, também, uma educação ambiental emancipadora.

Neste contexto, é fundamental ressaltar o papel das parcerias, as quais devem ser horizontais, sem desvalorizar o papel das comunidades em prol da exaltação dos parceiros e aliados. Os aliados reconhecem e integram as particularidades de cada território, levando em conta aspectos culturais, socioeconômicos e ambientais específicos, facilitando movimentos que buscam implementar ações mesmo na ausência de apoio governamental, além de garantir maior visibilidade. As parcerias horizontais reforçam a abordagem democrática e inclusiva, ressaltando a importância de relações de cooperação em que todos os envolvidos têm voz ativa e participação equitativa. Esse enfoque reforça o conceito de construção contínua e horizontal do Bem Viver, intrinsecamente ligado à participação social.

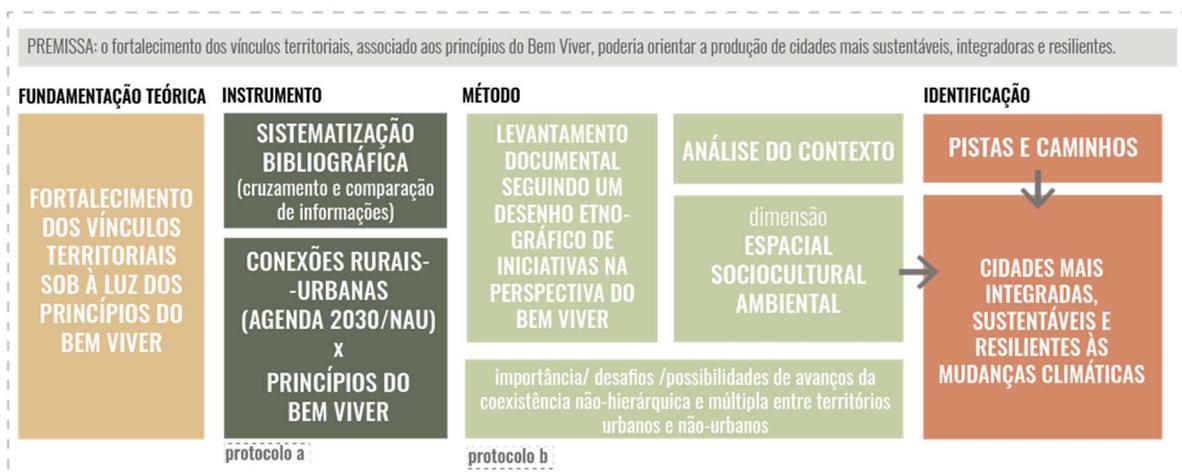
5. Materiais e Métodos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, natureza aplicada, caráter exploratório, utilizando delineamento bibliográfico e documental, a partir de um desenho etnográfico. O desenho etnográfico visa analisar exemplos que aprofundem a compreensão das dinâmicas socioespaciais nas cidades, buscando produzir conhecimentos para soluções práticas futuras (Gil, 2008; Gerhardt e Silveira, 2009; Sampieri, Collado e Lucio, 2013).

O processo metodológico (Figura 24) parte da fundamentação teórica acerca dos vínculos territoriais em articulação com os Princípios do Bem Viver. Busca-se identificar pistas e caminhos que auxiliem na construção de cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes: as cidades do Bem Viver. A coleta de dados compreendeu um levantamento bibliográfico e documental, aliado ao desenho etnográfico de atuais experiências e iniciativas experimentais vinculadas às conexões rurais-urbanas e à perspectiva do Bem Viver.

O intuito de utilizar casos ilustrativos é poder acrescentar informações e análises concretas da vida real, para que se possa contribuir na compreensão da importância, desafios e possibilidades dos vínculos territoriais. A partir da definição de desenho etnográfico apresentado por Sampieri et al. (2013), compreende-se que este delineamento auxilia na descrição, análise e interpretação profundas de estruturas e contextos sociais, econômicos e políticos, bem como sobre aspectos específicos da cultura da comunidade em questão, oferecendo um panorama e um retrato claro das interações sociais e eventos cotidianos.

Figura 24 – Delineamento do processo metodológico



Fonte: Elaboração própria (2021)

Nesse sentido, o **‘protocolo a’** resultou do produto da sistematização bibliográfica realizada e da análise comparativa entre os Princípios do Bem Viver - enunciado por autores como Alberto Acosta (2010), Catherine Walsh (2010), Eduardo Gudynas (2011) -, os Princípios Orientadores e os Marcos de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado (ONU-Habitat), vinculados à Agenda 2030, à Nova Agenda Urbana (NAU) e às Diretrizes de Planejamento Urbano e Territorial, e, as medidas adaptativas e mitigadoras das cidades aos efeitos das mudanças climáticas, enunciadas pelo IPCC (2022b, 2022a). O intuito refere-se a identificar as semelhanças, diferenças e lacunas dos documentos, com relação aos princípios basais do Bem Viver que neste trabalho regem a construção de cidades sustentáveis integradoras e resilientes. Esses elementos guiam a análise das duas iniciativas selecionadas que são vinculadas, em alguma medida, às conexões rurais-urbanas e à perspectiva do Bem Viver: 1. As Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV's), localizadas no Assentamento Canaã, Brazlândia (DF); 2. O Acampamento Marielle Vive, localizado na macrozona rural de Valinhos (SP).

Assim, tendo em vista que estudos etnográficos buscam compreender as comunidades que compartilham uma cultura e oferecem um retrato do cotidiano (Sampieri, Collado e Lucio, 2013), as iniciativas acima listadas configuram-se como importantes objetos de estudo para auxiliar a compreensão da importância, dos desafios a serem enfrentados e das possibilidades de avanços da coexistência não-hierárquica e múltipla entre territórios urbanos e não-urbanos. E dessa forma, suas características e dinâmicas puderam orientar o ajuste e aprimoramento do **‘protocolo a’** e delinear a construção de um **‘protocolo b’**, mais embasado e fundamentado em experiências concretas. A seleção destas iniciativas buscou exemplos de experiências alinhadas ao Bem viver e localizadas no Sul Global.

É importante mencionar que houve uma mudança de percurso na pesquisa. Inicialmente, havia um terceiro estudo de caso: o planejamento multiescalar e integrado em Uganda. A seleção dessas três iniciativas havia sido motivada pelo objetivo de apresentar experiências alinhadas, em certa medida, às perspectivas do Bem Viver, abrangendo diferentes escalas e localizadas no Sul Global. Contudo, durante a análise, tornou-se evidente que a distinção escalar imaginada não se refletia na prática, pois as três experiências apresentavam ações e alcances multiescalares. Ademais, após o exame de qualificação, o caso de Uganda foi excluído, já que não contribuía significativamente para o entendimento dos vínculos territoriais em relação

aos princípios do Bem Viver. A decisão foi concentrar as análises nas duas experiências nacionais previamente selecionadas.

A primeira, as Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV's) localizadas no Assentamento Canaã, seria representante de uma experiência mais robusta, por já ser um assentamento regularizado, contar com apoio e incentivos de movimentos sociais e também por sua característica de trabalho e construção em redes. Além disso, se configura também como um núcleo importante e representativo do Bem Viver no Brasil. As primeiras aproximações com essa iniciativa foram realizadas por meio de uma conversa virtual com uma assistente social e uma das militantes e cofundadoras do Movimento Bem Viver, bem como por meio de uma visita de campo.

Já a segunda iniciativa, o Acampamento Marielle Vive, no que diz respeito a seu contexto espacial, especificidades socioculturais e potencialidades ecossistêmicas, se demonstra relevante por ainda se caracterizar enquanto uma experiência não regularizada, mas ainda assim possuir visibilidade nacional por estar associada ao MST e, também, por já apresentar movimentações materiais na busca pela conexão entre os territórios urbanos e não-urbanos, guiada por valores da agroecologia. Neste caso, as primeiras aproximações ocorreram durante o TFG, já que era um estudo de caso que foi selecionado para continuar no mestrado. Durante a pesquisa de mestrado, foram realizadas algumas visitas de campo, bem como conversas virtuais com lideranças do movimento.

Nesse sentido, a sistematização bibliográfica desempenhou um papel fundamental na elaboração do protocolo de análise preliminar e, sua incorporação ao levantamento documental etnográfico das duas experiências viabilizou a discussão de quais seriam as possíveis pistas e caminhos que poderiam auxiliar na produção futura de políticas públicas para a construção de cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes: as cidades do Bem Viver. A aplicação do protocolo em ambos os casos não apenas confirmou alguns conceitos, mas também possibilitou retificações e adições significativas. Por exemplo, inicialmente, o protocolo não abordava questões relacionadas à gestão das águas e bacias, tema de extrema relevância identificado como limitante em ambas as experiências e que foram incorporados posteriormente. Além disso, outro ponto que surgiu a partir das análises foi a importância das parcerias horizontais, previamente não consideradas, evidenciando que as colaborações entre

movimentos desempenham um papel fundamental na facilitação dos vínculos territoriais.

Forma e análise dos resultados

Inicialmente, foi realizada uma ampla sistematização bibliográfica, organizada por meio de tabelas, quadros e diagramas, para realização da análise comparativa entre os documentos estudados. Esta análise serviu de alicerce para a elaboração do protocolo de análise preliminar do conjunto de princípios orientadores para o planejamento das cidades do Bem Viver. Os resultados obtidos a partir desse protocolo direcionaram a análise das iniciativas experimentais selecionadas, contribuindo para o aprimoramento da proposta inicial, permitindo a identificação de pistas e caminhos para o fortalecimento dos vínculos territoriais no Planejamento das cidades do Bem Viver, objetivo geral da pesquisa.

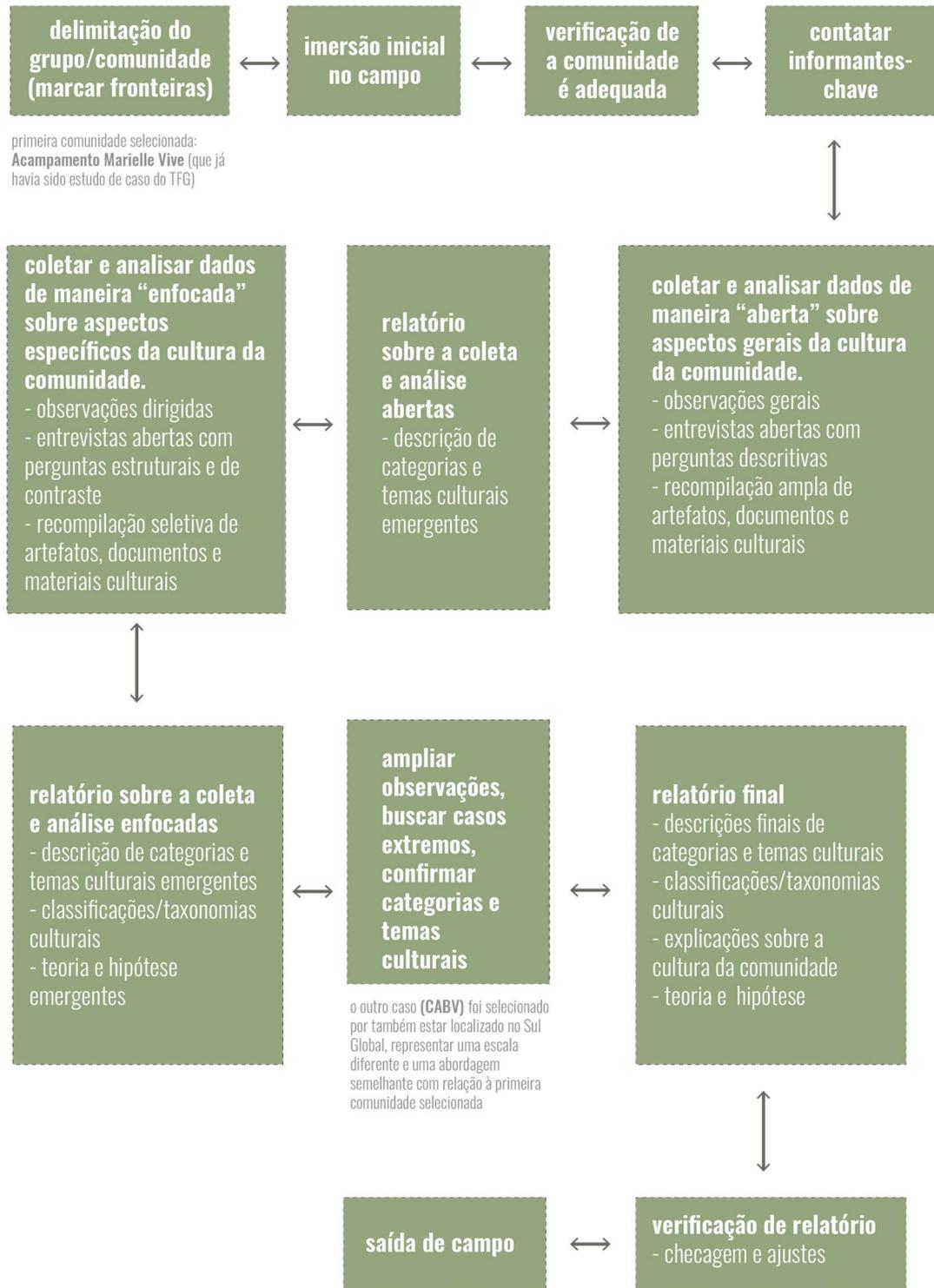
Dessa forma, a coleta de dados (vide Quadro 9) baseou-se na busca, seleção e análise da literatura nacional e internacional, utilizando-se de diversas ferramentas como o levantamento bibliográfico (livros, periódicos, artigos, publicações, teses, dissertações, relatórios e agendas) e documental (publicações, sites, redes sociais, observação), bem como estratégias de análise qualitativas de fontes primárias e secundárias, sem realização de entrevistas, seguindo o desenho etnográfico ilustrado por Sampieri et al. (2013) vide Figura 25.

Quadro 9 - Categorias e Fonte do material bibliográfico e documental

LEVANTAMENTO	BIBLIOGRÁFICO	DOCUMENTAL
MATERIAL	Livros, periódicos científicos, teses e dissertações, relatórios de pesquisa, dados estatísticos	mapeamentos, publicações, agendas, fotografias e mídia digital e virtual.
FONTES E FERRAMENTAS	Bibliotecas, base de dados, publicações de encontros científicos.	Google Earth, Google <i>Mymaps</i> , mídia digital e virtual, levantamento fotográfico, anotações e desenhos em campo

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Figura 25- Principais ações para a realização de um estudo etnográfico



Fonte: Elaborado pela autora a partir de (Sampieri, Collado e Lucio, 2013)

5.1. Iniciativas experimentais na perspectiva do Bem Viver

Este capítulo será dedicado ao estudo e análise das duas iniciativas selecionadas (vide Figura 26) que são relacionadas às conexões rurais-urbanas e à perspectiva do Bem Viver. São elas: 1. As Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV's), localizadas no Assentamento Canaã, Brazlândia (DF); e 2. O Acampamento Marielle Vive, localizado na macrozona rural de Valinhos (SP). Importante reforçar o fato de que a seleção destas experiências foi motivada pela busca de iniciativas localizadas, necessariamente, no sul global e que representassem escalas de atuação múltiplas.

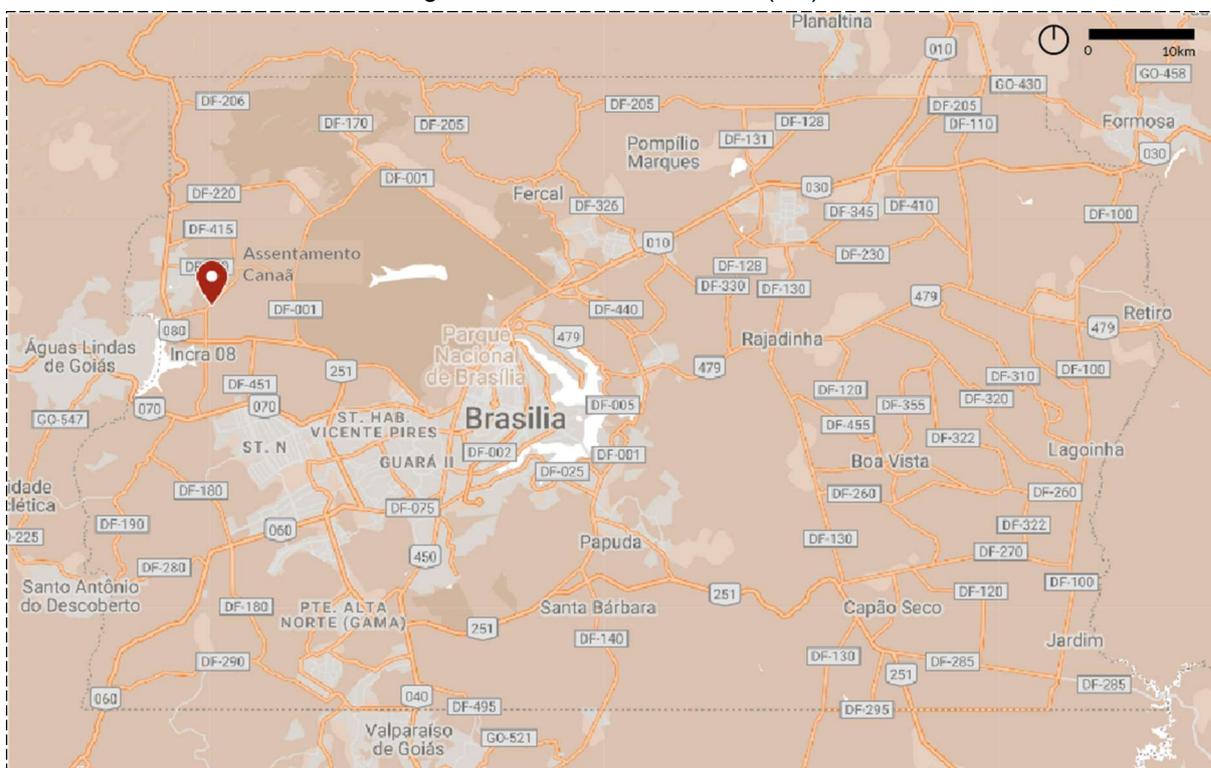
Figura 26 - Iniciativas selecionadas para o estudo



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta Google My Maps (2022)

5.1.1. As Comunidades agroecológicas do Bem Viver no DF

Figura 27 – CABV, Brazlândia (DF)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta Google My Maps (2022)

As Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV) estão situadas no Assentamento Canaã, localizado em Brazlândia, uma região administrativa do Distrito Federal brasileiro (Figura 27). O território do assentamento integra a APA da bacia do Rio Descoberto, vital para o abastecimento hídrico da região. É importante ressaltar que esta APA enfrenta ameaças devido ao desmatamento, uso de agrotóxicos e fertilizantes, grande impermeabilização do solo nas áreas rurais e a degradação dos cursos d'água da região (Rocha, 2021).

A ocupação do território do Canaã teve início em 2011, como resultado de um processo de luta vinculado ao MST e foi regularizada em 2015, após a desapropriação e implementação do assentamento (Rocha, 2021). As primeiras CABV surgiram entre o fim de 2019 e começo de 2020, inicialmente denominadas como 'Mutirões do Bem Viver', em resposta aos efeitos da pandemia de Covid-19. A importância desse nome fica ainda mais evidente quando se busca a sua origem etimológica do Tupi que significa *trabalho coletivo pelo bem comum*. Essa ação coletiva e solidária surgiu em grande parte porque, após a regularização e a criação de assentamentos como o Canaã, muitos agricultores ficaram desassistidos, sem receber qualquer auxílio de

crédito agrário, infraestrutura ou assistência técnica. Este cenário piorou consideravelmente com a ocorrência da Pandemia de Covid-19 agravando a fome, a insegurança alimentar e o poder de compra no país. Assim, os pequenos agricultores do Canaã, que anteriormente vendiam sua produção orgânica em feiras na cidade de Brasília, passaram a enfrentar muitas dificuldades na distribuição de seus produtos.

A partir desse contexto, militantes sociais já envolvidos em outras áreas de luta propuseram a organização de mutirões denominados 'Mutirões do Bem Viver' em escala nacional, como resposta à pandemia, por meio da entrega de cestas de alimentos agroecológicos a comunidades vulneráveis e territórios tradicionais em alguns estados brasileiros, estendendo-se por todas as regiões do país. A população beneficiada incluía moradores em situação de rua, assentamentos e acampamentos rurais, ocupações urbanas ou rurais, territórios tradicionais, quilombolas e indígenas. Ao longo de cinco meses, mais de 4700 cestas agroecológicas foram entregues, atendendo a 17 estados, 39 cidades, 78 territórios diferentes e mais de 5200 famílias (SBV, 2020, 2020).

O principal objetivo desses mutirões era oferecer uma resposta rápida às crises econômica e sanitária intensificadas pela pandemia, arrecadando alimentos não perecíveis, produtos de higiene básica e recursos financeiros para a compra de alimentos orgânicos e saudáveis produzidos por agricultores familiares, além de doá-los a populações vulneráveis e marginalizadas, seja em áreas rurais, urbanas ou territórios tradicionais. A participação nos mutirões podia se dar a partir de diferentes formas de atuação, seja como agricultor, voluntário, doador de alimentos ou recursos financeiros e beneficiário das doações.

Conforme ilustrado na Figura 28, é importante frisar que as ações não se limitaram à entrega de cestas. Já havia planos para uma segunda fase de projetos a longo prazo, como a construção de hortas e cozinhas comunitárias, desenvolvimento de oficinas e mutirões agroflorestais e de bioconstrução, com o objetivo de criar uma rede permanente de solidariedade. Assim, está sendo estruturada uma rede de apoio e solidariedade baseada nos princípios da agroecologia e soberania alimentar, conectando quem precisa vender e escoar produtos com quem precisa consumir, criando condições para construir uma Sociedade do Bem Viver (Oliveira, 2020; SBV, 2020).

Figura 28 - O Funcionamento dos Mutirões do Bem Viver em resposta à pandemia



Fonte: (SBV, c2022)

A sociedade do Bem Viver mencionada não visa apenas ações assistenciais, embora reconheça a necessidade de ações imediatas e urgentes em tempos de crise. Ela representa uma busca por um mundo livre de exploração, opressão e degradação do planeta, priorizando princípios e ações fundamentais, como emancipação, autonomia dos povos, soberania alimentar, saúde, autoestima, laços comunitários, agroecologia, regeneração florestal e captura de carbono, solidariedade, reciprocidade e uma relação harmoniosa com a natureza (SBV, 2020).

Os mutirões do Bem Viver hoje, após o fim do isolamento, fazem parte de um movimento maior, o recém-criado Movimento Social Bem Viver (MBV), de orientação ecossocialista. Este movimento nacional surgiu de esforços conjuntos após muitas formações, debates e conversas por videoconferência que se tornaram mais frequentes a partir de março de 2021. Sua fundação ocorreu em 12 de outubro do mesmo ano, em Brasília, com a participação de vários militantes de todo o país,

destacando-se os militantes dos estados do Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina e Distrito Federal.

O MBV atua nacionalmente e internacionalmente em diversas frentes e seus princípios centram-se na ideia da convergência de todas as lutas e do enraizamento territorial que conecta *cidade-campo-floresta*. Este movimento é bem articulado e organiza-se de modo bem semelhante ao sistema do MST, a partir de Círculos de Base. Os Coletivos Organizadores do movimento incluem áreas como autossustentação, formação política, comunicação, mobilização, jurídico, defesa dos animais e gestão administrativa. Este último setor diz respeito à parte mais burocrática, o chamado profissionalizado do movimento, que é responsável pelos pagamentos, compras e prestação de contas.

Atualmente, o movimento não recebe subsídios ou apoio financeiro de instituições ou governos e mantém apenas uma parceria com a empresa que gerencia o site. Embora o MBV tenha se inscrito em editais, ainda não foi selecionado para nenhum deles. Portanto, é um movimento autogerido e financiado atualmente por meio de contribuições das cestas agroecológicas e de doações. Todos os meses, há uma reunião de coordenação com os coordenadores e famílias camponesas, baseada em uma abordagem de centralismo democrático amplo, envolvendo cerca de 20 pessoas. As doações das sobras de alimentos acontecem aos domingos. É crucial ressaltar que, mesmo que não haja sobras de alimentos, há uma parcela destinada a doações para ocupações, famílias mais necessitadas, militantes em situação precária, territórios indígenas e cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Além dos coletivos organizadores supracitados, o MBV apresenta os coletivos de massa (juventude climática, saúde, feminista, antirracista, LGBTQIAP+, libertação animal), os mandatos coletivos e três frentes de ação chamadas de 'Programas de Re-Existência', que estão sempre vinculados e conectados, são elas: Programa da Floresta, da Cidade e do Campo.

O programa da Floresta

O Programa da Floresta é destinado às ações nos territórios dos povos originários e, em geral, são mais pontuais. Fazem parte desse Programa os chamados 'Mutirões do Bem Viver' que ocorrem sempre a partir de alguma demanda que surge nos territórios indígenas. Algumas ações que já aconteceram foram o mutirão de

bioconstrução de uma casa em bambu a pique que ocorreu na Reserva do povo Guajajara no DF, em agosto de 2021, bem como a implantação de hortas comunitárias em outros territórios. A Reserva Indígena dos Kariri-Xocó (DF) também é um território em que o Movimento está muito presente e realiza diversas atividades de resistência (Figura 29).

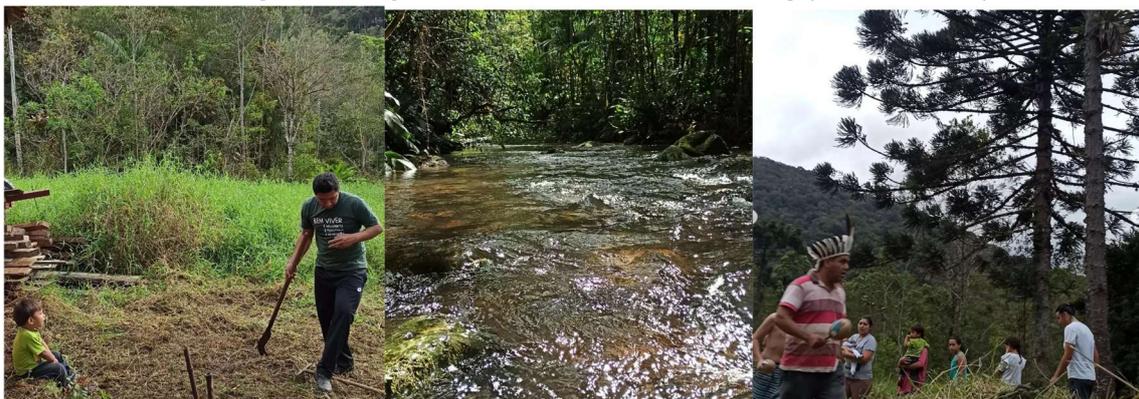
Figura 29 - Reserva Indígena Kariri-Xocó (DF)



Fonte: (SBV, 2021)

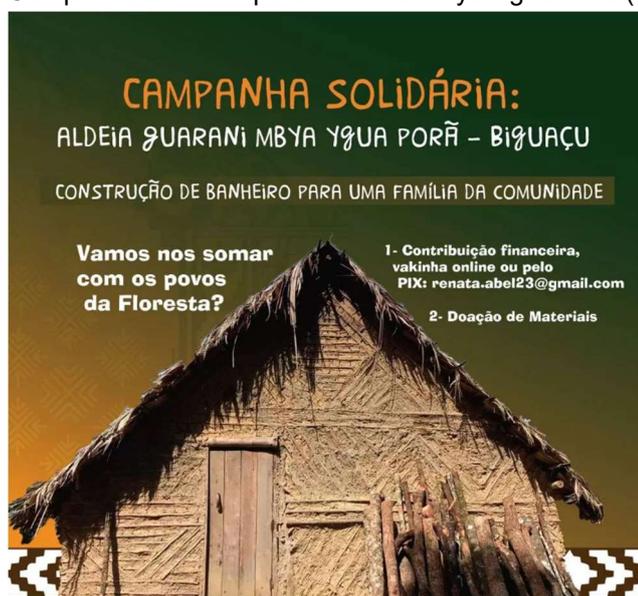
Em outubro de 2022 houve também o mutirão de bioconstrução da escola, além de rodas de conversa, pinturas corporais e batismo de crianças no Território multiétnico *Kamakã Mongoió*, localizado na região Córrego de areia – Casa Branca, em Brumadinho (MG). Já em Santa Catarina as ações estão mais direcionadas ao território ancestral do Povo *Xokleng*, em Blumenau (Figura 30), e à Aldeia Guarani *Mbya Ygua Porã*, em Biguaçu (Figura 31).

Figura 30 - Ações no território do Povo Xokleng (Blumenau-SC)



Fonte: (Movimento Bem Viver SC, 2022)

Figura 31 - Campanha solidária para a Aldeia Mbya Ygua Porã (Biguaçu-SC)



Fonte: (Movimento Bem Viver SC, 2022)

O programa da Cidade

O Programa da Cidade diz respeito à criação de **territórios coletivos**, inspirados nas experiências dos antigos soviets, mas sobretudo dos panteras negras, a fim de promover organização política e social. É uma forma de lutar pelo direito à cidade, a partir da construção de creches comunitárias, lavanderias coletivas, bibliotecas, cozinhas comunitárias e outros espaços coletivos que vierem a ser necessários para cada comunidade.

Hoje existe o território coletivo Maloka, em Capoeiras, Florianópolis (SC) (Figura 32) que é, basicamente, um centro comunitário que procura integrar atividades de luta, arte, educação, solidariedade e apoio mútuo, em cooperação à construção do Bem Viver. Ali foram construídas uma horta comunitária, uma associação de

imigrantes, um trabalho de psicologia da quebrada e uma área de esportes - que já eram demandas locais-, além da cozinha comunitária.

Figura 32 - Território Coletivo Maloka (Florianópolis-SC)

O QUE É UM TERRITÓRIO COLETIVO?

Os territórios coletivos são sementes germinadas através de um espaço físico construído com o objetivo do engajamento comunitário em atividades que elevem seu perfil de organização e seu apoio mútuo. Para além da importância emergencial através da assistência social auto-organizada, seguir construindo espaços de inclusão social e política, de cultura, acolhimento, lazer, esporte e as demandas cotidianas da classe trabalhadora.

PROGRAMAS DE SOBREVIVÊNCIA TERRITÓRIO COLETIVO MALOKA

- Escritório do Povo
- Cozinha Comunitária (Café da manhã, marmitas)
- Atendimento psicológico
- Núcleo de organização dos imigrantes
- Oficinas de Saberes (Reforço escolar, arte, música, esporte, etc.)
- Biblioteca comunitária
- Economia Popular Solidária (Bazar, feira, cooperativas, compras coletivas, etc.)
- Agricultura Urbana
- Assembleias Populares
- Espaço de organização e cultivo da prática comunitária.

TERRITÓRIO COLETIVO MALOKA

TERRITÓRIO COLETIVO MALOKA

Apoie a luta comunitária por vida digna!

VAKA.ME/2015582

Fonte: (Maloka, 2021)

Já no DF, o território coletivo recém-criado chama-se Sementes, e localiza-se em Samambaia-sul, área periférica da cidade. As obras da construção da cozinha comunitária, biblioteca comunitária e brechó estão em andamento. É importante ressaltar que dizem respeito a serviços sociais autogestionados que buscam atuar nos territórios que possuem um enraizamento profundo com cada lugar.

O programa do Campo

O programa do Campo (vide Figura 33) compreende as ações das Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV), que visam a transformação da sociedade, sobretudo, a partir da conexão entre territórios de resistência presentes em áreas não-urbanas (Campo e Floresta) e as áreas urbanizadas das cidades. Os objetivos principais são: fortalecer a solidariedade e os vínculos, promover soberania alimentar, regenerar o bioma local e capturar carbono por meio da agroecologia. Nesse sentido, o funcionamento do programa visa conectar famílias agricultoras, com as famílias do urbano (co-agricultoras), não apenas pela compra e venda de produtos orgânicos, mas também pelo plantio e colheita. Desse modo, os mutirões da pandemia se reestruturaram nesse novo programa, por meio das cotizações e do envolvimento das famílias.

Figura 33 - Logo das CABV



Fonte: (CABV, c2022)

A união e o envolvimento entre agricultores e co-agricultores visa ressignificar as relações de produção e consumo, ao ofertar alimentos saudáveis e de proximidade (Km 0). Essa proposta contribui com o processo de transição agroecológica e visa construir uma nova sociedade: a Sociedade do Bem Viver. Nesse programa, os co-agricultores contribuem com uma cota mensal para receber as cestas agroecológicas. As cotas servem para garantir uma condição mais digna de vida por meio de uma renda fixa e estável que garanta a subsistência das famílias camponesas. Desse modo, configura-se uma relação de ganho-ganho: ganho das famílias urbanas pelo consumo de alimentos sem veneno e conhecimento dos processos agroecológicos, e ganho das famílias produtoras por conseguirem escoar o alimento e terem uma garantia de sustento. Segundo relatos informais de militantes do movimento, existe um número mínimo de famílias que precisam cotizar para a subsistência do programa que equivale a, aproximadamente, vinte. As cotas servem para pagar o salário dos agricultores, bem como a compra de insumos e ferramentas necessários.

Os mutirões agroflorestais acontecem semanalmente, além de um grande mutirão mensal que visa reunir mais pessoas (que não precisam necessariamente ser co-agricultoras). Há também os mutirões de bioconstrução em ocasiões de específica necessidade. Além disso, todo domingo pela manhã as famílias do campo vão para a área urbana, nos pontos de encontro das CABV, para um momento de partilha e de troca de saberes. Nesses encontros há rodas de conversa que podem seguir variados temas, desde educação popular, migrações, defesa da água, juventude climática a libertação animal, entre outros.

Por esse motivo, para se tornar uma CABV é necessário ter um vínculo de luta com a terra, com produção agroecológica e agroflorestal, com envolvimento e participação ativa (vide Figura 34). As principais CABV encontram-se no DF e em SC, além de ações que também estão acontecendo na Amazônia e no Mato Grosso. O movimento se organiza com planos de curto, médio e longo prazo e há o anseio de que o movimento alcance todas as regiões, estados e cidades do país e quiçá outros países.

Figura 34 - Funcionamento das CABV



Fonte: (MBV, c2022)

- **As CABV do Assentamento Canaã (DF)**

O Assentamento Canaã localiza-se na zona rural de Brazlândia (Figura 35), Região Administrativa que por ter uma tradição rural voltada à agricultura e à pecuária, já se encontrava inserida na proposta da agricultura da modernização conservadora. Ele está localizado na Bacia do Descoberto, a qual é imprescindível para o abastecimento hídrico da região, mas atualmente está sob grande risco de degradação ambiental. Pelo fato de no Assentamento Canaã morarem dezenas de famílias agricultoras que já praticavam agroecologia e participavam de projetos de transformação da sociedade, foi selecionado como o local de implementação das primeiras CABV (CABV, c2022).

Figura 35 - Localização Assentamento Canaã



Fonte: Elaborado pela autora a partir do Google Earth (2022)

Segundo Galvão (2019), o Assentamento Canaã situa-se no Núcleo Rural Alexandre Gusmão, no INCRA 8, GLEBA 2 Reserva “D”, às margens da DF-445 – estrada asfaltada e de fácil acesso. No Canaã, pelo menos até o ano de 2019, em que sua pesquisa foi realizada, havia escassez de água, bem como carência de saneamento básico. No assentamento, as glebas são, em média, de 4 a 5 Ha e as famílias vivem a partir da cultura de subsistência e venda de excedentes.

Atualmente no assentamento, das 65 parcelas de 5ha, seis são destinadas à produção das CABV, totalizando seis famílias agricultoras agroecológicas, que se organizam em três CABV, sendo duas famílias por comunidade: Ana Primavesi, Margarida Alves e Pachamama. Interessante ressaltar o fato de que, inclusive, duas agricultoras fizeram parte dos mandatos coletivos que se candidataram às eleições para deputados em 2022. Isso demonstra que são pessoas ativas e muito engajadas

politicamente. Na Figura 36, a seguir, é possível ver uma das parcelas e suas áreas produtivas.

Figura 36 - Parcelas produtivas do Assentamento Canaã



Fonte: Elaborado pela autora a partir de (Galvão, 2019; Rocha, 2021)

A produção agroecológica dessas três CABV, além de promover um vínculo e um convívio harmônico entre as famílias camponesas com as famílias urbanas, baseado no valor de uso e não de troca, objetiva também reflorestar, auxiliar na recarga da Bacia, regenerar o cerrado, capturar carbono, promover soberania alimentar e manter a autossuficiência das famílias, em prol da felicidade e vida digna, rumo à sociedade do bem viver (CABV, c2022). Na Figura 37 e Figura 38, é possível observar o forte engajamento participativo das pessoas nos mutirões agroflorestais e/ou de bioconstrução, que sempre reúnem dezenas de pessoas em prol do bem comum.

Figura 37 - Mutirão agroecológico do Bem Viver no Canaã



Fonte: (CABV, c2022)

Figura 38 - Mutirão de bioconstrução em uma das parcelas do Canaã



Fonte: (CABV, c2022)

- **Mutirão do Bem Viver (vivência, visita de campo e impressões iniciais)**⁴

No final de 2022 e início de 2023, houve a 'Edição de fim de ano e posse' do Mutirão do Bem Viver, proporcionando uma oportunidade para um estudo de campo preliminar no Assentamento Canaã. Cerca de 100 pessoas, provenientes de 11 estados diferentes de todas as regiões do Brasil, participaram ativamente em três frentes de ação distintas: no campo, focaram na estruturação e manutenção do alojamento e no manejo de áreas das agroflorestas das CABV do Assentamento Canaã; na floresta, estiveram envolvidas em atividades como o Reboco ecológico em uma casa de pau a pique no assentamento e a bioconstrução em hiperadobe na aldeia indígena Kariri-Xocó; e no ambiente urbano, participaram da posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes.

O mutirão foi organizado por meio de comissões específicas responsáveis por diferentes áreas de trabalho. A primeira delas, a Comissão de recepção e boas-vindas, mostrou-se bem articulada e preparada para a comunicação com os mutirantes para que se sentissem pertencentes e incentivasse a sua participação e permanência nas próximas atividades do movimento. As comissões de Projeto Técnico e Execução, bem como a de Estrutura e Manutenção, supervisionaram a construção da estrutura mínima para o alojamento (ornamentação com símbolos de luta, iluminação, banheiros, cozinha coletiva, refeitório e plenária), a implementação dos sistemas agroflorestais no território e as casas de bioconstrução (vide Figura 39, Figura 40 e Figura 41).

A comissão de Formação e Programação foi responsável pela organização de experiências formativas, culturais, afetivas e mobilizadoras, como rodas de conversa, exposições de cinema, debates, visitas à cachoeira e rodas de samba. Houve um equilíbrio notável entre os momentos de trabalho intenso, como os mutirões agroecológicos e de bioconstrução, que exigiam mais fisicamente dos participantes e, portanto, eram realizados em períodos mais curtos, e os momentos de formação,

4 O relato e análise de como foi este mutirão também pode ser encontrado no trabalho: SILVA, D. A.; PINA, S. A. M. G. O Bem Viver como diretriz para o planejamento das cidades e facilitador da justiça climática: o caso do enraizamento territorial das Comunidades Agroecológicas do Bem Viver em Brasília (Brasil). In: PNUM | Morfologia Urbana: Planejamento, Recuperação e Resiliência, 2023, Sintra (Portugal). Atas de Resumos, 2023. p. 354-361. Disponível em: https://www.dinamiacet.iscte-iul.pt/files/ugd/4151a5_c952c83869944319b53cf6cc39f49ecf.pdf

cultura e descanso, como rodas de samba, visitas à cachoeira e debates.

Figura 39- Ornamentação com cartazes que remetem a memória do local e os símbolos de luta



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 40- Rodas de conversa e debate



Fonte: Acervo pessoal (2022)

Figura 41- Agrofloresta, drenagem e captação de água da chuva para irrigação



Fonte: Acervo pessoal (2022)

A Comissão de Alimentação e Cozinha Coletiva procurou seguir os princípios do Bem Viver, promovendo uma alimentação vegana, saudável, agroecológica, com uso de hortaliças locais e típicas. Destaca-se que esta comissão tinha diretrizes básicas de funcionamento, como a paridade de gênero na equipe e a adesão ao veganismo popular. Além disso, a Comissão de Cobertura e Comunicação foi encarregada de produzir conteúdo para as redes sociais e conceder entrevistas para a imprensa local. As comissões de autossustentação e caixa, e a Coordenação Geral (com membros da comunidade e do MBV), cuidaram, respectivamente, das finanças e da manutenção da transparência do evento.

Desse modo, por meio dos informantes-chave da comissão de recepção e boas-vindas do evento, bem como da experiência em campo, foi possível aplicar neste estudo de caso o protocolo de análise preliminar elaborado. Assim, foi possível ter uma dimensão inicial do que se trata as CABV e sua atuação, suas potencialidades e limitações, as quais foram apresentadas de forma resumida no Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 - As Potencialidades e as Limitações das CABV no Assentamento Canaã

		desenho territorial	infraestrutura cinza verde e azul	habitação e equipamentos
		1. PLANEJAMENTO TERRITORIAL	integrado e sustentável	<p>Potencialidades: Prioriza a integração e sustentabilidade, valorizando as tradições e uma nova relação com o tempo, além de enfatizar o produtor e o meio ambiente. Destaca-se pela proximidade entre produção e venda, desacelerando o ritmo de produção e consumo nas cidades.</p> <p>Limitações: Ausência de uso misto e dificuldades de acesso devido à escassez de transporte público (rede limitada de ônibus, aplicativos de transporte ou coronas). A morfologia do assentamento, seguindo o modelo "quadrado-burro" do MST, apresenta desafios de acesso às áreas coletivas e implantação de infraestrutura, devido à dispersão das famílias.</p>
2. PLANEJAMENTO SISTÊMICO	o todo para o planejamento é a cidade	conexões urbano-rurais		
		<p>Potencialidades: atuação integrada entre diferentes esferas, representadas pelas frentes do campo, cidade e floresta, em busca de uma conexão sinérgica entre elas. A interligação desses elementos permite uma abordagem sistêmica e holística, onde o planejamento territorial transcende as fronteiras tradicionais entre rural e urbano, promovendo a interdependência e a coexistência harmônica entre esses espaços.</p> <p>Limitações: Escassez de recursos financeiros e à falta de apoio governamental. Esses obstáculos podem dificultar a integração efetiva das diferentes esferas e a implementação de ações coordenadas que fomentem essa conexão entre o campo, a cidade e a floresta.</p>		
3. PLANEJAMENTO MULTIESCALAR	multiinteração	microescala	mesoescala	macroescala
		<p>Potencialidades: Preocupação com a ampliação de pavimentos permeáveis; adaptação de construções existentes e/ou novas com métodos de construção vernaculares; ornamentação dos espaços (cozinha e plenária) com símbolos da luta e cultura local; Projetos de captação de água e drenagem são priorizados para uma gestão sustentável dos recursos hídricos.</p> <p>Limitações: A disposição dos lotes no assentamento, seguindo o modelo "quadrado burro do MST", pode dificultar a interação entre as famílias e a absorção de novas famílias no projeto.</p>	<p>Potencialidades: A presença de co-agricultores das áreas urbanas que buscam estabelecer uma parceria para plantio e compra de produtos dos agricultores rurais, promovendo uma conexão direta entre esses espaços.</p> <p>Limitações: A dificuldade de transporte e mobilidade é um obstáculo que afeta a permanência e a fluidez das interações entre os espaços urbano e rural.</p>	<p>Potencialidades: Existe uma comunicação efetiva e colaborativa com outros projetos de Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV) em diferentes estados do país, permitindo trocas de experiências e aprendizados; As famílias foram assentadas em parceria com o MST, e mesmo com a redução da presença do movimento no território, elas mantêm vínculos com os ideais e símbolos de luta do MST, além de se identificarem com os símbolos e bandeiras do MBV. Essa simbiose de valores pode representar uma união entre as lutas e uma efetiva continuidade da organicidade proposta por ambos os movimentos, mantendo o engajamento e a atuação conjunta.</p> <p>Limitações: Os recursos disponíveis e a publicização são fatores limitantes que podem afetar a continuidade e a expansão dessas interações em nível nacional. A redução da presença do MST no assentamento pode gerar distanciamento entre as famílias ainda não integradas às CABVs, levando a uma possível desconexão dos objetivos coletivos propostos pelo MBV. Essa desconexão pode comprometer a coesão e a unidade do movimento no território, dificultando tanto a expansão da proposta dentro do Assentamento Canaã quanto para outros acampamentos e assentamentos, representando um desafio adicional para a consolidação e ampliação do MBV.</p>
4. PLANEJAMENTO CONTEXTUAL	leitura específica sobre a diversidade do território, da população local e sua cultura	<p>Potencialidades: preocupação integral com o bioma do cerrado, buscando um entendimento profundo das comunidades tradicionais, tanto camponesas quanto indígenas. Reconhece-se que para a existência de uma Comunidade Agroecológica do Bem Viver (CABV), é fundamental que a comunidade esteja profundamente conectada ao território, fazendo parte de algum movimento ou luta consolidada. Isso previne a evasão e fortalece os laços identitários.</p> <p>Limitações: Apesar da iniciativa, até o momento, apenas seis CABVs foram estabelecidas no assentamento, dificultando a consolidação do enraizamento territorial em todas as famílias assentadas. Esta limitação aponta para o desafio de garantir a adesão generalizada das famílias ao movimento do Bem Viver, visto que nem todas estão igualmente engajadas ou vinculadas a movimentos consolidados, o que pode dificultar a harmonização e a unificação de objetivos e práticas comuns entre os diferentes grupos no assentamento.</p>		
5. PLANEJAMENTO DECOLONIAL	re-territorializar, reafirmar e envolver as cidades	<p>Potencialidades: Preocupação com reflorestar, regenerar o bioma do cerrado, capturar carbono, demarcar territórios indígenas, proteger os territórios de povos quilombolas e camponeses e a valorização do patrimônio natural e arquitetônico (pré-existências); As ações também apresentam preocupações relacionadas com o direito à cidade, reformas urbana e agrária; Promove-se também uma nova relação com o tempo, visando desacelerar o ritmo de produção e consumo nas cidades. Além disso, baseia-se no valor de uso, na economia solidária e no incentivo a hábitos saudáveis.</p> <p>Limitações: A efetiva implementação dessas ações decoloniais enfrenta desafios consideráveis, especialmente no que diz respeito à obtenção de recursos financeiros e apoio governamental para concretizar projetos de reflorestamento e regeneração do cerrado numa escala maior.</p>		
6. PLANEJAMENTO SOCIO-BIOCÊNTRICO	baseado nos direitos humanos e da natureza	<p>Potencialidades: Há uma proposta direta para o veganismo popular como prática alimentar para promover a produção agroecológica, livre de agrotóxicos e da exploração animal, buscando evitar a reprodução de opressões. Além disso, preconiza a paridade de gênero em todas as equipes e estabelece uma comissão de acolhimento para casos de discriminação racial, LGBTIQAP+ ou qualquer forma de discriminação que possa ocorrer; Busca pela preservação e a conservação de áreas ambientais e naturais;</p> <p>Limitações: Embora haja a intenção de promover o veganismo popular e a produção alimentar agroecológica, a implementação dessas práticas pode enfrentar resistência cultural. Além disso, a preservação e conservação de áreas ambientais e naturais dependem da disponibilidade de recursos, bem como de apoio governamental e regulatório para assegurar a efetiva proteção dessas áreas.</p>		
7. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E EMANCIPADOR	processos dialógicos e parcerias horizontais	<p>Potencialidades: Destaca-se a conexão entre agricultores e co-agricultores por meio do plantio, colheita e venda de cestas, gerando renda para as famílias agricultoras e proporcionando aprendizado e acesso a uma alimentação saudável para as famílias urbanas e periféricas; Atividades formativas, como exposições de filmes e rodas de conversa, que estimulam o pensamento crítico e promovem a conscientização. A dialogicidade presente nesse processo propicia a implementação de governança e autogestão, promovendo a participação das pessoas e o senso de pertencimento. As ações são baseadas nas comunidades, incluindo a educação ambiental emancipadora e a construção contínua e horizontal. A coordenação é formada por membros da comunidade e coordenadores do Movimento Bem Viver, promovendo governança e transparência nas receitas;</p> <p>Limitações: Garantir a participação e o envolvimento equitativo de todos os membros da comunidade pode ser um desafio, uma vez que diferentes grupos podem ter interesses e necessidades divergentes. Essas limitações destacam os desafios na implementação de processos participativos e emancipadores para garantir uma governança eficaz e inclusiva dentro do contexto do MBV.</p>		

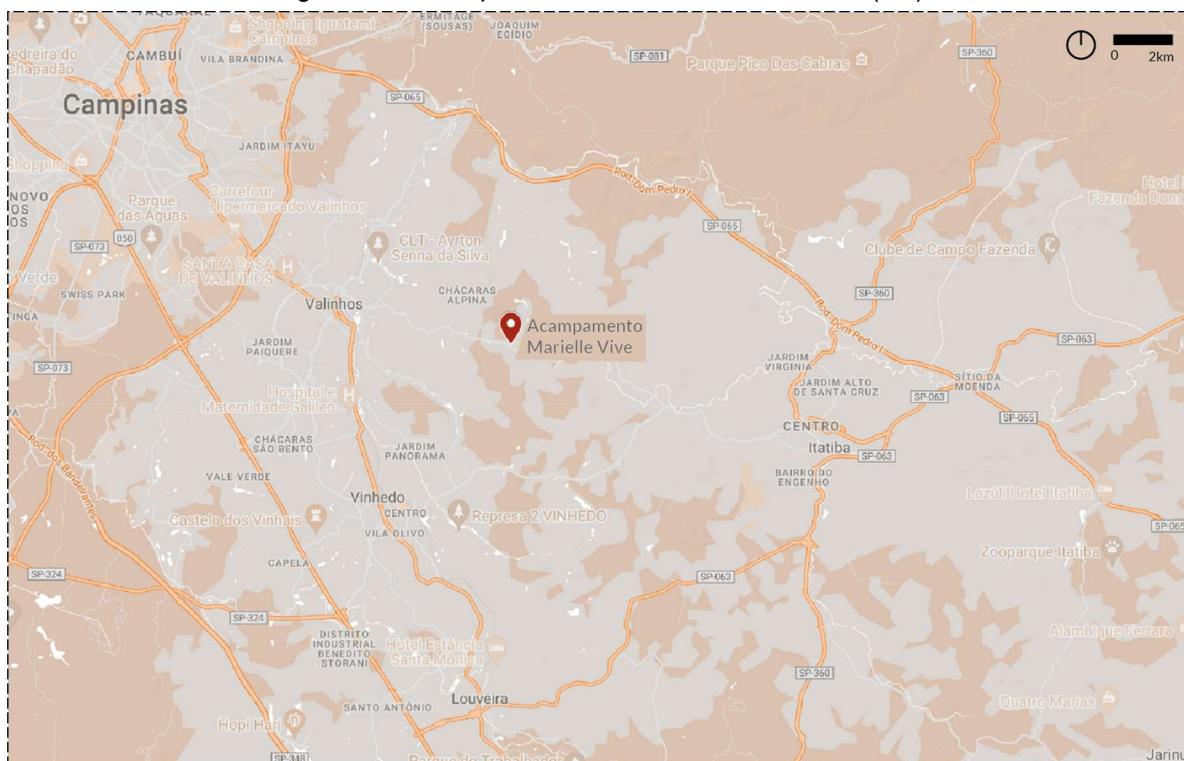
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir da elaboração do Quadro 10, foi possível perceber que os projetos e as frentes de ação das CABV do Assentamento Canaã, embora apresentem algumas limitações, destacam uma série de potencialidades que favorecem o fortalecimento dos vínculos territoriais e a busca por transformações radicais na sociedade. Ao compreender o contexto espacial, as especificidades socioculturais e as oportunidades ecossistêmicas, percebe-se que, além de promover o vínculo e o convívio harmônico entre as comunidades tradicionais (do campo e da floresta) com as famílias urbanas, baseado no valor de uso e não de troca, as CABV salientaram uma preocupação com a práxis, isto é, a aliança entre apreensão dos conceitos e teorias e a prática real, o que favorece na atuação, engajamento participativo e na emancipação comunitária. Esse movimento estabelece um caminho para a transformação radical nos hábitos e nos comportamentos.

Portanto, a aplicação do protocolo de análise preliminar a este estudo de caso permitiu apreender que os valores e princípios do Bem Viver, associados ao processo de planejamento apresentam uma gama complexa de atuação nas cidades. Com o intuito de mitigar os impactos ambientais na área da Bacia do Descoberto, regenerar o cerrado, auxiliar na recarga da Bacia, capturar carbono, gerar renda, promover soberania alimentar, governança e autossuficiência das famílias, o enraizamento territorial das CABV demonstra ter um potencial robusto para servir como exemplo inspirador a outras comunidades, de modo a construir uma grande rede de atuação no país. Esta rede, fundamentada nos princípios do Bem Viver, não apenas fortalece os vínculos entre comunidades do campo, da floresta e de áreas urbanas, e auxilia na adaptação e a mitigação climática, mas também e, principalmente, auxilia no processo de transição climática justa e a construção um habitat digno, habitável e sustentável a todos os seres.

5.1.2. O Acampamento Marielle Vive

Figura 42 - Acampamento Marielle Vive, Valinhos (SP)



Fonte: Elaborado pela autora a partir da ferramenta Google MyMaps (2022)

O Acampamento Marielle Vive (Figura 42) é associado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, por sua vez, mantém vínculos com a organização internacional *La Vía Campesina* e a CLOC (*Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo*). Esses movimentos são reconhecidos internacionalmente e compartilham objetivos alinhados com o conceito de Bem Viver. Destacam-se entre esses objetivos a luta pela Justiça Social, Reforma Agrária Popular, Soberania Alimentar, Agroecologia e Equidade.

A Via Campesina, fundada em 1993, é um movimento global composto por pessoas que cultivam a terra para produzir alimentos, independentemente de sua identidade, gênero ou idade. É também uma plataforma global para a coordenação de ações em defesa da terra, água, sementes e florestas. Dessa forma, engloba camponeses sem-terra, pequenos e médios agricultores, pescadores, pastores, trabalhadores agrícolas migrantes e povos indígenas de todo o mundo. Atualmente, agrega 182 organizações em 82 países, distribuídas pela Ásia, África, Europa e Américas (Clocvc, 2020).

No Brasil, além do MST, que exerce um papel de liderança na luta pela reforma agrária popular, a Via Campesina também abrange diversos outros movimentos, como

o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a CLOC, entre outros (Portela e Fernandes, 2008; Via Campesina, 2011). Isso destaca a notável força do movimento e sua integração tanto em âmbito nacional quanto internacional. Especificamente na América Latina, a CLOC, representante local da La Vía Campesina, lidera ações e eventos contra o modelo extrativista do agro-hidro-minério-negócio, que ameaça os direitos humanos e da natureza (Clocvc, 2020).

Diante dessa perspectiva, a Cúpula dos Povos foi um evento muito representativo desse posicionamento rígido e disruptivo. Realizada em paralelo à Rio+20, essa cúpula foi um contraponto à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Reuniu movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil com foco na busca por novos paradigmas sociais e ambientais. Seu objetivo primordial era enfrentar a nova fase de recomposição do capitalismo e promover, por meio de lutas, alternativas como economia cooperativa, soberania alimentar e mudanças nos modelos de produção e consumo. Com ênfase na oposição à militarização e criminalização dos movimentos sociais, bem como na defesa dos bens comuns e energéticos sob controle democrático, a cúpula simbolizou um chamado para a continuação das lutas nos territórios. Seu propósito foi construir convergências e alternativas para enfrentar o sistema capitalista, buscando uma nova relação entre humanos e a natureza (Clocvc, 2012).

Evidencia-se, portanto, que esses movimentos adotam uma abordagem contra-hegemônica e decolonial, colaborando para a construção de uma alternativa ao modelo de produção atual. Propõem a soberania alimentar e a preservação do meio ambiente como contraponto. Ao utilizar o termo 'soberania' em vez de 'segurança alimentar', a Via Campesina confronta o atual sistema global de produção alimentar, frequentemente favorecedor das transnacionais e gerador de desertos alimentares. Assim, com base na solidariedade, busca-se promover a soberania alimentar por meio de treinamentos e práticas agroecológicas, diversificadas e tradicionais. Isso garante o direito e a autonomia das pessoas na escolha de uma alimentação saudável, nutritiva e culturalmente apropriada, em harmonia com a natureza (Portela e Fernandes, 2008; Via Campesina, 2011).

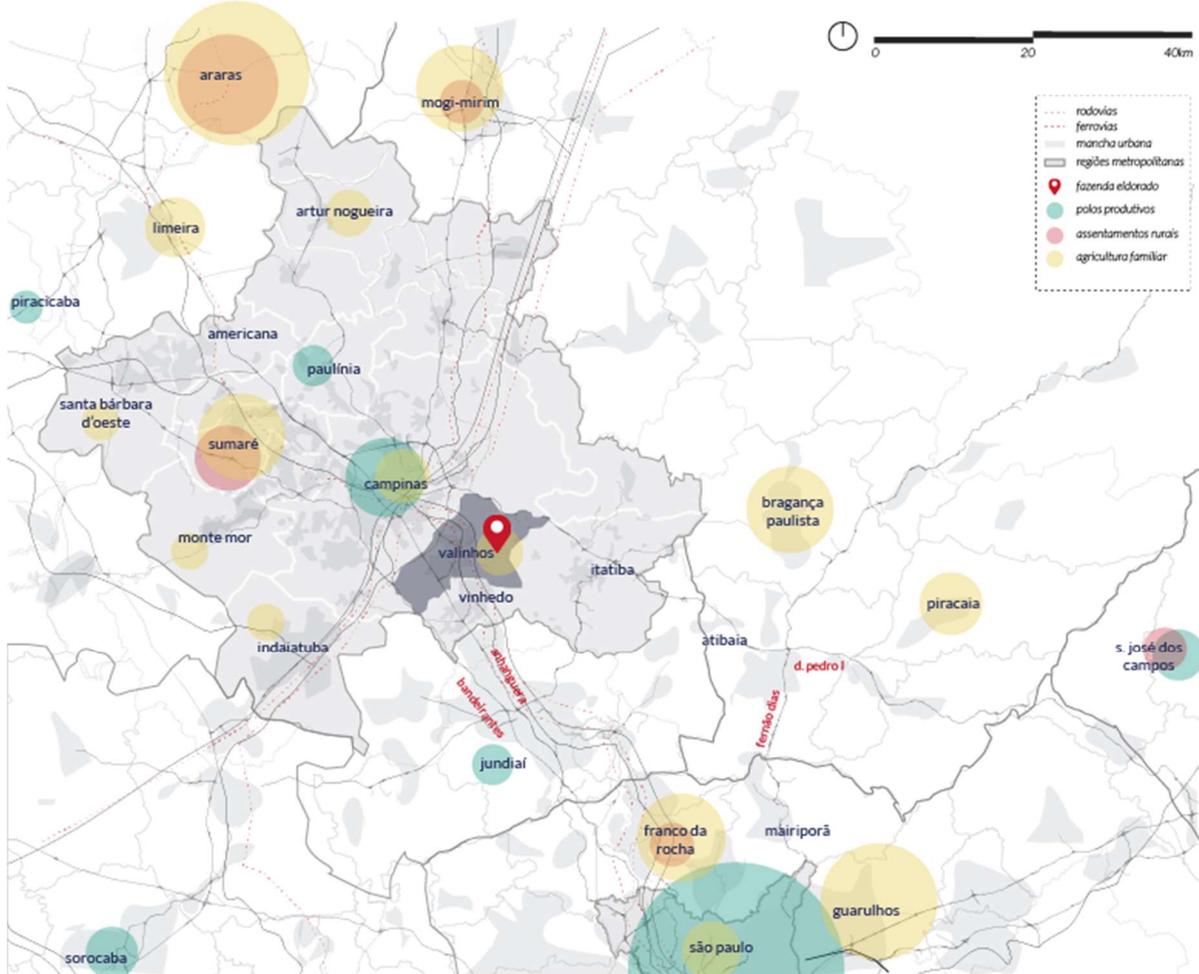
Desse modo, o Acampamento Marielle Vive por fazer parte e estar comprometido com esta sólida estrutura organizacional construída tanto em âmbito

nacional quanto internacional via MST, adquire muita visibilidade e força para continuar existindo, resistindo e lutando - mesmo diante de todas as ameaças e tentativas de desterritorialização que sofre diariamente.

O Marielle Vive tem seu início em 2018 quando cerca de 700 famílias ocuparam o terreno da antiga Fazenda Eldorado em Valinhos, município localizado na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Valinhos é uma cidade de médio porte, marcada por uma forte presença de condomínios fechados, alta especulação imobiliária e uma grande expansão desordenada sobre áreas rurais e ambientalmente frágeis.

Nesse sentido, o acampamento possui uma localização estratégica para o movimento (Figura 43), próxima a rodovias importantes e grandes centros urbanos produtivos, garantindo maior visibilidade para a luta pela reforma agrária popular e proteção ambiental.

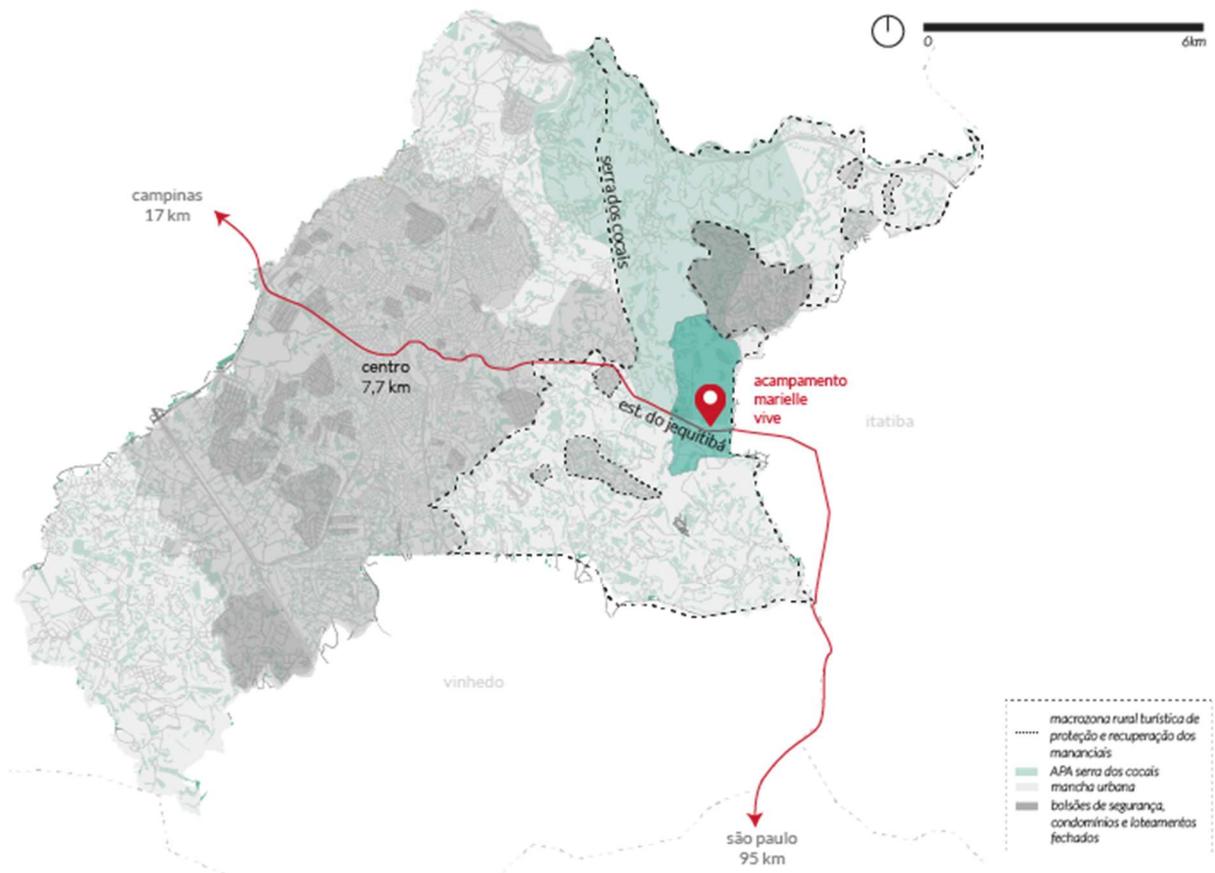
Figura 43 - Localização estratégica do Acampamento Marielle Vive



Fonte: (Silva, 2021)

Na fazenda onde agora está instalado o acampamento (Figura 44), funcionava uma antiga granja que estava abandonada e improdutiva há mais de 10 anos, desrespeitando a constituição no que diz respeito à sua função social. Por esse motivo, é importante ressaltar que o terreno está sob grandes disputas políticas, uma vez que há propostas de grandes empresários locais para que se construa um condomínio fechado, residencial, turístico e de luxo no local. Como a área da fazenda localiza-se na Macrozona Rural Turística e de proteção dos Mananciais de Valinhos (SP), isso configura uma grande ameaça à Serra dos Cocais, às fontes de água e, conseqüentemente, ao abastecimento hídrico da região.

Figura 44 - Acampamento Marielle Vive

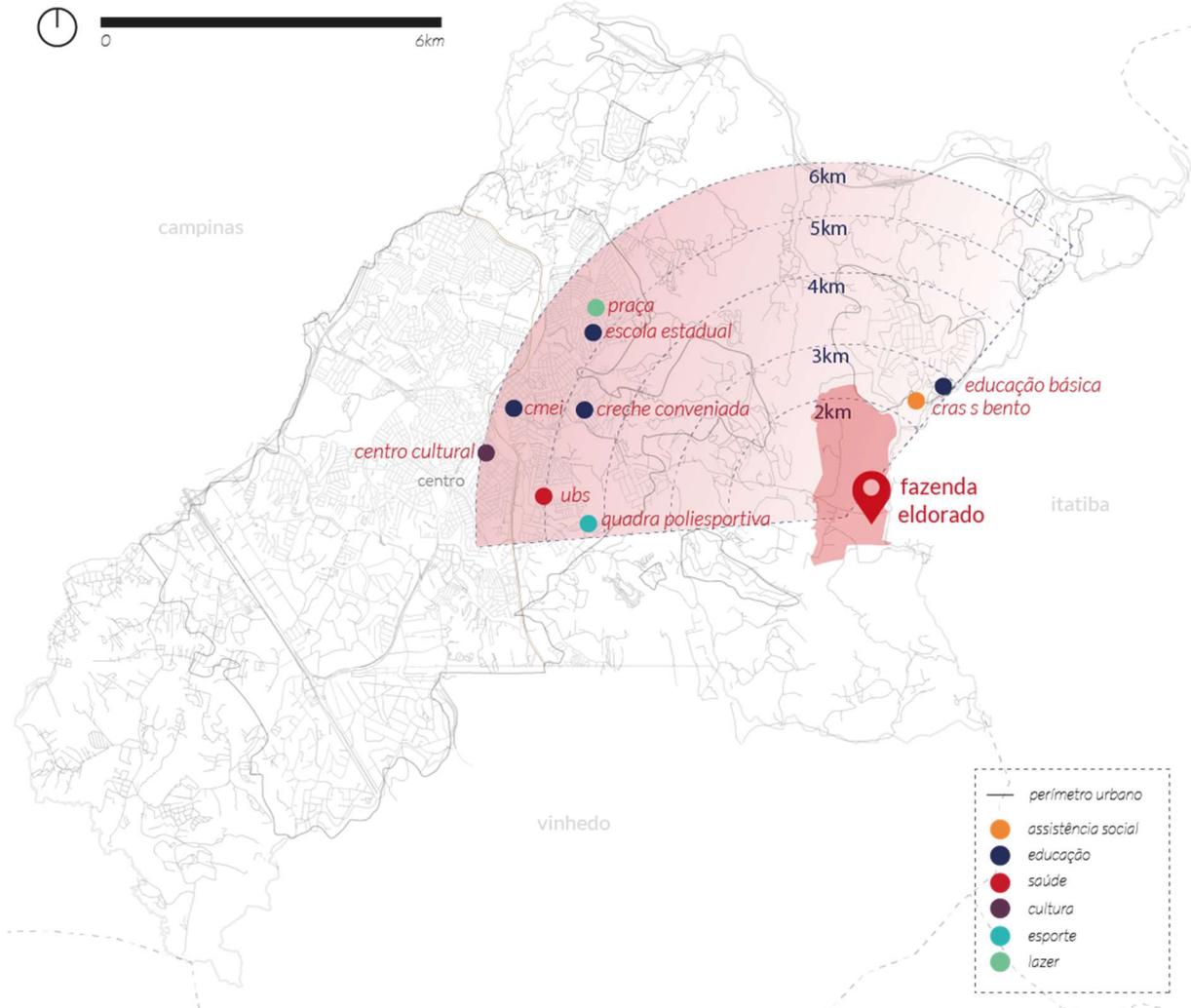


Fonte: (Silva, 2021)

O Acampamento Marielle Vive enfrenta não apenas os desafios estruturais por não terem a posse da terra, mas também obstáculos cruciais relacionados ao acesso a políticas públicas e programas federais que seriam disponibilizados com a conquista da reforma agrária. A escassez de acesso à água é destacada como uma dificuldade fundamental, tornando-se um problema crítico para a comunidade. Outros serviços essenciais, como cultura, educação e saúde, também são deficientes, representando

apenas uma das inúmeras adversidades enfrentadas pelos acampados. Apesar da curta distância entre o acampamento e o centro da cidade, persiste uma significativa carência de serviços públicos nas proximidades da Fazenda, conforme evidenciado na Figura 45.

Figura 45 - Equipamentos mais próximos



Fonte: (Silva, 2021)

O poder público municipal, por sua vez, tem perpetrado tentativas de desterritorialização ao negar direitos fundamentais a essas famílias. Essas negações incluíram grandes obstáculos desde a ocupação da terra como a falta de transporte para as crianças irem à escola, restrições ao atendimento médico sob a alegação de ausência de comprovante de endereço e a limitação ao acesso à água, elemento vital para a vida e crucial para a produção de alimentos. Ademais, o acampamento, por vezes, ainda é alvo de ações de intimidação como atentados a tiros e tentativas de incêndio.

No entanto, o Marielle Vive não enfrenta essas dificuldades isoladamente. A comunidade estabeleceu parcerias e alianças que auxiliam a superar as limitações impostas pelas condições precárias, buscando implementar de soluções sustentáveis. Cursos, capacitações e mutirões organizados em conjunto com essas parcerias enriquecem a comunidade com conhecimentos que vão desde agroecologia até técnicas de bioconstruções e infraestruturas-verde. As oficinas de bioconstruções em bambu e a implementação da Horta Mandala foram as primeiras iniciativas coletivas e desenvolvidas em parcerias com aliados, demonstrando o compromisso da comunidade com práticas sustentáveis.

É válido ressaltar que durante o período da pandemia, uma proposta participativa para o Trabalho Final de Graduação⁵ (TFG) foi elaborada, visando criar um assentamento agroecológico que abrangesse todo o território do acampamento. Essa proposta integra os conceitos da Arquitetura de Interesse Social, o direito à cidade e as Soluções Baseadas na Natureza, visando oferecer alternativas para a restauração de ecossistemas prejudicados, para adaptar-se e mitigar os efeitos das mudanças climáticas, além de gerenciar riscos e promover a resiliência. A apresentação dessa proposta suscitou reflexões mais profundas sobre as relações entre o meio rural e urbano, bem como sobre a sustentabilidade, temas que levaram à elaboração desta dissertação. Este TFG está vinculado ao atual projeto de extensão da FECFAU Unicamp, intitulado “Ser Urbano: arquitetura e urbanismo coletivos na cidade e no campo”.

Atualmente, as parcerias, especialmente com a UNICAMP, abrangem quatro áreas principais de atuação: infraestrutura, saúde, produção e educação. Por meio de reuniões periódicas, atividades formativas e mutirões, busca-se capacitar os acampados em projetos destinados às áreas coletivas do acampamento (tais como a cozinha comunitária, banheiros secos coletivos e agroflorestas), proporcionando-lhes habilidades para a gestão autônoma e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nos barracos, sempre que viável. Essa abordagem visa não apenas intercambiar conhecimentos, mas também fomentar a autonomia e práticas sustentáveis no dia a dia dos acampados.

5 Um resumo desta proposta pode ser encontrado no trabalho: SILVA, Daniele A.; PINA, Sílvia A. M. G. Marielle Vive: Lutando por direitos- Uma proposta de assentamento agroecológico em Valinhos- SP, In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGE URB, 2021, Maceió. Anais...Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 633-638. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/issue/view/14>

A recente conquista de uma outorga que permite a captação de água da mina, por um sistema movido a energia solar, é um exemplo de como a comunidade procura soluções práticas sustentáveis para enfrentar a escassez de água. Além disso, após a manifestação pública exigindo o acesso à água, que culminou com o assassinato de um dos companheiros, a prefeitura passou a abastecer o acampamento precariamente através de caminhão pipa com frequência irregular e quantidade insuficiente de água.

A construção do sistema de vermifiltro para tratamento do esgoto e reutilização de água cinza da cozinha comunitária, implementado em mutirão em parceria com o coletivo Dínamo (UNICAMP), e a coleta de água da chuva para irrigação dos quintais produtivos representam outros exemplos recentes de preocupação socioambiental. Essas iniciativas visam capacitar as famílias para adotar soluções semelhantes em seus barracos, garantindo uma reutilização viável quando houver a mudança para o futuro assentamento. Além disso, projetos de reflorestamento da área, com o plantio de mais de 5mil mudas de espécies nativas da Mata atlântica, desempenham um papel crucial na preservação ambiental da área.

A parceria com o Coletivo Vinhedo viabilizou a execução de um projeto de reflorestamento de uma das APPs do acampamento, ao mesmo tempo que fomentou atividades de educação ambiental na ciranda com as crianças (Figura 46). O trabalho realizado em forma de mutirão resultou na criação do Bosque da Reforma Agrária Popular e desempenha um papel crucial para a regeneração de uma área degradada no acampamento, além de auxiliar na recuperação da Serra dos Cocais, área fundamental para a recarga do rio Atibaia e a Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) responsáveis pelo abastecimento hídrico da região (Bredariol, 2021).

Figura 46 - Bosque da Reforma Agrária Popular do acampamento marielle vive Valinhos



Fonte: (Acampamento Marielle Vive, 2023)

Este projeto se alinha às discussões associadas ao Plano Nacional Plantar Árvores e Produzir Alimentos Saudáveis, vinculadas também à perspectiva de articulação entre trabalhadores do campo e do urbano. Baseado no conceito de Sistemas Agroflorestais, o projeto priorizou a diversidade, realizando o plantio de árvores nativas pioneiras e secundárias, leguminosas e espécies frutíferas da Mata Atlântica, com o objetivo de resgatar espécies esquecidas e contribuir para a regeneração da fauna local. Essa parceria resultou na promoção da coexistência harmoniosa de árvores, plantas, cultivos agrícolas e animais em um único sistema, fortalecendo a resiliência ambiental e a sustentabilidade do acampamento Marielle Vive.

Essa troca de conhecimento e recursos fortalece a autonomia do Acampamento Marielle Vive, permitindo que seus membros enfrentem não apenas as dificuldades imediatas, mas também desenvolvam habilidades para um futuro sustentável. As adversidades acentuam a importância da busca por autonomia e emancipação por parte dos moradores do Marielle, que buscam soluções coletivas e integradas por meio de parcerias e alianças, auxiliando na superação das limitações impostas pelas condições precárias. Apesar dos desafios, o Marielle Vive se posiciona como um símbolo de resistência, enfrentando forças políticas, jurídicas e policiais em busca de seus direitos fundamentais.

Mesmo diante desses conflitos e tentativas coercitivas, o acampamento persiste em sua busca pelo direito à terra, aspirando transformar-se em um

assentamento agroecológico exemplar que promova geração de renda, moradia digna e produção de alimentos saudáveis em equilíbrio com a natureza.

A comunidade adota princípios de organização comunitária, resiliência e territorialização da luta pela terra nas áreas metropolitanas implementando soluções sustentáveis e coletivas. Destaca-se a horta mandala, que se tornou uma referência de agroecologia, juntamente com outras hortas e quintais produtivos distribuídos pelo território (Figura 47 e Figura 48). Além disso, iniciativas como oficinas de bioconstrução em bambu (Figura 49), utilização de placas fotovoltaicas (Figura 50 e Figura 51), captação de água da chuva por cisternas e bombonas (Figura 52) e tratamento de esgoto e reutilização de água cinza da cozinha comunitária (Figura 53) representam a aplicação prática da agroecologia e do trabalho coletivo no cotidiano do acampamento. Essas ações não apenas simbolizam a resistência da comunidade, mas também representam uma expressão concreta do compromisso da comunidade com o valor de uso, preocupações ambientais e práticas sustentáveis, mesmo vivendo em moradias precárias (Figura 54).

Figura 47 - Vista aérea do acampamento destacando a Mandala



Fonte: MST, 2020⁶

⁶ Disponível em: <<https://mst.org.br/2020/04/15/acampamento-marielle-vive-dois-anos-de-luta-e-resistencia/>>. Acesso em 06 de jul. 2021.

Figura 48 - Quintais produtivos



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 49 - Ponto de ônibus e Sanitários secos



Fonte: Autoria própria (2019) e Mídia Ninja (2020), respectivamente.

Figura 50 – Infraestrutura para captação de água da nascente realizada em parceria com a UNICAMP



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 51 - Placas fotovoltaicas instaladas em alguns barracos



Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 52 - Cisternas e bombonas para captação de água da chuva para irrigação



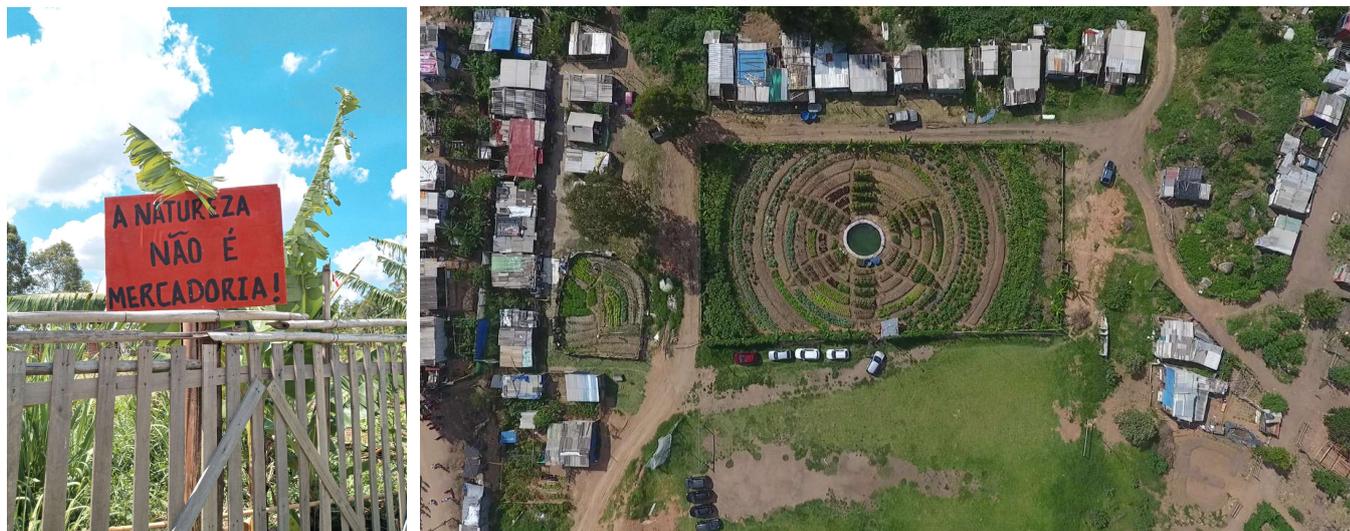
Fonte: Autoria própria (2023)

Figura 53 - Mutirões para construção de um sistema de tratamento de esgoto da cozinha comunitária do Acampamento Marielle Vive organizado pelo Coletivo Dínamo



Fonte: (Dínamo Engenharia popular, 2023)

Figura 54 - Horta Mandala



Fonte: Autoria própria (2022) e Julio Matos⁷ (2020)

A localização estratégica do Acampamento Marielle Vive, próxima a centros urbanos, desempenha um papel vital na promoção de uma economia local sustentável. A presença da Horta Mandala, uma iniciativa que integra práticas agroecológicas, destaca-se como um elemento fundamental nesse contexto. A Mandala não apenas fornece uma variedade de hortaliças e legumes frescos, mas também se torna um ponto central para a produção de compotas e artesanatos. A proximidade com os centros urbanos facilita a venda direta desses produtos para os consumidores locais, promovendo a ideia de consumo sustentável e fortalecendo os laços entre a comunidade do acampamento e os residentes urbanos. Essa conexão direta entre produtor e consumidor, conhecida como Km 0, não só contribui para a geração de renda para a comunidade como também enfatiza a importância de práticas agrícolas conscientes e da valorização dos produtos locais. O Acampamento Marielle Vive, ao adotar essa abordagem integrada, não apenas atende às suas necessidades econômicas, mas também estabelece uma base para o desenvolvimento de uma economia regional mais sustentável e colaborativa.

Por esse motivo, o acampamento representa uma mudança de paradigma local em busca da reforma agrária popular ao propor um cenário mais sustentável,

⁷ Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/12/01/acampamento-marielle-vive-em-sao-paulo-entenda-a-historia-de-luta-e-resistencia/>> Acesso em dez. 2021.

participativo, agroecológico, com bioconstrução e infraestrutura-verde. Seu contexto socioespacial demonstra potencialidades, uma vez que já há espaços de produção e de vivência consolidados. Após cinco anos de luta, os sem-terra continuam produzindo nesta área que antes estava abandonada e improdutiva garantindo que a terra cumpra sua função socioambiental. O engajamento e articulação dos acampados (Figura 55) são reforçados pela organicidade do MST. No Marielle Vive há nove Setores e 33 Núcleos-Base (NB) que fortalecem o associativismo e envolvimento dos moradores, além de assegurar a responsabilidade socioambiental que já é característica do movimento⁸.

Figura 55 – Reunião dos acampados sob a Catenária



Fonte: Acampamento Marielle Vive (2020)

O engajamento e articulação são reforçados não apenas pela organicidade do MST, mas também pela presença da Ciranda e das dinâmicas de Mística, as quais desempenham um papel fundamental para a construção da identidade coletiva dos sem-terra, bem como para fomentar a mobilização da comunidade como um todo. A ciranda, enquanto espaço de organização e educação popular, é um importante instrumento de socialização e formação, especialmente voltado para crianças. Nas Cirandas, busca-se promover valores de solidariedade, cooperação e consciência crítica por meio de atividades lúdicas, musicais e artísticas.

Já as Místicas, procuram oferecer momentos simbólicos que resgatam a história, as lutas e os ideais do movimento, reforçando a identidade, o espírito de

⁸ Estas informações também podem ser encontradas no trabalho: SILVA, D. A.; MIKAMI PINA, S. Vínculo Rural-Urbano: um instrumento homeodinâmico para cidades sustentáveis e integradoras. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA, 3., 2021. Anais [...]. Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 30–39. DOI:10.46421/singeurb.v3i00.1125. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/article/view/1125>. Acesso em: 25 nov. 2023.

resistência e a coesão entre os participantes. Tanto a ciranda quanto a mística desempenham papéis significativos na consolidação da unidade, na preservação da cultura e na mobilização dos membros do MST, fortalecendo o senso de pertencimento e o compromisso com a luta por justiça social e a reforma agrária popular. Destaca-se, ainda, a preocupação com a práxis, que configura a aliança entre apreensão dos conceitos e teorias e sua aplicação prática, favorecendo a atuação, o engajamento participativo e na emancipação comunitária.

A localização estratégica do Acampamento, aliada às características espaciais, socioculturais e econômicas dos acampados, evidencia a aplicação da linha política que o classifica como uma Comuna da Terra (CT). Esta estratégia, adotada pelo MST a partir do final dos anos 1990, apresenta como diretrizes fundamentais a proximidade com centros urbanos, resultando em lotes de menor dimensão em comparação com os assentamentos rurais tradicionais, bem como a implementação de uma matriz de produção agroecológica que enfatiza a ideia de propriedade social da terra, solidariedade e cooperação. Além disso, é característico das CT o perfil dos trabalhadores (as) que se empenham em atividades agrícolas e não-agrícolas para a geração de renda (Raggi, 2014; Moreira, 2023).

Nesse contexto, as CT emergem como representações marcantes dos vínculos territoriais nas cidades, simbolizando a profunda integração das pluriatividades socioeconômicas e culturais que estão presentes nas áreas rurais e urbanas. Isso ressalta a interdependência crucial entre as reformas agrária e urbana para a promoção do Bem Viver nas cidades. A redistribuição justa e eficaz da terra e de políticas públicas no rural não apenas proporciona condições de vida dignas para os trabalhadores rurais, mas também exerce um impacto direto nas dinâmicas urbanas.

Ao fomentar oportunidades para uma agricultura familiar agroecológica, a reforma agrária não apenas fortalece a soberania alimentar, mas também reduz a migração desordenada para as cidades, aliviando as pressões sobre os centros urbanos. Por sua vez, a reforma urbana, ao promover o acesso à moradia, serviços básicos e espaços públicos de qualidade, contribui para uma melhor qualidade de vida no urbano. A sinergia entre essas reformas é essencial para estabelecer conexões rurais-urbanas mais resilientes e integradas, promovendo um ambiente onde as comunidades, tanto rurais quanto no urbanas, possam prosperar de maneira sustentável e equitativa.

Os vínculos socioterritoriais também são evidenciados por meio de parcerias e alianças estratégicas entre os acampamentos e assentamentos da região, bem como pelos armazéns do campo. Tais colaborações facilitam a promoção de eventos e atividades formativas que não apenas ampliam a visibilidade do movimento, quebrando estigmas, mas também contribuem para a geração de renda e estimulam a participação ativa das comunidades locais. Essas iniciativas não apenas fortalecem os laços entre os diferentes núcleos, mas também ressaltam o compromisso compartilhado com a transformação social e a sustentabilidade.

A partir de relatos, conversas informais e visitas ao território comunitário do Marielle também foi possível aplicar neste caso o protocolo de análise preliminar da cidade sob a perspectiva do Bem Viver. Assim, foi possível compreender como o Marielle Vive e o MST estão alinhados aos princípios que delineiam a construção de um Bem Viver nas cidades indicando algumas potencialidades e limitações, as quais foram apresentadas de forma resumida no Quadro 11.

Quadro 11 – As Potencialidades e Limitações do Acampamento Marielle Vive

A CIDADE SOB A PERSPECTIVA DO BEM VIVER NO MARIELLE VIVE	1. PLANEJAMENTO TERRITORIAL	integrado e sustentável	<p>desenho territorial</p> <p>Potencialidades: proximidade entre o local de produção e o ponto de venda final, seguindo o conceito de "Km 0"; o acampamento busca fomentar atividades mistas, abrangendo não apenas a produção agrícola, mas também proporcionando espaços para lazer, esporte e atividades culturais; Presença de um uso misto no território do acampamento é evidente, com a presença de centralidades que integram áreas de lazer, comércio, serviços e equipamentos, contribuindo para a formação de uma comunidade multifuncional e vibrante.</p> <p>Limitações: a situação de acampamento traz consigo desafios significativos, principalmente no que diz respeito à instabilidade e insegurança relacionadas ao desenho urbano e às moradias. A constante ameaça de despejo e reintegração de posse impõe barreiras ao planejamento a longo prazo, impactando a configuração do espaço; a dificuldade de acesso à água impacta no desenvolvimento de todas as atividades no acampamento; o terreno apresenta uma declividade desafiadora, dificultando a locomoção e o desenvolvimento de infraestrutura. A presença de afloramentos rochosos adiciona uma camada de complexidade, especialmente para a disponibilidade de terreno para plantio ou habitar, mas também para a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida. Ademais, a declividade em alguns trechos aumenta o risco de enxurradas, demandando medidas específicas para mitigar esses impactos.</p>	<p>infraestrutura cinza, verde e azul</p> <p>Potencialidades: Ações baseadas no valor de uso, economia solidária, incentivo de hábitos saudáveis; Agroflorestas, preocupação com o enfoque sociobiocêntrico; Gestão da água e resíduos sólidos: banheiros secos e outorga permitindo a utilização controlada de bomba na nascente para a irrigação; espaços verdes, ajardinados e produtivos em prol da permeabilidade do solo, reflorestamento e da soberania alimentar (quintais produtivos, horta mandala e agrofloresta). Saneamento Rural: projeto para reutilização de água cinza da cozinha coletiva implementado em parceria com o coletivo Dinamo (UNICAMP).</p> <p>Limitações: Ainda há que haja alguns barracos com a presença de placas fotovoltaicas, o valor alto impede que haja uma autonomia energética; A coleta seletiva, realizada de forma individual/pontual por alguns acampados, é desafiadora devido à falta de um programa municipal de coleta reciclável; A questão do saneamento nas moradias também carece de infraestrutura por ainda ser um acampamento; Existe carência de infraestrutura sanitária, uma vez que a maioria dos barracos utiliza fossas, sem a implementação de alternativas como banheiros secos. Além disso, a falta de infraestrutura sanitária adequada pode impactar negativamente a qualidade de vida dos moradores e a preservação do meio ambiente, uma vez que ainda há barracos que utilizam fossas. Isso pode representar um risco potencial para o lençol freático se não forem adequadamente instaladas, mantidas ou se estiverem muito próximas a áreas sensíveis. Ainda que haja movimentações para promover atividades formativas com relação a essas questões, tais limitações evidenciam desafios consideráveis em relação à energia sustentável, gestão de resíduos e saneamento no local.</p>	<p>habitação e equipamentos</p> <p>Potencialidades: Reutilização de construções pré-existentes da fazenda para fins coletivos (cozinha comunitária, Escola Popular Luis Ferreira, Farmácia popular, secretaria, ciranda) Bioconstrução, trabalho em mutirão (catenária, banheiros secos, pontos de ônibus); métodos e materiais construídos com enfoque em economia circular e sustentabilidade;</p> <p>Limitações: Recursos financeiros e dificuldade de acesso à água; Habitações inóspitas (barracos): o frequente risco de despejo, que é característico de um acampamento, não permite que as pessoas construam habitações dignas e de caráter permanente.</p>	
	2. PLANEJAMENTO SISTÊMICO	o todo para o planejamento é a cidade	conexões urbano-rurais			
				<p>Potencialidades: perfil socioeconômico multifacetado das famílias residentes, muitas das quais possuem experiência no campo, mas, devido ao êxodo rural, precisaram se adaptar a atividades urbanas. Esse perfil diversificado é uma conexão vital entre os dois territórios, refletido em iniciativas como feiras agroecológicas colaborativas com outros acampamentos/assentamentos, trabalhos híbridos e plurais, mesclando atividades no urbano e no rural; projetos de reflorestamento em parceria com o coletivo Refloresta Vinhedo, e o estabelecimento do Armazém do Campo.</p> <p>Limitações: escassez de recursos financeiros e apoio governamental, juntamente com a falta de infraestrutura para integrar efetivamente esses esforços entre as áreas urbana e rural, o que pode impactar o desenvolvimento e a continuidade dessas atividades integradas.</p>		
	3. PLANEJAMENTO MULTIESCALAR	multiteração	microescala	mesoescala	macroescala	
			<p>Potencialidades: A atenção dada à expansão de pavimentos permeáveis e à adaptação de construções existentes ou novas por meio de métodos vernaculares; ornamentação dos espaços (cozinha e plenária) com símbolos da luta; projetos de reutilização de água cinza; Estar em uma macrozona rural com grande proximidade ao centro de Valinhos.</p> <p>Limitações: O contexto da Comunidade da Terra, embora vantajoso em termos de acesso e localização próximos ao centro urbano, pode gerar restrições de espaço para produção agrícola e construção de moradias num futuro assentamento. A disponibilidade limitada de espaço representa um desafio para atender à demanda de produção agrícola e habitação.</p>	<p>Potencialidades: A localização estratégica próxima a importantes rodovias da RMC e a interconexão com centros urbanos são vantagens para escoar a produção e promover intercâmbio de experiências com outros assentamentos, acampamentos, coletivos e universidades da região; a presença do acampamento em Valinhos promove uma mudança de paradigma local ao propor um cenário agroecológico, diferentemente dos impactos ambientais que os condomínios provocam na região.</p> <p>Limitações: Por outro lado, essa mudança de paradigma local encontra resistência em certos segmentos da população que possuem práticas estabelecidas contrárias ao que o movimento defende. Isso chegou ao extremo de resultar na morte de um dos companheiros do acampamento durante uma manifestação que buscava acesso à água.</p>	<p>Potencialidades: A conexão com o MST oferece visibilidade e força à luta pela terra em nível nacional; O reflorestamento da área do acampamento auxilia na recarga dos Rio Atibaia e Bacia PCI, responsáveis pelo abastecimento hídrico da região.</p> <p>Limitações: O status de acampamento representa um impedimento do acesso a programas federais destinados a oferecer políticas públicas cruciais para a manutenção do território.</p>	
	4. PLANEJAMENTO CONTEXTUAL	leitura específica sobre a diversidade do território, da população local e sua cultura	<p>Potencialidades: Identificação e compreensão das características singulares do território, como afloramentos rochosos, fontes de água, diversidade da fauna e flora local, para uma melhor integração do acampamento com o ambiente circundante; Reconhecimento da importância vital da Serra dos Cocais não apenas em termos patrimoniais, mas também como um recurso crucial para o abastecimento hídrico regional; Respeito e preservação das nascentes e áreas de Preservação Permanente (APPs); Consideração atenta à origem, diversidade de gênero, faixa etária e particularidades culturais dos residentes do acampamento para garantir abordagens inclusivas e adequadas ao contexto.</p> <p>Limitações: A acentuada declividade do terreno e a presença de afloramentos rochosos dificultam a ocupação do território, afetando a acessibilidade e propiciando o risco de enxurradas.</p>			
	5. PLANEJAMENTO DECOLONIAL	re-territorializar, reafirmar e envolver as cidades	<p>Potencialidades: O movimento concentra seus esforços na luta pela Reforma Agrária Popular, visando combater tanto a crise climática quanto as desigualdades sociais. Eles promovem atividades contínuas que priorizam o reflorestamento, valorizando também a presença das místicas para envolver a comunidade. Além disso, a participação ativa da Cloc/Via Campesina e as formações políticas e cursos direcionados à práxis e à Soberania Alimentar, ancorados em conceitos decoloniais, são práticas destacadas. Outro ponto importante é a implementação de iniciativas que buscam preservar, multiplicar e socializar sementes crioulas, tradicionais ou melhoradas, contribuindo para o campesinato e fortalecendo a biodiversidade dos biomas regionais.</p> <p>Limitações: A escassez de recursos financeiros e o déficit de apoio governamental, aliados à ameaça constante de despejo, representam desafios significativos para a permanência das famílias na luta pelo território.</p>			
6. PLANEJAMENTO SOCIO-BIOCÊNTRICO	baseado nos direitos humanos e da natureza	<p>Potencialidades: A luta coletiva pela Reforma Agrária Popular destaca a defesa explícita dos direitos humanos e da natureza, promovendo a função social da terra e reivindicando direitos de demarcação para povos originários, comunidades tradicionais e trabalhadores(as) rurais. Enfatiza a implementação da agroecologia e dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), com preocupação direta pela preservação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Nesse contexto, a natureza é valorizada não como mercadoria, mas como parte integrante do equilíbrio essencial à vida humana e planetária.</p> <p>Limitações: A resistência proveniente de setores econômicos tradicionais e a falta de apoio político emergem como barreiras consideráveis para os avanços e consolidação dos projetos desejados. Além disso, a constante ameaça de despejo, visando a construção de um condomínio de luxo na área é iminente. Esse projeto não só impermeabilizaria toda a área, afetando diretamente a Serra dos Cocais, mas também comprometeria o abastecimento hídrico da região, a biodiversidade da fauna e flora, além de desabrigar centenas de famílias residentes.</p>				
7. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E EMANCIPADOR	processos dialógicos e parcerias horizontais	<p>Potencialidades: As práticas das místicas, atividades formativas, assembleias, discussões e debates que constituem processos decisórios coletivos; O engajamento ativo, graças à organicidade do MST, que visa fortalecer o poder popular e a autonomia, por meio de Setores, Núcleos de Base (NBs), coordenações e coletivos em diversas áreas; As cirandas que promovem diversas atividades para as crianças; Colaborações e parcerias com universidades, coletivos e voluntários que facilitam a troca de conhecimentos e a implementação rápida de ações participativas por meio de mutirões e criam um ambiente de aprendizado contínuo.</p> <p>Limitações: Atualmente, a estrutura do acampamento pode enfrentar obstáculos devido à escassez de recursos financeiros para manter essas práticas participativas em um nível ideal. Ademais, a constante ameaça de despejo pode representar um risco para a permanência das famílias menos engajadas.</p>				

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir da elaboração do Quadro 11, foi possível perceber que o Acampamento Marielle Vive é um território comunitário com características de Comuna da Terra (CT) e simboliza a conexão das populações urbanas e rurais, fomentando vínculos territoriais produtivos. É possível afirmar também que este território representa a materialização de algumas práticas associadas ao Bem Viver. Esse movimento, pautado pela busca pela Reforma Agrária Popular proposta pelo MST e estendido nacional e internacionalmente através da CLOC e da Via Campesina, ressalta a incessante busca pela harmoniosa integração entre a comunidade local e a natureza. Por meio de ações participativas e emancipadoras, o acampamento visa a inclusão de todos os seus membros na tomada de decisões e na construção de um modelo sociopolítico que valorize a autossuficiência e a solidariedade.

É perceptível a conexão com os princípios do Bem Viver em diversas atividades e formações presentes no acampamento, assim como no MST como um todo. Isso se dá pela constante luta por uma participação social ativa, determinante no cenário local, por meio de uma governança integrada e parcerias horizontais, além do ativismo incansável pelos direitos humanos e a implementação da agroecologia, priorizando a soberania alimentar por meio de uma relação harmônica e produtiva com a natureza. O vínculo rural-urbano estabelecido na natureza socioespacial do acampamento contribui para hábitos saudáveis e para a regulação metabólica do território, facilitando trocas e beneficiando a qualidade de vida dos habitantes.

Ao adotar abordagens sócio-biocêntricas, o acampamento busca preservar e fortalecer as características singulares do território, incluindo preocupações com reflorestamento, gestão sustentável da água e dos resíduos, bem como valorização de atividades culturais e a promoção de espaços verdes para promover a soberania alimentar e a permeabilidade do solo. Tais práticas também estão alinhadas com a concepção do Bem Viver, onde o respeito pela natureza e diversidade cultural é central.

Contudo, o Acampamento Marielle Vive enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos financeiros, a falta de apoio governamental e a constante ameaça de despejo, que representam obstáculos para a consolidação e manutenção dessas práticas. A carência de acesso à água, a infraestrutura sanitária inadequada, a gestão de resíduos e a ausência de programas municipais de coleta reciclável são desafios cotidianos para a sustentabilidade do acampamento. Estes aspectos refletem

a necessidade urgente de soluções integradas e apoio externo para superar tais entraves.

Em suma, o Marielle Vive, ainda que sob a condição de acampamento e sem ter acesso aos diversos programas e recursos federais, destaca-se como um exemplo vivo de como a aplicação do Bem Viver pode ser traduzida em práticas tangíveis, unindo a defesa dos direitos humanos e da natureza, a autonomia comunitária e a valorização da diversidade cultural, mesmo diante dos desafios enfrentados em seu caminho rumo à sustentabilidade plena e à justiça social.

6. Conclusão

O Bem Viver como elemento-chave para fortalecer vínculos territoriais e planejar cidades sustentáveis, integradoras e resilientes

A relevância de se considerar os vínculos territoriais no planejamento, visando um Bem Viver para todos os seres vivos, é uma necessidade premente diante da crise climática que afeta cidades de todo o mundo. A abordagem dos vínculos, que confronta a de dicotomia urbano-rural, emerge no contexto da crise sistêmica, que abarca aspectos econômicos, urbanos, ecológicos e civilizacionais. Diante disso, o Bem Viver se apresenta como uma fonte de saberes sistêmica capaz de lidar com tais crises, propondo um novo paradigma de vida e sociedade. Essa visão confronta a lógica desenvolvimentista e consumista, apontando a necessidade de repensar o modo como as cidades lidam com as mudanças climáticas, propondo não apenas medidas adaptativas e mitigadoras, mas transformações profundas e radicais que assegurem um futuro sustentável para todas as formas de vida.

Nesse contexto, a perspectiva do Bem Viver, ao enfatizar a importância dos vínculos, equilíbrio e interdependência, encontra consonância com o planejamento territorial, que busca uma visão mais integrada do território. Por esse motivo, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar, no âmbito da arquitetura e do urbanismo, pistas e caminhos potenciais para o fortalecimento de vínculos territoriais, que associados aos princípios do Bem Viver, podem auxiliar na promoção de cidades mais integradas, sustentáveis e resilientes às mudanças climáticas.

Quanto à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, exploratória, com delineamento bibliográfico e documental. A fundamentação desta discussão partiu da articulação entre o conceito de Bem Viver e os Princípios Orientadores e os Marcos de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado (ONU-Habitat), vinculados à Agenda 2030 e à Nova Agenda Urbana (NAU). A análise fundamentou-se na sistematização bibliográfica e em um levantamento documental com delineamento etnográfico de dois casos ilustrativos para contribuir na compreensão dos vínculos territoriais, destacando sua importância, desafios e possibilidades.

A estrutura desta dissertação foi sistematizada em três partes. A Parte I mapeou a evolução da produção de cidades, desde o cenário de dicotomia rural-

urbana, influenciada pelas diretrizes segregacionistas do planejamento urbano, até o cenário de vínculos proposto neste estudo. Para tanto, a revisão bibliográfica abordou as causas da fragmentação e segregação nas cidades. Inicialmente, explorou-se o conceito de ruptura metabólica, destacando a quebra na relação entre seres humanos e natureza, fruto do modo de produção capitalista e suas crises decorrentes. O panorama acerca do planejamento urbano realizado revelou que o modelo predominante foi o progressista e racionalista, voltado para a industrialização e consumo, exacerbando crises urbanas e ecológicas pela exploração desmedida dos recursos naturais.

A crescente atenção global para a natureza e as crises advindas desse modelo destacam a importância das conexões rurais-urbanas, revelando novas dinâmicas socioespaciais de interdependência entre territórios. Em seguida, delineou-se a complexidade da paisagem periurbana, ressaltando a relevância das áreas não-urbanas e suas características híbridas e multifacetadas. Diante disso, explorou-se o pensamento sistêmico para compreender a *'poderosa constelação semântica'* (Escobar, 2018, p. 20) dos vínculos territoriais, sublinhando a complexidade e a interconexão desses elementos no planejamento territorial. Ademais, foi traçado um histórico da abordagem sistêmica no planejamento urbano, desde sua introdução até as tentativas de aplicação no urbanismo, destacando a necessidade de uma visão mais abrangente e integradora da cidade.

A Parte II analisa as respostas e desafios atuais relacionados às problemáticas discutidas, buscando identificar aspectos e lacunas significativas até o momento. Nessa análise, estudou-se alguns marcos conceituais e agendas voltados para fortalecer os vínculos territoriais. Destacam-se as Medidas Adaptativas e Mitigadoras para mudanças climáticas nos relatórios do IPCC; a Agenda 2030, com foco na leitura detalhada do ODS 11 e sua meta 11A, relacionada às conexões entre áreas rurais e urbanas, bem como sua interconexão com os demais ODS; a Nova Agenda Urbana, explorando parágrafos que abordam o continuum urbano-rural e o planejamento territorial; a Agenda de Direito à Cidade e seu 8º princípio, associado às agendas anteriores; os princípios do planejamento urbano e territorial e o guia de Conexões Urbano-Rurais.

Uma análise sistemática foi realizada para relacionar os princípios das Conexões Urbano-Rurais com o campo da arquitetura e do urbanismo. Cinco princípios dos 10 apresentados neste guia foram selecionados, relacionando suas

metas com os objetivos do ODS 11, evidenciando as principais conexões e influências desses princípios na atuação dos profissionais da área. A partir dessa análise estruturada, essa seção da dissertação identifica os princípios e parágrafos dos documentos mais associados ao campo da arquitetura e do urbanismo.

No entanto, a conclusão desta seção ressalta que essas agendas ainda refletem valores hegemônicos de progresso e desenvolvimentismo, baseados nos Objetivos do *Desenvolvimento* Sustentável. Esta lacuna identificada demonstra que essas agendas e marcos, embora interconectados e relevantes, ainda não oferecem as soluções mais adequadas e eficientes para os múltiplos desafios atuais. Neste contexto, destaca-se a reavaliação de alguns conceitos e abordagens, exemplificado pelas Contribuições da Natureza para as Pessoas (NCP) de Díaz *et al.* (2018), as quais promovem uma visão mais ampla e culturalmente sensível na relação entre as pessoas e a natureza, valorizando o conhecimento indígena e local. Portanto, isso evidencia a importância crucial de buscar alternativas mais holísticas, não-desenvolvimentistas e contra-hegemônicas para lidar com tantos desafios intrincados.

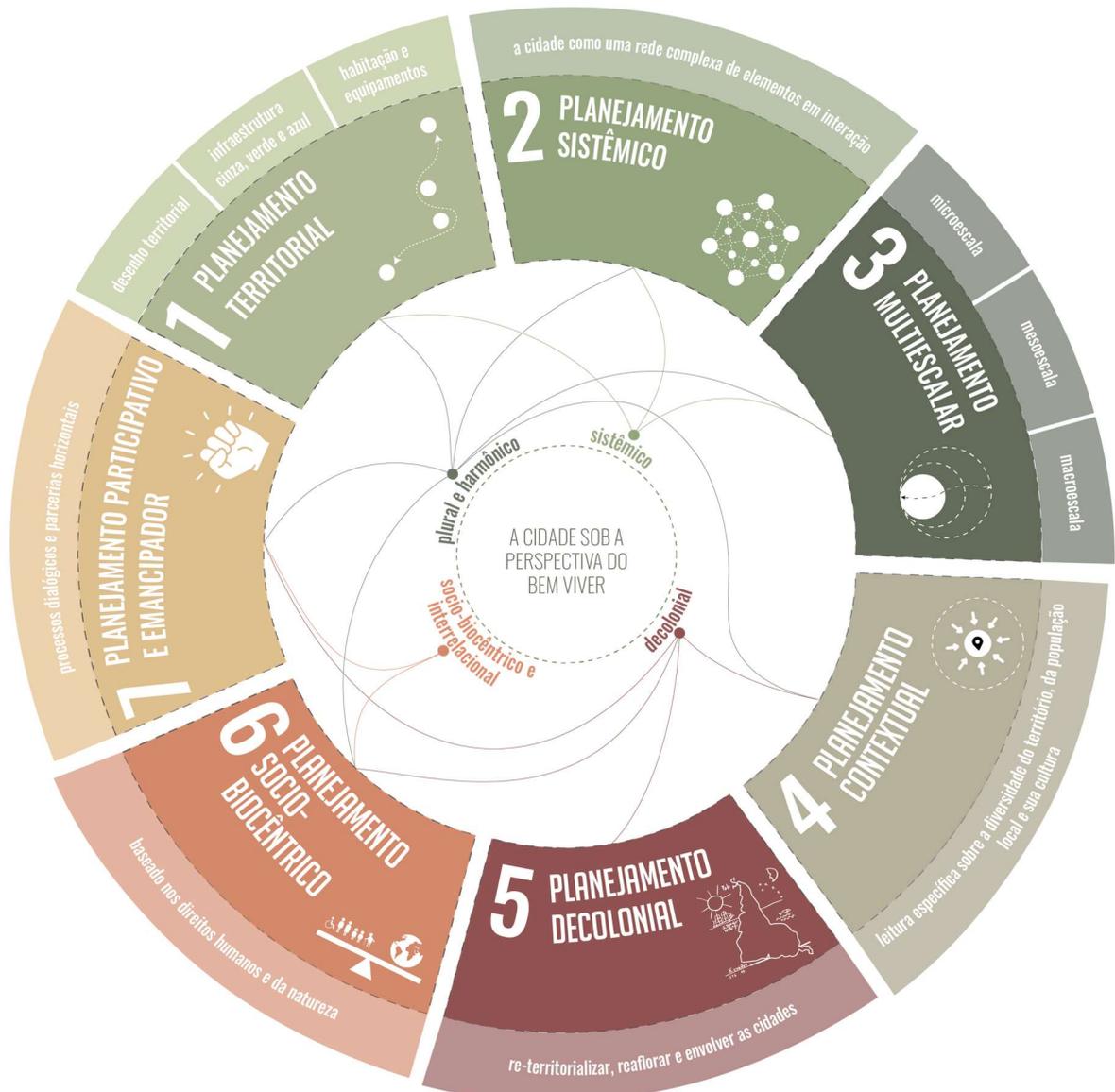
Por esse motivo, na Parte III são apresentadas alternativas e possibilidades futuras, com foco nos princípios do Bem Viver, detalhando também os materiais e métodos empregados na pesquisa. Para compreender a cidade sob essa perspectiva sistêmica, foi elaborado um mapa conceitual, sintetizando os dados e elementos coletados na pesquisa. Esse mapa visual permitiu identificar lacunas nos documentos, especialmente nos cinco princípios das conexões urbano-rurais associados à arquitetura e urbanismo, exigindo ajustes em sua nomenclatura e abordagem. O mesmo procedimento foi aplicado às medidas mitigadoras e adaptativas, bem como aos princípios de planejamento urbano e territorial levantados. Essas análises levaram à necessidade de categorizar e agrupar os elementos identificados, culminando na elaboração de um protocolo para facilitar a compreensão desse conjunto de conceitos, ações e escalas de atuação. A partir disso, foi possível esboçar um conjunto de sete princípios interdependentes e complementares que orientam o planejamento das cidades sob a perspectiva do Bem Viver.

Como supracitado, a coleta de dados compreendeu um levantamento bibliográfico e documental, seguindo um desenho etnográfico de atuais experiências e iniciativas experimentais localizadas em áreas não-urbanas, vinculadas às conexões rurais-urbanas e à perspectiva do Bem Viver. Foram analisadas duas iniciativas: 1. As Comunidades Agroecológicas do Bem Viver (CABV's), localizadas

no Assentamento Canaã, Brazlândia (DF); 2. O Acampamento Marielle Vive, localizado na macrozona rural de Valinhos (SP).

O levantamento documental realizado, aliado à aplicação do protocolo e à análise das experiências selecionadas, contribuiu para orientar o aprimoramento dos princípios preliminares para o planejamento da Cidade do Bem Viver. A análise revelou a ampla e complexa gama de atuação nas cidades que valores e princípios do Bem Viver associados ao processo de planejamento apresentam. Como desdobramento das discussões e análises, foi elaborado um diagrama síntese final, delineando as pistas e caminhos que podem auxiliar a produção futura de políticas públicas não-desenvolvimentistas para a construção de cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes (Figura 56).

Figura 56 - A cidade sob a perspectiva do Bem Viver



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A aplicação do protocolo nas CABV's evidenciou que este caso é multifacetado e relevante, assim como o próprio MBV por abranger uma luta multi-situada em múltiplos territórios (cidade, campo e floresta). Apesar de algumas limitações evidentes, como a distância geográfica decorrente do traçado urbano de Brasília, a falta de recursos e apoio governamental, ausência de uso misto, dificuldades de acesso à água e adesão limitada das famílias no assentamento, as CABV's apresentam notáveis potencialidades. Isso inclui a abordagem do enraizamento territorial como condição para atuação em conjunto com as comunidades, a promoção de vínculos harmoniosos entre comunidades urbanas e rurais, e a realização de atividades formativas engajadas em uma práxis significativa.

Além disso, a presença de outras CABV's e territórios coletivos em diferentes estados do país, adaptados a realidades e demandas locais, ressalta a adaptação do princípio do Bem Viver a contextos diversos, sinalizando sua expansão potencial. Essa experiência também enfatiza a busca por equilíbrio entre trabalho e lazer, a disponibilidade de território mais amplo para cultivo e a promoção da regeneração do cerrado para mitigação climática. Enraizada na Bacia do Descoberto, essa iniciativa visa mitigar impactos ambientais, fortalecer a soberania alimentar e a autossuficiência das famílias, servindo de modelo para outras comunidades e construindo uma rede baseada nos princípios do Bem Viver. Essa rede fortalece os laços entre comunidades urbanas, rurais e florestais, contribuindo para a adaptação climática, a transição justa e a criação de habitats sustentáveis para todos os seres.

Já a aplicação do protocolo no Acampamento Marielle Vive, revelou que esse território comunitário é um espaço que simboliza a interconexão entre populações urbanas e rurais, impulsionando vínculos territoriais produtivos. Essa interconexão se dá, principalmente, pelo perfil híbrido dos acampados que estão envolvidos, simultaneamente, em atividades agrícolas (nas áreas rurais) e não-agrícolas (nas áreas urbanas) para a geração de renda, além da localização estratégica do acampamento que favorece esse movimento de vínculo entre os territórios. Apesar de apresentar várias limitações, como a ameaça constante de despejo, dificuldade de acesso à água, carência de recursos financeiros e apoio governamental e deficiências infraestruturais, o acampamento apresenta muitas potencialidades alinhadas aos princípios do Bem Viver.

Entre essas potencialidades, destacam-se a governança participativa, parcerias horizontais, ativismo por direitos humanos e da natureza e a promoção da

agroecologia para garantir soberania alimentar e enfrentar as mudanças climáticas. Os espaços coletivos e individuais, como a Mandala e quintais produtivos, além de práticas sustentáveis, como reutilização de água cinza, coleta de águas pluviais e energia solar, não apenas fomentam a autonomia da comunidade, mas também reforçam sua identidade sustentável.

Outro ponto de destaque é a estratégica localização do acampamento, que garante uma visibilidade nacional e conexão direta com consumidores locais, possibilitando a venda de cestas agroecológicas 'km0'. Essa proximidade viabiliza parcerias com instituições e universidades, possibilitando mutirões e atividades formativas para capacitar os acampados em projetos destinados às áreas coletivas do acampamento, visando a gestão autônoma e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Ademais, as místicas e cirandas desempenham um papel crucial na construção da identidade coletiva dos sem-terra, bem como na mobilização da comunidade, fortalecendo o compromisso com a luta por justiça social e a reforma agrária popular. Destaca-se, ainda, a preocupação com a práxis, favorecendo a atuação, o engajamento participativo e na emancipação comunitária.

Importante citar também os desafios territoriais, como a grande declividade em alguns trechos, a presença de afloramentos rochosos e riscos de enxurradas, juntamente com tamanho reduzido do terreno, limitando a área para plantio e moradia. Apesar dos desafios que demandam soluções integradas e apoio externo, o Acampamento Marielle Vive se destaca como um exemplo vivo de aplicação prática dos princípios do Bem Viver, unindo a defesa dos direitos humanos e da natureza, a autonomia comunitária e a diversidade cultural em sua luta por uma sociedade mais justa e sustentável.

Desse modo, durante a análise de potencialidades e limitações, tornou-se evidente que, embora os casos estudados fossem distintos em condições territoriais e fases de ocupação, ambos têm raízes comuns: são movimentos contra-hegemônicos e decoloniais, defensores da questão ambiental e que materializam a questão dos vínculos territoriais, cada um à sua maneira. A conexão entre a luta pela reforma agrária popular e a reforma urbana é um testemunho crucial da importância dos vínculos territoriais na busca pelo Bem Viver nas cidades. O enraizamento territorial, seja ele no meio rural, urbano ou na floresta, parte das populações marginalizadas (à margem) como uma resposta às opressões, revelando a convergência nas lutas.

As análises também revelaram que há problemáticas comuns, compartilhadas nos dois casos: a dificuldade de acesso à água, a escassez de recursos financeiros e apoio governamental. Nesse sentido, a identificação da relevância crucial da questão da água e das bacias ambientais para o Bem Viver nas cidades destacou uma lacuna inicial no protocolo. Isso ofereceu uma nova perspectiva, desencadeando na revisão do protocolo elaborado previamente, e, ressaltando que as bacias simbolizam o caráter sistêmico defendido desde o início da dissertação. A Bacia do Descoberto, em Brasília, e a APA Serra dos Cocais, com o Rio Atibaia e a Bacia PCJ, em Valinhos, ilustram o papel crucial da água para o Bem Viver nas cidades, destacando-se como um elemento unificador das lutas.

Diante disso, ambas análises também permitiram observar a relevância das parcerias horizontais, inicialmente não contempladas no protocolo. Durante a análise dos casos, tornou-se evidente o papel crucial desempenhado por aliados e parceiros nos movimentos, facilitando a implementação de ações práticas, mesmo diante da ausência de apoio governamental, e contribuindo para aumentar a visibilidade das iniciativas. Essa percepção levou à inclusão das parcerias como parte integrante do sétimo princípio do Planejamento Participativo e Emancipador: processos dialógicos e parcerias horizontais. Isso porque reforçam a abordagem democrática e inclusiva, ressaltando a importância de relações de cooperação em que todos os envolvidos têm voz ativa e participação equitativa. Esse enfoque reforça o conceito de construção contínua e horizontal do Bem Viver, intrinsecamente associado à participação social.

Além disso, os casos ilustrativos destacaram a afinidade entre a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento Bem Viver (MBV), apesar de serem movimentos distintos. Ambos compartilham a base da defesa territorial e da busca por alternativas visando às reformas agrária e urbana, assim como a demarcação de territórios indígenas e quilombolas. Essa convergência é notável devido à construção desses movimentos que, apesar de possuírem temporalidades distintas, compartilham da mesma base: a Via Campesina. Essa organização internacional que une diversos movimentos e organizações, como as camponesas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e outros povos atingidos pelo agro-hidro-minério negócio que buscam combater as diversas opressões e projetos de lei que buscam retirar os direitos já conquistados, como é o caso do Marco Temporal.

Com as análises, foi possível compreender, ainda, a pluralidade dos Bem Viveres, já que ele se manifesta de maneira distinta, de acordo com os sujeitos e os

territórios envolvidos e que são múltiplos. O Bem Viver encontra espaço no campo, na floresta, nos quilombos e nas águas, revelando, assim, a diversidade, a riqueza e a natureza democrática desse conceito tão plural. A partir dos vínculos e das alianças afetivas (Krenak, 2022), é possível remodelar as cidades com base nessa grande plataforma do Bem Viver e em prol dele. É válido ressaltar que o protagonismo dessas lutas parte das margens, sobretudo do sul global, que busca englobar e vincular, para envolver (não *des-envolver*), ao invés de desvincular.

Portanto, já é possível notar que a concepção dos vínculos territoriais ecoa não apenas no discurso, mas também nas práticas da juventude militante de ambos os movimentos, que levanta a bandeira da luta pelo Bem Viver – direta ou indiretamente - na floresta, no campo e nas águas. Esses vínculos territoriais também auxiliam na compreensão da paisagem periurbana como um espaço fluido e multifacetado, propício para experimentações que colaboram na regulação do metabolismo territorial. A peculiaridade da paisagem periurbana pode contribuir significativamente para um entendimento mais profundo e ações mais eficazes na construção de cidades sustentáveis, integradoras e resilientes. Isso se relaciona, em grande parte, com a pluralidade, interculturalidade e equilíbrio dinâmico, elementos essenciais ao Bem Viver, os quais favorecem os vínculos territoriais, proporcionando fluidez e plasticidade. Desse modo, permite-se uma construção contínua e sinérgica de transformações nos territórios e comunidades a partir do entendimento que o Bem Viver apoia a compreensão do que já foi, do que é e do que pode ser, já que agrega essa característica retrospectiva e perspectiva em sua essência.

Desse modo, no decorrer da pesquisa, foi possível confirmar a premissa inicial de que o fortalecimento dos vínculos territoriais, associados aos princípios do Bem Viver, pode orientar a produção de cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes às mudanças climáticas. Além de corroborar essa premissa, foi possível ir além, elaborando um conjunto de sete princípios interdependentes para as cidades, sob à perspectiva do Bem Viver. Demonstrando que os valores e princípios do Bem Viver, além de ressaltarem as profundas interconexões entre questões territoriais, ambientais, sociais e políticas, quando integrados ao processo de planejamento, apresentam uma ampla e complexa gama de atuação nas cidades. O reconhecimento desse avanço veio durante o exame de qualificação, no qual as professoras consideraram este trabalho relevante para um doutorado direto.

No entanto, é importante ressaltar que a aplicação prática desses princípios pode enfrentar obstáculos significativos, tanto de natureza prática quanto política e cultural, inclusive a propensão à reprodução de abordagens fragmentadas e compartimentalizadas. Essa tendência pode resultar em limitações na implementação das políticas e na eficácia das intervenções, uma vez que as soluções podem ser concebidas de forma isolada, sem considerar a complexidade e interconexão dos problemas enfrentados. Assim, torna-se fundamental explorar como as políticas públicas aliadas, sobretudo, às políticas das comunidades, podem funcionar como um motor central, promovendo uma abordagem *bottom-up* e fazendo esse círculo virtuoso de ações girar. Essa interlocução entre a política pública de Estado e as políticas das comunidades é essencial para garantir que as soluções sejam culturalmente sensíveis, socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Em suma, a pesquisa permitiu compreender que o Bem Viver atua como elemento-chave para o fortalecimento dos vínculos territoriais, assim como para planejar cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes às mudanças climáticas. A partir das análises, também foi possível perceber que podem ser inúmeros os desafios e complexidades ao lidar com as múltiplas expressões do Bem Viver, nas diversas sociedades e culturas. Ao identificar a diversidade e a pluralidade desse conceito, tornou-se evidente que é necessário reconhecer que sua implementação pode enfrentar uma série de desafios intrincados e multifacetados que podem incluir resistência às mudanças de paradigma, interesses econômicos conflitantes e falta de políticas adequadas de implementação.

Com relação às contribuições, pode-se afirmar que o intuito de se desmistificar a dicotomia urbano-rural e ressaltar a importância dos vínculos territoriais foi alcançado. Espera-se que esta pesquisa possa fomentar a produção futura de planos e políticas públicas não-desenvolvimentistas, mais inclusivas e comprometidas com a construção de cidades mais sustentáveis, integradoras e resilientes. Além disso, espera-se que a pesquisa auxilie, sobretudo, na formulação de respostas mais eficazes das cidades diante dos impactos das mudanças climáticas, em prol de um *Bem Viver* para todos os seres que nelas habitam.

Diante disso, para investigações futuras, recomenda-se aprofundar a compreensão das variadas manifestações do Bem Viver em diferentes contextos culturais, analisando como essas visões se adaptam e interagem com os desafios contemporâneos, sobretudo os climáticos. Além disso, é crucial explorar os obstáculos

práticos, políticos e culturais que impedem ou dificultam a efetiva realização desses princípios, considerando não apenas os aspectos teóricos, mas também a implementação prática nas comunidades, sejam elas urbanas ou não-urbanas. Essas discussões são prementes e representam campos férteis para pesquisas posteriores.

Referências

ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE. *_RE_ Inauguração do Bosque da Reforma Agrária Popular do acampamento Marielle Vive - Valinhos. Instagram.* [S. l.: s. n.], 22 set. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CxgGtjELa7q/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos.** 3ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2018. 264 p.

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemmer; e SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 40, 30 abr. 2017. ISSN 2176-9109, 1518-952X. DOI 10.5380/dma.v40i0.48566. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ALEXANDER, Christopher. A CITY IS NOT A TREE. [s. l.], n. Architectural Forum, p. 22, 1965.

ANA, Agência Nacional de Águas. **Capacitação em gestão de recursos hídricos: Comitê de bacia hidrográfica: o que é e o que faz?** Brasília (DF): SAG, 2011. 64 p. v. 1. ISBN 978-85-89629-76-8.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. *Em: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121–192.

ARTAXO, Paulo. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **REVISTA USP**, [s. l.], n. 103, p. 12, 2014.

BANISTER, David. Cities, mobility and climate change. **Journal of Transport Geography**, [s. l.], v. 19, n. 6, p. 1538–1546, nov. 2011. ISSN 09666923. DOI 10.1016/j.jtrangeo.2011.03.009. Disponível em: <https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0966692311001244>. Acesso em: 16 nov. 2021.

BARBI, Fabiana. Governança e sustentabilidade nas cidades. **Os Comitês de Bacias Hidrográficas: avanços e perspectivas na gestão descentralizada, compartilhada e participativa dos recursos hídricos nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí**, [s. l.], v. 2, p. 81–94, 8 dez. 2014. ISSN 1519-0951.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2008.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural (1984). *Em: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (ed.). Geografia cultural: uma antologia.* Rio de Janeiro, RJ: SciELO – EDUERJ, 2012. Publicado originalmente como Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour la géographie culturelle, em L espace géographique, 1984, 13 (1). v. 1, p. 239–244. ISBN 978-85-7511-252-6.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado**. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: https://www.minedu.gob.bo/files/documentos-normativos/leyes/nueva_constitucion_politica_del_estado.pdf.

BRAND, Ulrich; e WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. São Paulo, SP: Elefante, 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. [S. l.: s. n.], 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. [S. l.: s. n.], 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL, Casa civil. Brasil cumpre objetivos e assume novos compromissos na ONU. **Gov.br**. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/setembro/brasil-cumpre-objetivos-e-assume-novos-compromissos-na-onu>. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL DE FATO. Após onda de calor e incêndios no Pantanal, Inmet alerta para temporais em 17 estados e no DF. **Brasil de Fato**. [S. l.: s. n.], 18 nov. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/11/18/apos-onda-de-calor-e-incendios-no-pantanal-inmet-alerta-para-temporais-em-17-estados-e-no-df>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BREDARIOL, Márcio Adriano. Serra dos Cocais: retrato do patrimônio natural ameaçado entre a região metropolitana de Campinas e o aglomerado urbano de Jundiá. **Revista CPC**, [s. l.], v. 16, n. 31, p. 11–38, 6 jun. 2021. ISSN 1980-4466. DOI 10.11606/issn.1980-4466.v16i31p11-38. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/166098>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRÜGGER, Paula. Nós e os outros animais: Especismo, Veganismo e Educação Ambiental. **Linhas Críticas**, [s. l.], v. 15, n. 29, p. 197–214, 2009. ISSN 1981-0431, 1516-4896. DOI 10.26512/lc.v15i29.3532. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3532>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CABV. Comunidades Agroecológicas do Bem Viver. **Comunidades Agroecológicas do Bem Viver**. [S. l.: s. n.], c2022. Disponível em: <https://comunidades.bemviver.org/>. Acesso em: 28 out. 2022a.

CABV. **Comunidades Agroecológicas do Bem Viver**. [S. l.: s. n.], c2022. Instagram (@comunidadesdobemviver). Disponível em: <https://www.instagram.com/comunidadesdobemviver/>. Acesso em: 31 out. 2022b.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução: Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, Fritjof; e LUISI, Pier Luigi. **A Visão Sistêmica da Vida: Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014.

CBH-PCJ. Comitês PCJ - Histórico. **Comitês PCJ**. [S. l.: s. n.], c2023. Disponível em: https://www.comitespcj.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=28&Itemid=108. Acesso em: 24 nov. 2023.

CEE FIOCRUZ. **Racismo Ambiental: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas | CEE Fiocruz**. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia**. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1965.

CITTASLOW. **Association | Cittaslow International**. [S. l.: s. n.], c2016. Disponível em: <https://www.cittaslow.org/content/association>. Acesso em: 23 nov. 2021.

Ciudad Global y la Lógica de Expulsión del Neoliberalismo. Diretor: Saskia Sassen. CCCB: Youtube, 19 jan. 2011. 7:48. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7Dc-2v_YjJ4. Acesso em: 5 set. 2022.

CLARK, Brett; e FOSTER, John Bellamy. Ecological Imperialism and the Global Metabolic Rift: Unequal Exchange and the Guano/Nitrates Trade. **International Journal of Comparative Sociology**, [s. l.], v. 50, n. 3–4, p. 311–334, jun. 2009. ISSN 0020-7152, 1745-2554. DOI 10.1177/0020715209105144. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0020715209105144>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CLOCVC. Declaração final da Cúpula dos Povos. **CLOC Vía Campesina**. [S. l.: s. n.], 23 jun. 2012. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/declaracao-final-da-cupula-dos-povos>. Acesso em: 14 nov. 2023.

CLOCVC. ¿Qué es la CLOC-Vía Campesina? **CLOC Vía Campesina**. [S. l.: s. n.], 1 jun. 2020. Disponível em: <https://cloc-viacampesina.net/que-es-la-cloc-via-campesina>. Acesso em: 7 nov. 2023.

CNN ESPAÑOL. Los desastres naturales que han impactado al mundo recientemente. **CNN**. [S. l.: s. n.], 16 jul. 2021. Disponível em: <https://cnnespanol.cnn.com/2021/07/16/catastrofes-naturales-que-han-impactado-al-mundo-recientemente-orix/>. Acesso em: 3 mar. 2022.

COELHO, Rodrigo Durão. Chuvas na BA e MG causam 31 mortes e colocam 277 municípios em situação de emergência. **Brasil de Fato**. [S. l.: s. n.], 2 jan. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/02/chuvas-na-ba-e-mg-causam-31-mortes-e-colocam-277-municipios-em-situacao-de-emergencia>. Acesso em: 3 mar. 2022.

CONSTANZA, Martínez Gaete. Cinco soluções alternativas de mobilidade urbana. **ArchDaily Brasil**. [S. l.: s. n.], 13 maio 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/601600/cinco-solucoes-alternativas-de-mobilidade-urbana>. Acesso em: 24 nov. 2021.

COSTA, Marco Aurélio. O ESTATUTO DA CIDADE E A HABITAT III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana. [s. l.], p. 368, 2016.

COSTA, Alexandre Araújo. **TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (Módulo 2 | Aula 2)**. [S. l.]: Plataforma de Formação | Fundação Lauro Campos Marielle Franco, 2021. (Curso: A crise ambiental e os desafios da esquerda brasileira). Disponível em: <https://plataforma.laurocampos.org.br/blog/>. Acesso em: 8 nov. 2022.

COSTA, Alexandre Araújo. Aula 05 - A grande aceleração. **O Que Você Faria se Soubesse o Que Eu Sei? | Curso Colapso Ecológico, Limites Planetários e Antropoceno**. [S. l.: s. n.], 2022a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sxSz1L05Wxl>. Acesso em: 20 jul. 2022.

COSTA, Alexandre Araújo. Aula 06 - Limites planetários. **O Que Você Faria se Soubesse o Que Eu Sei?** [S. l.: s. n.], 14 jul. 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t9bdf0lQrqA>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DALBELO, Thalita dos Santos. **Autopoiese urbana transição para sustentabilidade**. 2019. Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. DOI 10.47749/T/UNICAMP.2019.1089885. Disponível em: http://acervus.unicamp.br/index.asp?codigo_sophia=1089885. Acesso em: 11 ago. 2022.

DÍAZ, Sandra et al. Assessing nature's contributions to people. **Science**, [s. l.], v. 359, n. 6373, p. 270–272, 19 jan. 2018. ISSN 0036-8075, 1095-9203. DOI 10.1126/science.aap8826. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aap8826>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DÍNAMO ENGENHARIA POPULAR. **Mutirões Marielle Vive**. [S. l.: s. n.], 25 mar. 2023. Instagram (@dinamo.engenhariapopular). Disponível em: <https://www.instagram.com/dinamo.engenhariapopular/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf.

ESCOBAR, Arturo. Habitabilidad y diseño: la interdependencia radical y la terraformatividad de las ciudades. **Astrágalo. Cultura de la Arquitectura y la Ciudad**, [s. l.], n. 25, p. 19–44, 2018. ISSN 24690503. DOI 10.12795/astragalo.2018.i25.03. Disponível em: <https://institucional.us.es/revistas/Astragalo/25/19-43.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. *Em*: SACHS, Wolfgang (ed.). **Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 52–79.

FERNANDES, Edésio. Política urbana na Constituição Federal de 1988 e além: implementando a agenda da Reforma Urbana no Brasil. **Revista OAB-RJ**, [s. l.], v. 24, p. 123–142, 2010. Disponível em: https://issuu.com/revistaoabrij/docs/revista_oabrij_25. Acesso em: 10 ago. 2022.

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo - Um guia político para quem se importa**. São Paulo: Planeta, 2020.

FERNANDES, Sabrina. Ecosocialismo é mais que ambientalismo | 080. **TESE ONZE**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N-riXUzjC5c>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 24, n. 1, 26 out. 2022. ISSN 2317-1529, 1517-4115. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202228pt. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7031>. Acesso em: 3 out. 2023.

FOIRN; FUNAI; e ISA; SOARES, Renato Martelli; e DIAS, Carla (ed.). **Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro**. São Gabriel da Cachoeira, AM: [s. n.], nov. 2016.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, [s. l.], n. 12, p. 105–117, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: Materialism and Nature**. [S. l.: s. n.], 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS NETTO, Sebastião Vieira DE; SOBRAL, Marcos Felipe Falcão; RIBEIRO, Ana Regina Bezerra; e SOARES, Gleibson Robert da Luz. Concepts and forms of greenwashing: a systematic review. **Environmental Sciences Europe**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 19, 11 fev. 2020. ISSN 2190-4715. DOI 10.1186/s12302-020-0300-3. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12302-020-0300-3>. Acesso em: 3 out. 2022.

FUENTES, Patrick. Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas. *Em: Jornal da USP*. [S. l.], 9 dez. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina (1977)**. Tradução: Sergio Faraco. 1. ed. Porto Alegre (RS): L&PM, 2010.

GALVÃO, Laylyee Paula. **DIÁLOGOS, SABERES E TÉCNICAS EXTENSIONISTAS: Uma inter-ação no Assentamento Rural Canaã-DF**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB, Brasília, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; e SILVEIRA, Denise Tolfo (ed.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GNH CENTRE BHUTAN. HISTORY OF GNH – GNH Centre Bhutan. [S. l.], c2022. Disponível em: <https://www.gnhcentrebhutan.org/history-of-gnh/>. Acesso em: 9 out. 2023.

GONÇALVES, Flávio; MARQUES, Ana Paula Vieira; BATISTA, Alessandra; LIMA, João Donizete. Evolução da legislação brasileira sobre recursos hídricos. *Em: Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento*. [S. l.]: INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - UNICAMP, 2017. p. 806–817. ISBN 978-85-85369-16-3. DOI 10.20396/sbgfa.v1i2017.1835. Disponível em: <http://ocs.ige.unicamp.br/ojs/sbgfa/article/view/1835>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GTSCA2030. **VI RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL**. [S. l.]: Gestos, 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, [s. l.], n. 462, p. 1–20, 2011a.

GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: Today's tomorrow. *Development*, [s. l.], v. 54, n. 4, p. 441–447, dez. 2011b. ISSN 1011-6370, 1461-7072. DOI 10.1057/dev.2011.86. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1057/dev.2011.86>. Acesso em: 16 set. 2022.

Guia de Introdução ao Planejamento Urbano Integrado. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/Guia_de_Introducao_a_o_Planejamento_Urbano_Integrado.pdf.

HALL, Peter. **Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design since 1880**. (1988). 4. ed. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell, 2014. 624 p. ISBN 978-1-118-45647-7.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais [online]**, [s. l.], n. 29, p. 73–79, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497/13692>. Acesso em: 13 nov. 2021.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. O Bem Viver nas cidades. *Em: Fundação Rosa Luxemburgo*. [S. l.], 24 nov. 2015. Disponível em: <https://rosalux.org.br/bem-viver-nas-cidades/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

IBÁÑEZ, Mario Rodríguez. Conversatório sobre o Bem Viver - Desafios do fazer político em nosso tempo. [s. l.], p. 12, 2016.

INSTITUTO PÓLIS. O que é Direito à Cidade? **Instituto Pólis**. [S. l.: s. n.], c2020. Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

IPCC. **Summary for Policymakers**. In: **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2021a. Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J.B.R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.).

IPCC. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2021b.

IPCC. **IPCC, 2022: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** United Kingdom: Cambridge University Press, 2022a. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>. Acesso em: 26 set. 2022.

IPCC. **Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** UK and New York: Cambridge University Press, Cambridge, 2022b. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-3/>. Acesso em: 26 set. 2022.

JACOBI, Pedro Roberto; e FRACALANZA, Ana Paula. Desenvolvimento e Meio Ambiente. **Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa**, [s. l.], n. 11–12, p. 41–49, 2005.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades (1961)**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. ISBN 978-85-7827-421-4.

JESUS, Victor De. Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: um continuum colonial chamado racismo ambiental. **Saúde e Sociedade**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. e180519, 2020. ISSN 1984-0470, 0104-1290. DOI 10.1590/s0104-12902020180519. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902020000200305&tlng=pt. Acesso em: 20 mar. 2024.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. *Em: O espaço da cidade: contribuição à análise urbana*. São Paulo: Projeto, 1985. p. 15–72.

KOOLHAAS, Rem. **The Generic City**. 2. ed. Rotterdam: Sikkens Foundation, 1995.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos brasileiros). v. 44.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ª ed. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2020a.

KRENAK, Ailton; MAIA, Bruno (ed.). **Caminhos para a cultura do Bem Viver**. Escola Parque do Rio de Janeiro: [s. n.], 2020b. Livro digital. ISBN 978-65-00-13561-9.

KRENAK, Ailton; CARELLI, Rita (ed.). **A vida não é útil**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2020c. 126 p.

KRENAK, Ailton; CARELLI, Rita (ed.). **Futuro ancestral**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2022.

LANG, Miriam; DILGER, Gerhard; e NETO, Jorge Pereira. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2016. 474 p.

LE QUANG, Matthieu. **Ecosocialismo y buen vivir: diálogo entre dos alternativas al capitalismo**. 1. ed. Quito, Ecuador: IAEN Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2013. 92 p. (Cuadernos Subversivos, 1).

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. 4. ed. Barcelona: [s. n.], 1978.

LEMES DE OLIVEIRA, Fabiano. Por uma teoria do urbanismo de cunhas verdes. **Terra Plural**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 410–417, 2019. ISSN 1982095X. DOI 10.5212/TerraPlural.v.13i3.0026. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/13371/209209212651>. Acesso em: 23 nov. 2021.

LUXEMBOURG FOR TOURISM. **Mobility in Luxembourg**. [S. l.: s. n.], c2021. Disponível em: <https://www.visitluxembourg.com/plan-your-stay/getting-around>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MALOKA. Território Coletivo Maloka. **Facebook**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=111609531067681&set=pcb.111609624401005>. Acesso em: 28 out. 2022.

MAMANI, Fernando Huanacuni. **Filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas**. Lima, Perú: Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas - CAOI, 2010.

MARANDOLA, Hugo Leonardo; e OLIVEIRA, Livia De. Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem / Landscape origins in Augustin Berque: landscaping thought and landscape thinking. **Geograficidade**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 139, 6 nov. 2018. ISSN 2238-0205. DOI 10.22409/geograficidade2018.82.a13140. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/13140>. Acesso em: 25 out. 2023.

MARCUSE, Peter. Rights in Cities and the Right to the City? *Em*: Habitat International Coalition, HIC, 2010, Santiago (Chile). **Cities for All - Proposals and Experiences towards the Right to the City**. Santiago (Chile): [s. n.], 2010. p. 89–100.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. São Paulo, SP: Vozes, 2001a.

MARICATO, Erminia. A bomba relógio das cidades brasileiras. **Revista Democracia Viva**, [s. l.], v. 11, p. 3–7, 2001b.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2015. 112 p.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital (1867)**. Tradução: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHEUS, Tatiane. Racismo ambiental e risco nas barragens de mineração. **Climainfo**. [S. l.: s. n.], 14 mar. 2023. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2023/03/14/racismo-ambiental-e-risco-nas-barragens-de-mineracao/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MATURANA, Humberto R.; e VARELA, Francisco J. **Autopoiesis and cognition: The realization of the living**. Holand: Riedel publish company, 1991.

MBV. **Movimento Bem Viver**. [S. l.: s. n.], c2022. Instagram (@movbemviver). Disponível em: <https://www.instagram.com/comunidadesdobemviver/>. Acesso em: 28 out. 2022.

MC LOUGHLIN, J. Brian. **Urban & regional planning: a systems approach**. London: Faber and Faber, 1969.

MEDEIROS, Gisele Rosário. Cidades, consensos internacionais e circulação de ideias. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [s. l.], 20 dez. 2019. ISSN 23591552. DOI 10.23900/2359-1552v4n4-1-2019. Disponível em: <https://rppc.emnuvens.com.br/RPPC/article/view/370>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. **Overview of the Millennium Ecosystem Assessment**. [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/en/About.html>. Acesso em: 11 ago. 2022.

MITLIN, Diana; e SATTERTHWAITE, David. **Urban Poverty in the Global South**. 0. ed. [S. l.]: Routledge, 12 dez. 2012. ISBN 978-1-136-24916-7. DOI 10.4324/9780203104316. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781136249167>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MOREIRA, Tassiana Barreto de Barros. **O Acampamento Marielle Vive: da desigualdade socioespacial à luta pela terra contra a especulação imobiliária em Valinhos/SP**. 2023. Dissertação de Mestrado – UNESP, São Paulo, SP, 2023.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre (RS): Sulina, 2005.

MOVIMENTO BEM VIVER SC. Povo Xokleng Retoma seu território ancestral em Blumenau. **Instagram**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/movbemviversc/>. Acesso em: 28 out. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Explicando o clima: O meio ambiente saudável é um direito humano | As Nações Unidas no Brasil**. [S. l.: s. n.], 11 mar. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/174624-explicando-o-clima-o-meio-ambiente-saudavel-e-um-direito-humano>, <https://brasil.un.org/pt-br/174624-explicando-o-clima-o-meio-ambiente-saudavel-e-um-direito-humano>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NASSER, Rafique. Assentamento Terra Vista: 31 anos de resistência. *Em: Teia dos Povos*. [S. l.], 9 mar. 2023. Disponível em: <https://teiadospovos.org/assentamento-terra-vista-31-anos-de-resistencia/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

OBERHAUS, Daniel. Why Do Solar Farms Kill Birds? Call in the AI Bird Watcher. **Wired**, [s. l.], 2020. ISSN 1059-1028. Disponível em: <https://www.wired.com/story/why-do-solar-farms-kill-birds-call-in-the-ai-bird-watcher/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

OLIVEIRA, Caroline. Mutirão do Bem Viver compra de agricultores e doa para populações vulnerabilizadas. **Brasil de Fato**. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2020/08/15/mutirao-do-bem-viver-compra-de-agricultores-e-doa-para-populacoes-vulnerabilizadas>. Acesso em: 27 out. 2022.

ONU, PNUMA. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Ambientalmente sustentável**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 171–190, 2015. ISSN 2386-4362. DOI 10.17979/ams.2018.25.1.4655.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ONU-HABITAT. Diretrizes Internacionais para Planejamento Urbano e Territorial. *Em*: 2015. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2015.

ONU-HABITAT. **NOVA AGENDA URBANA**. [S. l.: s. n.], 2016.

ONU-HABITAT. Conexões Urbano-Rurais: Princípios Orientadores Marco de Ação para a Promoção do Desenvolvimento Territorial Integrado. *Em*: 2019, Nairobi. **Anais [...]**. Nairobi: [s. n.], 2019. Disponível em: https://urbanpolicyplatform.org/wp-content/uploads/2019/10/URL-GP-Framework-for-Action_Portuguese.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

ONU-HABITAT. **População mundial será 68% urbana até 2050**. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-populacao-mundial-sera-68-urbana-ate-2050>, <https://brasil.un.org/pt-br/188520-onu-habitat-populacao-mundial-sera-68-urbana-ate-2050>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PEREIRA, A. S. Análise das tendências de aplicação do conceito de periurbano. **Terra Plural**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 287–304, 2013. ISSN 1982095X. DOI 10.5212/TerraPlural.v.7i2.0007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/viewFile/4345/3947>. Acesso em: 28 set. 2022.

PLATAFORMA GLOBAL PELO DIREITO À CIDADE. **Comprender y Implementar el Derecho a la Ciudad**. São Paulo: Instituto Pólis, 2018.

PORTAL DA TEIA DOS POVOS. Sobre. *Em*: **Teia dos Povos**. [S. l.], 23 out. 2019. Disponível em: <https://teiadospovos.org/sobre/>. Acesso em: 27 mar. 2024.

PORTELA, Fernando; e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Reforma Agrária**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2008.

PORTO, Mônica F. A.; e PORTO, Rubem La Laina. Gestão de bacias hidrográficas. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 22, n. 63, p. 43–60, 2008.

QUIJANO, Aníbal; H. BONILLO (ed.). Colonialidad y Modernidad-racionalidad. **Perú indígena**, [s. l.], v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. **Ecuador Debate**, [s. l.], n. 84, p. 77–87, 2011. ISSN 1012-1498.

RAGGI, Roberta Vieira. **O outro lado da metrópole: as Comunas da Terra na região metropolitana de São Paulo**. 2014. Doutorado em Planejamento Urbano e Regional – Universidade de São Paulo, São Paulo, 16 maio 2014. DOI 10.11606/T.16.2014.tde-29072014-170607. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-29072014-170607/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Tradução: George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

RCA; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (ed.). **Em busca do bem viver: experiências de elaboração de planos de gestão territorial e ambiental de terras indígenas**. São Paulo: Iepe, 2020. ISBN 978-85-98046-21-1.

RIBA. Built Environment Summit Steering Group. [s. l.], p. 81, set. 2021.

RITCHIE, Hannah; ROSER, Max; e ROSADO, Pablo. CO₂ and Greenhouse Gas Emissions. **Our World in Data**, [s. l.], 11 maio 2020. Disponível em: <https://ourworldindata.org/co2-emissions>. Acesso em: 1 set. 2022.

ROCHA, Francis Barbosa. **Resistência camponesa à escassez de água: o caso do pré-assentamento de reforma agrária Canaã, na APA da Bacia do Rio Descoberto, DF**. 2021. 110 p. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2021.

ROCKSTRÖM, Johan et al. A safe operating space for humanity. **Nature**, [s. l.], v. 461, n. 7263, p. 472–475, set. 2009. ISSN 1476-4687. DOI 10.1038/461472a. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/461472a>; Acesso em: 27 jul. 2022.

RODRÍGUEZ, Mario. O Bem Viver nas cidades. *Em: Fundação Rosa Luxemburgo*. [S. l.], 24 nov. 2015. Disponível em: <https://rosalux.org.br/bem-viver-nas-cidades/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, [s. l.], v. 71, n. 1, p. 33–39, jan. 2019. ISSN 0009-6725. DOI 10.21800/2317-66602019000100011. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 mar. 2022.

RUTKOWSKI, Emilia. **Desenhando a Bacia Ambiental - Subsídios para o planejamento das águas doces metropolitan(izadas)**. 1999. Doutorado – USP, São Paulo, SP, 1999.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx Capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; e LUCIO, M. del PB. **Metodologia de pesquisa**. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTORO, Paula Freire; COBRA, Patricia Lemos; e BONDUKI, Nabil. Cidades que crescem horizontalmente: o ordenamento territorial justo da mudança de uso rural para urbano. **São Paulo**, [s. l.], v. 12, n. 24, p. 24, 2010.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 7–13, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção (1996)**. 4. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2002. 384 p. (Coleção Milton Santos, 1). ISBN 978-85-314-0713-0.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *Em*: OSAL : Observatorio Social de América Latina., 2005, Buenos Aires. **Territorio y movimientos sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. v. 16.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão (1987)**. 7ª edição ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2007a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. **Novos estudos CEBRAP**, [s. l.], p. 71–94, 2007b.

SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (ed.). Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 80, p. 5–10, 2008. ISSN 0254-1106, 2182-7435. DOI 10.4000/rccs.689. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/689>. Acesso em: 9 jun. 2022.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **Piseagrama**, [s. l.], n. 12, p. 44–51, 2018.

SBV. Em resposta à pandemia, Mutirão do Bem Viver cria rede de apoio a famílias vulneráveis - A Verdade. *Em*: **Jornal A Verdade**. [S. l.], 14 maio 2020. Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/05/em-resposta-a-pandemia-mutirao-do-bem-viver-cria-rede-de-apoio-a-familias-vulneraveis/>. Acesso em: 27 out. 2022.

SBV. **Em resposta à pandemia, Mutirão do Bem Viver cria rede de apoio a famílias vulneráveis**. [S. l.: s. n.], c2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/movbemviver/>. Acesso em: 27 out. 2022a.

SBV. Sociedade do Bem Viver. **Instagram**. [S. l.: s. n.], c2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/sociedadodobemviver/>. Acesso em: 28 out. 2022b.

SEOANE, Carlos Eduardo Sícoli; DIAZ, Vinícius Sandri; SANTOS, Tomaz Longhi; e FROUFE, Luís Claudio Maranhão. Corredores ecológicos como ferramenta para a desfragmentação de florestas tropicais. **Pesquisa Florestal Brasileira**, [s. l.], v. 30, n. 63, p. 207–207, 26 out. 2010. ISSN 1983-2605. DOI 10.4336/2010.pfb.30.63.207. Disponível em: <https://pfb.cnpf.embrapa.br/pfb/index.php/pfb/article/view/158>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, José Francisco Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. rev., 1. reimpr ed. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002. 151 p. (Coleção Pesquisas, 1). ISBN 978-85-86215-21-6.

SILVA, Daniele Aparecida. **Marielle Vive: Lutando por direitos - uma proposta de assentamento agroecológico em Valinhos- SP**. 2020. Trabalho Final de Graduação

– UNICAMP, Campinas (SP), 2020. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/article/view/1126>. Acesso em: 4 out. 2022.

SILVA, Daniele A. **MARIELLE VIVE: LUTANDO POR DIREITOS | UMA PROPOSTA DE ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO EM VALINHOS (SP) LIVRETO 03 de 04 | O LUGAR**. 2021. Trabalho Final de Graduação – UNICAMP, Campinas (SP), 2021. Disponível em: https://issuu.com/home/published/livreto_03. Acesso em: 1 nov. 2022.

SILVA, Daniele A.; e PINA, Silvia Mikami Gonçalves. Vínculo Rural-Urbano: um instrumento homeodinâmico para cidades sustentáveis e integradoras. **SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA**, [s. l.], v. 3, p. 30–39, 2021.

SILVEIRA, Evanilda da. O pouco conhecido impacto negativo da energia eólica no Nordeste. **BBC News Brasil**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49858734>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SLOW FOOD. Movimento Slow Food. *Em: Slow Food Brasil*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org/movimento/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SMITH, Neil. ¿Ciudades después del neoliberalismo? *Em: Después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico*. 1. ed. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2009. p. 9–30.

SOBRINHO, Carlos Aurelio. **A falácia do desenvolvimento sustentável: uma análise a partir da sociedade de consumo**. 2016. Doutorado – UNESP, Marília, 2016.

SÓLON, Pablo. **Alternativas Sistêmicas**. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2019.

SOUZA, Herbert Glauco de. **Contra-hegemonia: um conceito de Gramsci?** 2013. 91 p. Mestrado – UFMG, Belo Horizonte (MG), 2013.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; GAFFNEY, Owen; e LUDWIG, Cornelia. The Anthropocene Review. **The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 81–98, 2015a.

STEFFEN, Will et al. Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, [s. l.], v. 347, n. 6223, p. 1259855, 13 fev. 2015b. DOI 10.1126/science.1259855. Disponível em: <https://www.science.org/doi/full/10.1126/science.1259855>. Acesso em: 27 jul. 2022.

SUZUKI, Shin. Por que Brasil também deve se preocupar com ondas de calor na Europa. **BBC News Brasil**, [s. l.], 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62246505>. Acesso em: 3 out. 2022.

TAYLOR, Nigel. **Urban Planning Theory Since 1945**. 1 Oliver's Yard, 55 City Road, London EC1Y 1SP United Kingdom: SAGE Publications Ltd, 1998. ISBN 978-0-7619-6093-5. DOI 10.4135/9781446218648. Disponível em: <https://sk.sagepub.com/books/urban-planning-theory-since-1945>. Acesso em: 10 out. 2022.

THE GLOBAL GOALS. Goal 11: Sustainable cities and communities. **The Global Goals**. [S. l.: s. n.], c2022. Disponível em: <https://www.globalgoals.org/resources/>. Acesso em: 17 ago. 2022.

THOMAS, Jennifer Ann. Onda de calor extremo na Europa evidencia necessidade de adaptação. **VEJA**. [S. l.: s. n.], 20 jul. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/agenda-verde/onda-de-calor-extremo-na-europa-evidencia-necessidade-de-adaptacao/>. Acesso em: 3 out. 2022.

THOMSON, Bob. Pachakuti: Indigenous perspectives, buen vivir, suma qawsay and degrowth. **Development**, [s. l.], v. 54, n. 4, p. 448–454, dez. 2011. ISSN 1011-6370, 1461-7072. DOI 10.1057/dev.2011.85. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1057/dev.2011.85>. Acesso em: 16 set. 2022.

TORRES, Mariana Ferreira. As Conferências das Partes e a importância da COP 26. **Relações exteriores**. [S. l.: s. n.], 8 jul. 2021. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/conferencia-das-partes-cop-26/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UN. United Nations Conference on Environment and Development, Rio de Janeiro, Brazil, 3-14 June 1992. **United Nations**. [S. l.]: United Nations, 2012a. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio1992>. Acesso em: 22 mar. 2022.

UN. United Nations Conference on Sustainable Development. **United Nations**. [S. l.]: United Nations, 2012b. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/rio2012>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UN. Sustainability. **United Nations**. [S. l.]: United Nations, 2014. Disponível em: <https://www.un.org/en/academic-impact/page/sustainability>. Acesso em: 18 mar. 2024.

UN. “Today is an historic day,” says Ban, as 175 countries sign Paris climate accord. **United Nations**. [S. l.]: United Nations, 2016. Disponível em: <https://www.un.org/en/academic-impact/today-historic-day-says-ban-175-countries-sign-paris-climate-accord>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UN. **The Sustainable Development Goals Report 2022**. New York (USA): United Nations Publications, 2022.

UN. United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm 1972. **United Nations**. [S. l.]: United Nations, c2022. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>. Acesso em: 22 mar. 2022.

UN. Millennium Summit. **United Nations**. [S. l.]: United Nations, c2020. Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/newyork2000>. Acesso em: 23 mar. 2022.

UN-HABITAT. **International Guidelines on Urban and Territorial Planning (IG-UTP) Handbook**. [S. l.: s. n.], 2018a.

UN-HABITAT. Delivering the New Urban Agenda Through Urban and Territorial Planning. **Planning Theory & Practice**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 618–622, 8 ago. 2018b. ISSN 1464-9357, 1470-000X. DOI 10.1080/14649357.2018.1499464. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14649357.2018.1499464>. Acesso em: 30 ago. 2022.

UN-HABITAT. **The new urban agenda illustrated**. Nairobi: [s. n.], 2020.

UN-HABITAT e WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Integrating health in urban and territorial planning: a sourcebook**. Geneva: World Health Organization, 2020. ISBN 978-92-4-000317-0. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331678>. Acesso em: 26 set. 2022.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **2020 Global Status Report for Buildings and Construction: Towards a Zero-emission, Efficient and Resilient Buildings and Construction Sector**. Nairobi: [s. n.], 16 dez. 2020.

VALE, Ana Rute do. **EXPANSÃO URBANA E PLURIFUNCIONALIDADE NO ESPAÇO PERIURBANO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA (SP)**. 2005. 215 p. Doutorado – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, Rio Claro (SP), 2005.

VANHULST, Julien. El laberinto de los discursos del Buen vivir: entre Sumak Kawsay y Socialismo del siglo XXI. **Polis (Santiago)**, [s. l.], v. 14, n. 40, p. 233–261, mar. 2015. ISSN 0718-6568. DOI 10.4067/S0718-65682015000100012. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682015000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 15 set. 2022.

VEIGA, JOSÉ ELI DA. **Para Entender o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VEIGA, José Eli Da. A PRIMEIRA UTOPIA DO ANTROPOCENO. **Ambiente & Sociedade**, [s. l.], XX, n. 2, p. 233–252, 2017.

VIA CAMPESINA. La Vía Campesina: Un movimiento de movimientos y la voz global de lxs campesinxs que alimentan el mundo - Via Campesina. **Via Campesina Español**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Acesso em: 11 out. 2023.

WALSH, Catherine. (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. *Em*: **Pensamiento crítico y matriz (de) colonial**. Quito:Universidad Andina Simón Bolívar-Abya-Yala: Reflexiones latinoamericanas, 2005.

WALSH, Catherine. Development as Buen Vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements. **Development**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 15–21, mar. 2010. ISSN 1011-6370, 1461-7072. DOI 10.1057/dev.2009.93. Disponível em: <http://link.springer.com/10.1057/dev.2009.93>. Acesso em: 16 set. 2022.